UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

PATRÍCIA STAFUSA SALA BATTISTI

**A CRÍTICA DE TRADUÇÃO EM ANTOINE BERMAN: REFLEXO DE
UMA CONCEPÇÃO ANTI-ETNOCÊNTRICA DA TRADUÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de
Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em Linguística Aplicada

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosemary Arrojo

UNICAMP
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
2000

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE	30
N.º CHAMADA:	TIUNICAMP
	B322c
V.	Ex.
TOMBO BC	40703
PROC.	278/00
C	☐
D	☒
PREÇO	\$11,00
DATA	25/03/00
N.º CPD	

CM-00139004-8

FICHA CATALOGRÁFICA

B322c	<p>Battisti, Patrícia Stafusa Sala</p> <p>A crítica de tradução em Antoine Berman: reflexo de uma concepção anti-etnocêntrica da tradução / Patrícia Stafusa Sala Battisti. – Campinas, SP: [s.n.], 2000.</p> <p>Orientadora: Rosemary Arrojo</p> <p>Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Tradução e Interpretação. 2. Lingüística Aplicada. 3. Crítica. I. Arrojo, Rosemary. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p>
-------	--

10

11

Para César

Prof^a. Dr^a. Rosemary Arrojo – Orientadora

Prof^a. Dr^a. Cristina C. Rodrigues

Prof^a. Dr^a. Marcia A. P. Martins

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Patrícia Stafusa
Sala Battisti
e aprovada pela Comissão Julgadora em

02/11/02/100.
Rosemary Arrojo

AGRADEÇO

À Professora Rosemary Arrojo, pelo acompanhamento constante.

Aos Professores Marcos Siscar e Paulo Ottoni, pelo estímulo na ocasião do Exame de Qualificação.

Ao Professor John Milton, pelo fornecimento de material bibliográfico.

À FAPESP, pela concessão da bolsa de estudos para a pesquisa e, também, ao CNPq pelo apoio financeiro nos primeiros seis meses.

À Editora Gallimard, pela permissão de acesso a seus arquivos.

Aos colegas do IEL e da FFLCH-USP, em especial, Cida, Silene, Viviane, Élide e Giana, pelo companheirismo.

À Cida, pelas inúmeras leituras dos fragmentos do meu texto e, principalmente, pelas palavras decisivas de confiança e apoio incondicional.

Ao César, por tudo.

SUMÁRIO

RESUMO	vii
INTRODUÇÃO	01
1 O CONCEITO DE TRADUÇÃO NOS TRABALHOS DE ANTOINE BERMAN... 08	
1.1 Quem é Berman nos estudos da tradução ?	10
1.2 A tradutologia bermaniana	13
1.3 “Tradução da letra” <i>versus</i> “tradução etnocêntrica”	28
2 O PROJETO DE CRÍTICA DE TRADUÇÃO DE BERMAN EM SEU LIVRO	
<i>POUR UNE CRITIQUE DES TRADUCTIONS: JOHN DONNE</i>	43
2.1 Um retorno às críticas de tradução que embasaram o projeto bermaniano	48
2.2 O projeto de crítica de tradução de Berman.....	56
2.3 A aplicação do projeto na tradução da elegia “ <i>Going to bed</i> ”, de John Donne	67
3 A CRÍTICA DE TRADUÇÃO DE BERMAN REVISITADA: SUBSÍDIOS	
TEÓRICOS PARA REPENSAR SUA CRÍTICA.....	87
3.1 Nietzsche (não-) nazista: a visão de Derrida	89
3.2 A noção de comunidade interpretativa e a questão da persuasão em Fish.....	97
3.3 A fidelidade do crítico de tradução: Arrojo examina a polêmica Ascher x Vizioli	103
CONCLUSÃO	110
ANEXOS	116
ABSTRACT	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122

RESUMO

Esta pesquisa examina as concepções de tradução e de crítica de tradução do teórico francês Antoine Berman (1942-1991), expostas em sua obra póstuma, *Pour une critique des traductions: John Donne* (1995). Nessa obra, Berman (1995) apresenta seu projeto de crítica de tradução como um novo gênero de crítica literária, pretendendo preencher uma lacuna existente na área, uma vez que crê não haver, até então, reflexões ou exemplos que mostrem como proceder a uma “análise rigorosa de uma tradução” (p. 13-4). Seguem-se, como conseqüências, a confecção do projeto de crítica de tradução de Berman, bem como sua aplicação a traduções, principalmente francesas, da elegia “*Going to bed*”, do poeta inglês John Donne (1572-1631).

Minha pesquisa, além de apresentar, caracterizar e examinar a contribuição bermaniana no que tange à sua novidade e aos seus propósitos, propõe uma avaliação de sua perspectiva, do alcance de suas propostas e dos pressupostos que as norteiam. Nesse estudo, ressalto que esse teórico privilegia um modo de traduzir que conservaria as características da língua-fonte, enquanto condena o modo por ele denominado de “etnocêntrico”, que domesticaria o texto estrangeiro em prol da língua-meta, como afirma em *La traduction et la lettre* (1985, p. 48-53). É essa rejeição à tradução dita domesticadora que passo a denominar de “anti-etnocêntrica”.

Tendo isso em mente, o resultado desta pesquisa consistirá em trazer à tona os conflitos presentes no projeto do autor, decorrentes de seus pressupostos teóricos e de seu objetivo maior, qual seja, o de elaborar uma crítica de base “não-subjetiva” e “não-dogmática”, que repouse sobre “bases *consensuais* de julgamento” (1995, p. 16). Nesse sentido, tentarei mostrar que, embora esse teórico declare propor uma crítica dessa natureza, acaba, de fato, por elaborar uma crítica pautada em sua concepção “anti-etnocêntrica”, que, inevitavelmente, implica uma abordagem da tradução ideologicamente marcada, e não uma abordagem universalmente válida, como defende.

PALAVRAS-CHAVE

Antoine Berman; Tradução; Crítica de tradução; Tradução etnocêntrica; Pós-modernidade.

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é examinar o projeto de crítica de tradução do teórico francês Antoine Berman (1942-1991), exposto em sua obra póstuma, *Pour une critique des traductions: John Donne* (1995). O interesse pelo tema geral da crítica de tradução se justifica por seu caráter praticamente inédito no âmbito das reflexões realizadas no Brasil¹. Como exemplo, cito José Paulo Paes, que, embora dedique o último capítulo de seu livro, *Tradução: a Ponte Necessária* (1990), à crítica de tradução, reconhece nesse campo “um vasto território ainda pouco explorado” (p. 109). É nessa lacuna que pretendo inserir minha pesquisa, ainda que nela focalize um autor em especial.

É evidente que os textos que comentam traduções, principalmente resenhas, prefácios e textos sobre literatura comparada, acabam por trazer à tona o tema da crítica, já que, de uma maneira ou de outra, as traduções são avaliadas. Entretanto, ainda que vários autores analisem, comparem e avaliem traduções ao longo de seus textos, quase nenhum espaço é dedicado à reflexão e à discussão dos critérios que determinam tais avaliações e do modo de efetuar-las. Diante desse quadro, Berman (1995) é um dos poucos autores interessados em

¹ Cf., por exemplo, Aguiar (1998); Machado (1997); Campos (1992) e Laranjeira (1990).

repensar o papel da crítica, em especial porque mostra que as resenhas avaliativas de traduções, em sua maioria entendidas como “críticas”, não se preocupam em investigar “os porquês” das supostas falhas do tradutor (p. 44). É em função da importância de uma crítica que seja distinta e se oponha à situação descrita acima que se justifica este trabalho.

Esta pesquisa tem sua importância, além disso, por ter como objeto de estudo um autor quase desconhecido no Brasil. Ocasionalmente mencionada entre nós², a obra de Berman não tem sido, até hoje, tema de um estudo mais especializado, apesar de o autor ser considerado um dos grandes inspiradores das reflexões de teóricos da tradução atuais, e de seu renome internacional. Como exemplo, posso citar os testemunhos de Lawrence Venuti e de Sherry Simon. Venuti (1998) reconhece a influência, em seu próprio trabalho, exercida pelos textos de Berman, sobretudo quando este último defende uma prática de tradução que valorize e recupere os aspectos da cultura do texto de partida (p. 81). Nesse sentido, é na obra de Berman que Venuti (1998) se baseia, para afirmar que “a boa tradução é desmistificadora: manifesta em sua própria língua a estranheza do texto estrangeiro” (p. 11)³. Sherry Simon (1996), por sua vez, afirma que “nenhum escritor contribuiu tão fortemente para [...a] discussão [sobre a ética em tradução] quanto Antoine Berman, o tradutor e filósofo francês cuja morte prematura privou os estudos da tradução de uma fonte de inspiração vital” (p. 36), acrescentando que a reformulação ética e estética, proposta pelo

² Cf. Lages (1996, p. 170-1); Arrojo (1996, p. 7 e 1997, p.18 e 21); Murachco (1997, p. 2-5); Rodrigues (1998, p.15); Ottoni (1997, p.165-6) e Milton (1999, p. 167-8).

³ Essa e todas as traduções do inglês e do francês foram por mim elaboradas, salvo textos já traduzidos para o português, conforme indico nas referências bibliográficas.

teórico, é compatível, em muitos aspectos, com sua própria teoria e prática da tradução feminista (p. 37).

Após ter justificado a escolha do tema e do autor, passo a esboçar a problemática que guiará esta pesquisa e os meios através dos quais será possível atingir minha meta. O projeto de crítica de tradução de Berman (1995) divide-se em duas partes. Na primeira, o autor apresenta seu “método” de crítica (p. 64) e, na segunda, aplica-o a traduções da elegia “*Going to bed*”, de John Donne (p. 113). Esse teórico francês defende a tese de que a crítica de uma tradução deve ser “não-subjetiva, e sobretudo não-dogmática, não-normativa, não-prescritiva, uma base *consensual* de julgamento” (p. 16). Para elaborar uma crítica que conte com essas propriedades, é necessário que se faça uma “análise rigorosa de uma tradução, dos seus traços fundamentais, do projeto que lhe deu origem, do horizonte no qual surgiu, da posição do tradutor (p. 13-4). Para ele, crítica quer dizer, “fundamentalmente, *resgate da verdade de uma tradução*” (p. 14).

Em meu trabalho, tentarei mostrar que Berman não chega a concretizar essa tese, principalmente porque a própria forma como elabora seu projeto não é isenta de subjetividade e muito menos consensual. Esse teórico privilegia um modo de traduzir que conservaria as características da língua-fonte, enquanto condena o modo por ele denominado “etnocêntrico”, que domesticaria o texto estrangeiro em prol da língua-meta (1985, p. 48-53). É essa rejeição à tradução dita domesticadora que passo a denominar “anti-etnocêntrica”. Pretendo sugerir que sua crítica é normativa, prescritiva e dogmática, uma vez que os critérios presentes nesse projeto são um reflexo dessa sua concepção, esboçada no conjunto de seus escritos, desde seu primeiro texto sobre tradução, *L'épreuve de*

l'étranger (1984). Assim, a hipótese diretiva de minha pesquisa é de que Berman elabora um projeto de crítica de tradução baseado nessa sua posição anti-etnocêntrica, embora declare propor um projeto de crítica de tradução “não-subjetiva” e “não-dogmática”.

A defesa dessa hipótese está estruturada, nesta dissertação, em três capítulos. O primeiro capítulo, “O conceito de tradução nos trabalhos de Antoine Berman”, é elaborado de forma a atingir duas metas: introduzir esse teórico ao público brasileiro da área (item 1.1) e problematizar alguns conceitos, recorrentes em seus textos, sobre os quais é construída sua teoria de tradução (item 1.2). Parto da análise da “tradutologia” (1985, p. 39), proposta pelo autor e, no interior da mesma, exploro seus conceitos de “história da tradução, ética da tradução e analítica da tradução” (1984, p. 23). Dentro desses grandes eixos de sua tradutologia, discuto, no item 1.3, os conceitos de “tradução da letra” e de “tradução etnocêntrica” (1985, p. 46). Nesse capítulo, incluo a maioria dos textos do autor, dando enfoque a seus dois trabalhos de maior expressão: *L'épreuve de l'étranger: culture et traduction dans l'Allemagne romantique* (1984) e *La traduction et la lettre, ou l'auberge du lointain* (1985).

No segundo capítulo, “O projeto de crítica de tradução de Berman em seu livro *Pour une critique des traductions: John Donne*”, trato do objeto central desta pesquisa. Meu objetivo principal é mostrar que as diretrizes que a crítica de Berman (1995) traça estão vinculadas à sua opção anti-etnocêntrica e, portanto, não repousam, como defende, sobre uma avaliação da tradução que possua uma “base consensual de julgamento” (p. 16). Em primeiro lugar, faço uma breve apresentação de dois gêneros de crítica de tradução que esse teórico francês

considera relevantes para o estudo da crítica (item 2.1). Segundo Berman, as análises traçadas por Henri Meschonnic e pela Escola de Tel Aviv, representada por Gideon Toury, são as únicas, cada uma a seu modo, que realmente se preocupam em examinar traduções com rigor (p. 45). Por essa razão, são elas, com algumas restrições e reformulações, somadas ao conceito de crítica de Walter Benjamin, que sustentariam os pilares sobre os quais Berman (1995) constrói seu “método” (p. 15). Em segundo lugar, apresento e discuto o projeto propriamente dito de crítica de tradução do teórico (item 2.2). Por fim, examino a aplicação do projeto bermaniano à tradução da elegia “*Going to bed*”, de John Donne, realizada por Yves Denis (item 2.3).

Nos capítulos mencionados, destaco uma postura freqüente na obra de Berman: sua crença na possibilidade de um significado imanente ao chamado texto original (cf., por exemplo, p. 27, p. 34, p. 41, p. 75 e p. 79, deste texto). Tendo isso em mente, no terceiro capítulo, “A crítica de tradução de Berman revisitada: subsídios teóricos para repensar sua crítica”, tento argumentar que essa postura do teórico compromete tanto sua reflexão sobre a ética e a fidelidade em tradução, quanto o desenvolvimento de sua crítica. Assim, no intuito de iluminar tais implicações e sugerir uma via diferente para a reflexão sobre a crítica de tradução, utilizo textos que têm em comum justamente o questionamento de toda perspectiva que assuma, como previamente dado, o significado de um texto.

Para dar início à discussão sobre a crença de Berman na possibilidade da existência de um significado intrínseco ao “original”, utilizo o texto de Jacques Derrida (1984), *Otobiographies – L’enseignement de Nietzsche et la politique du*

nom propre (item 3.1). Nesse texto, Derrida nos faz refletir sobre “como e por que as ‘mesmas’ palavras e os ‘mesmos’ enunciados, se são os mesmos, podem servir diversas vezes a contextos e sentidos pretensamente diferentes ou incompatíveis” (p. 83). O que me interessa particularmente nesse texto é a tese de Derrida sobre a instabilidade do significado de qualquer discurso, mesmo aquele que é lido somente em sua versão “original”. Uma outra implicação da reflexão de Derrida diz respeito ao problema da ética em tradução. Para Berman (1995), a ética está inegavelmente ligada ao respeito pelo autor e pelo texto original (cf. p. 92); no entanto, se considerarmos, via Derrida, que o próprio texto “original” não está livre de interpretações, a possibilidade do respeito inquestionável ao autor e ao texto precisa ser repensada.

Também lanço mão, nesse capítulo, do texto de Stanley Fish, *Is there a text in this class?* (1980), porque, além de discutir a questão da instabilidade do significado, introduzindo a noção de “comunidade interpretativa”, o autor discute as conseqüências de tal noção para a crítica literária (item 3.2). Considero que a argumentação de Fish sobre a crítica literária também é válida para repensar a crítica de tradução.

Por último, trabalho com o ensaio de Rosemary Arrojo (1993), “A que são fiéis tradutores e críticos de tradução? Paulo Vizioli e Nelson Ascher discutem John Donne”, uma vez que trata diretamente da crítica de tradução, através da discussão a respeito da polêmica sobre as traduções brasileiras de “*Going to bed*”, de Paulo Vizioli e de Augusto de Campos, comentadas por Nelson Ascher e pelo próprio Vizioli, na “Folha de São Paulo”, no ano de 1985 (item 3.3). Tendo em mente as conclusões de Arrojo (1993), segundo a qual “a tradução de um poema e

a avaliação dessa tradução não poderão realizar-se fora de um ponto de vista, ou de uma perspectiva, ou sem a mediação de uma "interpretação" (p. 25), retomo e repenso a questão da fidelidade ao autor, tentando argumentar que todo crítico não é um juiz imparcial que pode chegar ao "*resgate da verdade de uma tradução*", como quer Berman (1995, p. 14).

Por fim, parece-me pertinente fazer uma última ressalva antes de iniciarmos o primeiro capítulo. Devido ao fato do meu texto, no intuito de defender a hipótese supracitada, focalizar, principalmente, alguns conflitos da teoria bermaniana, isso não significa que desmereço as reflexões desse teórico. Para que suas contribuições não sejam negligenciadas, retomarei, na conclusão, algumas dessas contribuições, elencadas no decorrer do texto, que considero fundamentais para os estudos da tradução.

CAPÍTULO 1 – O CONCEITO DE TRADUÇÃO NOS TRABALHOS DE ANTOINE BERMAN

Cada conceito remete a outros conceitos, não somente em sua história, mas em seu vir ou suas conexões presentes. Cada conceito tem componentes que podem ser, por sua vez, tomados como conceitos [...]. A filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos.

Deleuze & Guattari
“O que é a Filosofia?”

O objetivo deste capítulo é examinar e problematizar o que considero os principais conceitos sobre tradução na obra de Antoine Berman. Partindo do geral para o particular, inicio este capítulo fornecendo um breve histórico das atividades do autor relacionadas à tradução, tendo em vista que, até o momento, não há no Brasil nenhum trabalho dedicado exclusivamente às suas reflexões.

Em um segundo momento, apresento o “novo” discurso sobre a tradução proposto por esse teórico, a “tradutologia”⁴. A suposta novidade é atenuada pelo próprio Berman (1989), ao ressaltar que esse discurso conserva características dos “discursos tradicionais” (p. 672). A tradutologia desse teórico prevê a reflexão sobre seu objeto, a tradução, através de três prismas: o da história, o da ética e o da analítica. Esta apresentação é imprescindível, na medida em que fornece uma visão mais abrangente da abordagem bermaniana dos estudos da tradução. Além disso, ela é também fundamental, pois Berman não se limita a nomear essas três frentes, mas faz delas o *modus operandi* de sua reflexão.

A partir dessas noções mais gerais, chega-se, finalmente, aos dois conceitos principais de sua obra, sobre os quais sua teoria de tradução é construída. O primeiro deles é o que Berman intitula “**tradução da letra**”, cuja caracterização parece delimitar o modo de tradução que se deve buscar, contrapondo-se ao conceito de “**tradução etnocêntrica**”, um modo de tradução por ele criticado e, portanto, a ser evitado. Tendo em vista sua importância, esses conceitos serão examinados mais detidamente em um item à parte; no entanto,

⁴ Esse termo aparece em vários textos do autor, mas é tratado mais detalhadamente em Berman (1985, p. 38-9) e (1989, p. 675-6).

faz-se necessário fornecer uma breve explicação antes de prosseguirmos. Grosso modo, a noção de “tradução da letra” vai ao encontro de uma concepção de tradução que privilegia a manutenção de características próprias da língua do original, opondo-se, dessa forma, à “tradução etnocêntrica” que, por definição, propõe-se a apagar essas características. Este exame se justifica, se levarmos em conta a hipótese central desta pesquisa, que defende que o projeto de Berman (1995) se molda, efetivamente, a partir da ética que ele mesmo julga mais apropriada para reger a tradução, ao contrário do que declara, ao esboçar sua proposta de crítica de tradução, que se pretende unânime e objetiva. Assim, para mostrar com que tipo de concepção o autor está comprometido, passo a apresentar esses conceitos norteadores, antes de descrever em que consiste sua crítica de tradução, o que será feito no segundo capítulo.

1.1 Quem é Berman nos estudos da tradução?

Se há alguém que tenha dedicado a maior parte de sua vida à tradução, esse alguém foi o francês Antoine Berman. Traduziu, para a sua língua materna, em especial obras da literatura latino-americana, dentre as quais se encontram *Los Siete Locos*, do argentino Roberto Arlt, e *El cantar de Agapito Roblès*, do peruano Manuel Scorza. Traduziu também obras norte-americanas não-literárias, como, por exemplo, *This Shaking Earth*, de John R. Gribbin, e obras alemãs, tais

como o texto fundamental de Friedrich Schleiermacher sobre tradução, *Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersetzens*⁵.

Além de traduzir, Berman teorizou sobre tradução. Em 1984, foi publicado na França seu primeiro livro, *L'épreuve de l'étranger: culture et traduction dans l'Allemagne romantique* (daqui por diante, *L'épreuve*) — originalmente sua tese de doutorado, na área de lingüística, orientada por Henri Meschonnic — considerado por alguns especialistas um marco para os estudos sobre a história da tradução. A mesma obra é também citada como uma das mais importantes no que diz respeito à reflexão sobre tradução na Alemanha do fim do século XVIII e do início do XIX. Nas palavras de Michel Deguy (1992), *L'épreuve* “marcou época, inaugurando uma nova etapa [...] do traduzir como atividade prática e teórica” (p. 18). Referindo-se ao mesmo livro, Edwin Gentzler (1997) declara: “um texto que influenciou toda uma geração de teóricos norte-americanos (incluindo Philip Lewis e Lawrence Venuti)” (p. xii).

Em 1984, Berman foi professor no *Collège International de Philosophie* em Paris, tendo apresentado seminários que, posteriormente, foram publicados na coletânea *La traduction et la lettre, ou l'auberge du lointain* (1985, de agora em diante, *L'auberge*). Os sete ensaios reunidos nessa coletânea, “*Announce du parcours*”, “*Traduction ethnocentrique et traduction hypertextuelle*”, “*L'analytique de la traduction et la systématique de la déformation*” e “*L'éthique de la traduction*” constituem, sobretudo, críticas às “teorias tradicionais, que colocam o ato de

⁵ Os respectivos títulos em francês são os seguintes: *Les sept fous* (1981), *Le chant d'Agapito Robles* (1978), *Seismes: tremblements de terre, éruptions, dérive des continents* (1979) e *Des différentes méthodes du traduire* (1985). As duas primeiras obras foram traduzidas pelo autor, em colaboração com Isabelle Berman, e a terceira, em colaboração com Jocelyne de Pass.

traduzir como uma restituição embelezadora (estetizante) do sentido” (p. 35). Os ensaios restantes – “Hölderlin, ou la traduction comme manifestation”, “Chateaubriand, traducteur de Milton” e “L’Eneide de Klossowski” – analisam traduções francesas de Sófocles, Milton e Virgílio, tendo como meta examinar o trabalho “sobre a letra” (p. 47). Berman escolheu essas traduções por dois motivos: além de serem “fontes” para sua reflexão enquanto tradutor, servem para questionar as traduções etnocêntricas (p. 47).

Até o ano de 1989, prosseguiu na apresentação de seminários no *Collège International de Philosophie*, nos quais analisava várias traduções, em especial, traduções de textos literários e filosóficos já consagrados. Foi justamente a partir de uma dessas atividades, o exame das traduções para o francês e para o espanhol da elegia XIX “*Going to bed*”, de John Donne, que nasceu a idéia do livro *Pour une critique des traductions: John Donne* (1995). Além dessas obras maiores, Berman publicou uma série de ensaios sobre tradução, em várias revistas especializadas. É bem verdade que a maioria deles eram versões preliminares de capítulos do primeiro livro e dos ensaios da coletânea; no entanto, restam alguns inéditos.

Para fins desta pesquisa, darei enfoque, no primeiro capítulo, a *L’épreuve de l’étranger: culture et traduction dans l’Allemagne romantique* (1984) e a *La traduction et la lettre, ou l’auberge du lointain* (1985), os quais servirão para caracterizar os conceitos supracitados; além de seu último livro, *Pour une critique des traductions: John Donne* (1995), o qual, uma vez que constitui o *corpus* central desta pesquisa, será analisado exclusivamente no segundo capítulo. Além disso, utilizarei ensaios do autor, como, por exemplo, “*La traduction et ses*

discours" (1989) e "*La terre nourrice ou le bord étranger*" (1986), desde que úteis ao esclarecimento de temas não explorados satisfatoriamente nos textos já mencionados.

1.2 A tradutologia bermaniana

A grande ambição de Berman, enquanto teórico, foi elaborar uma "tradutologia". Mesmo que esse termo seja geralmente empregado para "designar um saber objetivo sobre a tradução", o autor alerta, mais de uma vez, que o emprega como "reflexão da tradução sobre ela mesma a partir de sua natureza de experiência" (Berman, 1989, p. 675; 1985, p. 39), como "retomada reflexiva da experiência que é a tradução" (1989, p. 676). Como entender essa disciplina caracterizada como "reflexão da tradução enquanto experiência"? A tradutologia, assim definida, quer, em primeiro lugar, opor-se a qualquer tentativa teórica de descrever, analisar e normatizar a tradução (1989, p. 676). Ela não pretende descrever os "processos subjetivos" presentes no ato de traduzir, nem elaborar uma "metodologia" que o oriente (1985, p. 38). A tradutologia bermaniana, ao contrário, concebe a tradução como uma experiência, isto é, reconhece que o ato de traduzir traz consigo um certo saber, um saber que lhe é peculiar e que só pode ser experienciado nele mesmo. Nesse sentido é que não se pode descrever, normatizar ou metodologizar a tradução, dado que tais atitudes seriam alheias à experiência, ou seja, ser-lhe-iam exteriores e/ou impositivas. Ao contrário, entender a tradução como experiência é deixar, como diz Martin Heidegger, que a

obra “venha sobre nós, que nos atinja, caia sobre nós, nos modifique e nos transforme em outro” (apud Berman, 1985, p. 38).

Dizendo de outro modo, para Berman (1985), a tradução é um saber próprio, como o são, segundo ele, a literatura e a filosofia. Tal como as experiências relativas à filosofia e à literatura, ela se constitui em algo “pleno e autônomo” por si mesmo e, como tal, é experiência “de si mesma, de sua essência” que deve, antes de tudo, ser vivenciada e sentida (p. 38). Vivenciar a experiência da tradução não é nem teorizar sobre ela, nem simplesmente praticá-la – pois não há essa dicotomia no interior da experiência – mas é imergir nela e senti-la. Ainda segundo Heidegger, “vivenciar [uma experiência] não significa que somos os operadores da experiência, vivenciar quer dizer [...] deixar vir a si, sofrer de início ao fim, suportar pacientemente, acolher o que nos atinge” (apud Berman, 1985, p. 38). A tradução, como toda experiência humana, só poderia ser “descrita” a partir da reflexão que se faz sobre ela mesma, enquanto experiência (p. 38).

Depois de caracterizar a tradutologia, Berman (1989) apresenta os passos de sua constituição. Um dos primeiros seria “definir as condições de sua própria institucionalização enquanto *saber autônomo*” (p. 679). O teórico defende que, através da pesquisa e do ensino de tradução, seria possível modificar o “*status da tradução [e do tradutor] em nossa cultura*” (p. 679). Berman (1984) argumenta que, para a tradução transformar-se em um “saber” propriamente dito, deve “adquirir uma forma definida, estabelecida e quase institucional, de forma a permitir seu desenvolvimento em um campo de pesquisa e ensino” (p. 290). Esse campo, embora se deseje autônomo, não poderia se formar, prossegue

Berman, sem outras disciplinas como a literatura, a história, a lingüística, a filosofia e a psicanálise, mas não será, em si, uma lingüística aplicada, por exemplo (p. 290). Esse teórico crê até mesmo que os escritos sobre tradução, uma vez que são normalmente elaborados por “teólogos, filósofos, lingüistas”, e não por tradutores, produzem “inúmeros ‘pontos cegos’ e não pertinentes” (p. 11). Acrescenta que, neste século, a situação vem se modificando, o que só confirmaria uma “necessidade interna da tradução” de transformar-se em uma “prática autônoma” (p. 12). Berman idealiza uma tradutologia escrita pelos próprios tradutores e não por autores que estejam motivados por interesses de outras “disciplinas”, ainda que os tradutores utilizem (e isto é imprescindível) o conhecimento de outros campos do saber. Assim, Berman (1985) critica Eugene Nida, que trata da tradução a partir de interesses religiosos (p. 37), e Georges Mounin, a partir de interesses da lingüística (1984, p. 302). Como refletir sobre a tradução a partir dela mesma parece ser uma das questões fundamentais a que Berman tenta responder em seus textos.

Berman (1984) defende que uma reflexão “moderna” sobre a tradução deve ser pensada, como já observei, através de três prismas: o da “história”, o da “ética” e o da “analítica” (p. 23). Uma história da tradução deve “mostrar como, a cada época ou momento histórico, a prática de tradução se *articula* à da literatura, das línguas, das diversas trocas interculturais e interlingüísticas” (p. 12-3), preocupando-se também em “saber” o que significa, hoje, a tradução em nossa cultura (p. 14). O autor acrescenta, ainda, que “fazer a história da tradução é redescobrir pacientemente a rede cultural infinitamente complexa e desorientadora, na qual, em cada época ou espaço, a tradução se encontra presa,

e fazer desse saber histórico, obtido desse modo, uma abertura para nosso presente” (p. 14). Sua visão histórica é colocada em prática ao examinar as teorias sobre tradução elaboradas por alguns dos românticos alemães da Universidade de Iena (F. Novalis, F. Schlegel e A. W. von Schlegel) e alguns de seus contemporâneos, J. G. Herder, J. W. von Goethe, F. Schleiermacher, W. von Humboldt e F. Hölderlin, no final do século XVIII e início do século XIX. Foge ao âmbito desta pesquisa detalhar a visão de Berman sobre cada um desses teóricos. O que pretendo aqui é ilustrar como se concretiza esse estudo histórico, relendo-o a partir de algumas conclusões do autor, a fim de colocar em evidência aquela que considero a questão central discutida pelo teórico francês: a dicotomia entre a tradução da letra e a tradução etnocêntrica. Tornar evidente essa oposição é apontar a hierarquia que aí se estabelece, ressaltando de que maneira Berman privilegia a tradução da letra. Além disso, tenho por objetivo reafirmar sua posição como historiador da tradução para, no próximo item, mostrar como, apesar disso, desconsidera, em muitos momentos, o fator histórico. Assim, passo a descrever dois exemplos, nos quais esse teórico francês reflete sobre a tradução através de uma abordagem histórica.

Na verdade, Berman (1984) inicia sua “história da tradução” na Alemanha bem antes da época romântica, visto que considera “a tradução da Bíblia feita por Lutero, no século XVI, um acontecimento histórico decisivo para a cultura, a língua e a identidade alemãs” (p. 25). A tradução, a partir de Lutero, passou a significar um tipo de resistência frente ao latim da Roma antiga. Lutero, segundo Berman, tinha como objetivo uma germanização da Bíblia, escolhendo, para isso, um alemão compreensível. Assim, ponderou que a melhor escolha seria

o alemão falado, aquele utilizado “pela mãe em sua casa, pelas crianças na rua e pelo homem comum no mercado” (apud Berman, p. 45), contrapondo-se às traduções anteriores da Bíblia, repletas de “latinismos” (p. 44). A tradução dessa obra não significou apenas uma nova interpretação da Bíblia, responsável pela fundação de uma nova religião, mas representou o marco de fundação e criação de uma nova língua (p. 47), a exemplo do que aconteceu com a *Divina Comédia*, de Dante. Lutero promove a emancipação de uma língua até então somente falada. É, portanto, ao “nascimento” da língua alemã (enquanto escrita) que remonta a “tradição”, na Alemanha, de atribuir à tradução um papel de “criação, transmissão e ampliação da língua” (p. 49).

Se a intenção explícita de Lutero foi lutar contra latinismos, a luta dos românticos alemães, no fim do século XVIII, e de seus contemporâneos, foi contra a dominação francesa. Berman (1984) esclarece que a tradição francesa em relação à tradução consistia em produzir obras “embelezadoras” e “poéticas”, sem uma preocupação com a fidelidade ao texto original, enquanto a Alemanha se declarava contrária a esse tipo de tradução. Isso se explica através da dominação cultural francesa: a França não necessitava “conhecer o estrangeiro” para reafirmar sua identidade. Na Alemanha, no entanto, o fenômeno se dava de maneira inversa. Berman assim resume a situação: “a língua alemã sentia falta de ‘cultura’ e, para adquiri-la, deveria passar por uma certa expansão, o que pressuporia traduções marcadas pela fidelidade. Ora, em que uma tradução espelhada na tradição francesa poderia expandir e ampliar o horizonte da língua e da cultura [alemãs]?” (p. 62-3).

Um dos objetivos de Berman (1984), nesse livro, foi escrever um fragmento da história da tradução na Alemanha ou, como declara na conclusão do livro, “uma arqueologia da tradução européia” (p. 280). Um pouco mais adiante, sinaliza que a história da tradução ainda não foi escrita, mas que gostaria que seu livro fosse, pelo menos, “um esboço da escritura de um dos capítulos mais cativantes dessa história” (p. 289).

Berman iniciou também uma reflexão sobre a história da tradução em sua terra natal. É isso que nos revela em “*La terre nourrice et le bord étranger: une archéologie de la traduction en France*” (1986). Nesse ensaio, como sugere o subtítulo, é proposta uma “arqueologia” da tradução na França, desenvolvida a partir das obras de Du Bellay, poeta e tradutor francês do século XVI. O teórico parte da crença, disseminada até nossos dias, segundo a qual a França é um país onde se traduz pouco e mal; e da crença de que os franceses não se interessam pelo que é estrangeiro. A razão da escolha de Du Bellay, para colocar em cena essa crença, deve-se ao fato de Berman atribuir-lhe uma certa “responsabilidade” pela má reputação da tradução na França (p. 205-7). Como nos lembra o teórico francês, Du Bellay, após quatro anos de estadia na Itália, retornou à França e publicou *Regrets*, obra que exprime a “nostalgia do país natal e a execração do país estrangeiro” (p. 208). Mesmo em Roma, Du Bellay escrevia, principalmente, para evocar a terra e a língua natais; quando mencionava o estrangeiro, fazia-o de maneira amarga e sarcástica no que se referia à língua italiana (p. 208 e 211). Berman argumenta que a defesa da língua francesa por parte do poeta não se deu somente por ser essa sua língua materna, mas por ser ele, Du Bellay, um poeta que servia ao rei Francisco I, que havia instituído, em muitos decretos, o

francês como a “língua da lei”, “a língua das ciências e das artes” (p. 211). Além disso, o autor aponta também que havia uma recusa de contaminação do estrangeiro, ou um ideal de pureza da língua que a conduzia a um fechamento em si mesma. Assim, “para adquirir essa pureza não contaminada, o francês deveria obter um *status* de modelo através de um processo de **imitação e assimilação** das línguas antigas e de seus textos” (p. 213, negritos meus).

Berman (1986) prossegue explicando que, numa cultura que coloca a imitação como “gesto cultural supremo”, a tradução é o “ato recriador por excelência” (p. 217). No entanto, na época de *Regrets*, esse discurso se modifica, pois se instaura a idéia de que imitar é ser “servil” a outra cultura e de que, para evitar a servidão, a tradução deveria transformar-se em “imitação livre”, contribuindo para uma auto-afirmação da língua francesa (p. 217). Os tradutores da época enriqueceram a língua francesa, mas não no sentido do que ocorreu na Alemanha, pois o que se desejava era transformar a língua francesa em uma língua fechada, sem misturas. É nesse sentido que Berman assinala que, se a tradução seguisse a “letra” do original, necessariamente introduziria o estrangeiro e obrigaria os tradutores a usarem termos pouco freqüentes na língua francesa. Por trás disso, o autor reconhece a “condenação da tradução como introdutora de estrangeirização” (p. 218) e conclui seu texto ressaltando a urgência de se escrever a história da tradução na França, para que não se repita o mesmo erro, já que a “pressão do sistema de imitação etnocêntrica permanece” (p. 221).

Essas duas abordagens históricas rapidamente retratadas aqui guardam alguns traços em comum. Nos dois exemplos, Berman condena o modo francês de traduzir, o qual desconsidera a “letra” do texto e se concentra em impregnar o

texto traduzido de embelezamento e fluência. E, para isso, a língua francesa torna-se uma língua fechada, que não se mescla com a do original. Já a tradição alemã, no tocante à tradução, teria como característica ser criadora e, com isso, enriquecedora de sua língua, uma vez que estaria aberta a outras culturas, trazendo para a sua língua a experiência da estranheza do outro.

Como vimos, uma das metas de Berman (1984), ao propor uma história da tradução – fazer “desse saber histórico [...] uma abertura para o nosso presente” (p. 14, ou cf. p. 15-16 deste texto) –, é levada a cabo. Berman (1986) alerta que a pressão “etnocêntrica” continua, daí a urgência de se mostrar uma outra maneira de traduzir (p. 221). Assim, o teórico francês utiliza o exemplo do tipo de tradução elaborada na França, no século XVII; traduções conhecidas como “as belas infiéis”, para sugerir que esse modo de traduzir não é adequado (p. 221). Berman parece, de certa forma, estar ditando como devem ser as traduções corretas, procedendo de modo bastante diferente daquele enunciado em sua conceituação de tradutologia, descrita como uma reflexão sem pretensões de reger a tradução: “a tradutologia é, portanto, uma *retomada reflexiva da experiência que é a tradução e não uma teoria que viria descrevê-la, analisá-la e, eventualmente, regê-la* (Berman, 1989, p. 676, negritos meus). Essas observações são corroboradas na conclusão de sua obra de 1984, na qual afirma que um dos eixos da tradutologia seria “elaborar uma teoria da *tradução não-etnocêntrica*”. Tal teoria, prossegue, seria “descritiva” e “normativa” (p. 297). Essa conclusão é compatível com a abordagem histórica apresentada mais acima, em que defende uma posição unilateral em relação à tradução, mas é completamente incompatível com sua definição de tradutologia, que nega categoricamente que

essa “nova área do saber” seja descritiva e normativa. É nesse sentido que podemos dizer que esse teórico francês não leva às últimas conseqüências sua própria proposta, ora defendendo uma posição, ora outra completamente antagônica.

Outra característica da tradutologia bermaniana é sua recusa de uma teoria global e única, pois tal teoria só seria “possível no horizonte da restituição de sentido” (1989, p. 676). Berman argumenta que esse horizonte existe, mas é secundário e oculta o que seria essencial: o “trabalho sobre a **letra**”, e é enquanto tal que a “tradução desempenha um papel **ético**, poético, cultural e mesmo religioso na história” (p. 676, negritos meus). Essa afirmação delinea a segunda frente de reflexão da tradutologia, a ética, e deixa claro o fato de que, para o teórico, só é possível ser ético através do respeito à “letra” do texto. Antes de entrarmos na questão da ética, adianto que essa posição também fere sua concepção de tradutologia, uma vez que prevê um modo correto de traduzir *a priori*.

Como toda ética pressupõe uma boa e uma má conduta, a ética bermaniana não é diferente, já que possui, inevitavelmente, uma noção precisa do bem e do mal traduzir. Sua postura ética consiste em “libertar, afirmar e defender o objetivo puro da tradução enquanto tal. Consiste em definir o que é a ‘fidelidade’” (1984, p. 17). Consiste, também, “em reconhecer o Outro enquanto Outro” (1985, p. 88). Para Berman, duas são as palavras definidoras da ética: “fidelidade e exatidão” (p. 87).

Na esteira de Walter Benjamin, em “*A tarefa do tradutor*”, o teórico francês defende que a fidelidade, “em todos os domínios”, só pode ser à “letra” do

texto, à sua corporeidade, e não ao seu sentido (p. 90). Em relação à segunda afirmação sobre a ética, “reconhecer o Outro enquanto Outro”, existe nela uma idéia de que a conduta certa seria traduzir elementos do estrangeiro, mantendo-os, sem eliminar sua estranheza. Essa afirmação é confirmada através do seguinte trecho: “uma tradução que ‘soa’ como tradução’ não é necessariamente ruim (enquanto que, inversamente, pode-se dizer que uma tradução que não soe como tal é obrigatoriamente ruim)” (Berman, 1984, p. 247). Assim, a reflexão de Berman, como a de Benjamim, é direcionada exclusivamente para o autor e o texto de partida. O primeiro vai mais longe, ao declarar que o tradutor que escreve visando o público alvo é levado a “trair o original”, mas acaba por trair também o público, pois lhe fornece uma obra “*retocada*” (1985, p. 85). Nesse sentido, parece não haver alternativa ao tradutor que se queira ético, a não ser traduzir a “letra” do texto, sem etnocentrismo. Por ora, volto a ressaltar que a proposição bermaniana de uma tradutologia não-normativa esbarra, a todo momento, no interior de sua própria reflexão, ou seja, no momento em que propõe uma ética, traz necessariamente com ela o que tanto condena, ou seja, uma série de princípios que deverão normatizar e reger a tradução.

Citando George Steiner (1978, p. 365), em *Après Babeľ*, Berman (1989) constata que noventa por cento das traduções são “falhas” [*fautives*], o que o faz pensar que caberia à tradutologia “analisar os fatores deformadores que operam no traduzir e impedem a tradução de atingir seu puro objetivo” (p. 676). O teórico

⁶ Para estabelecer um critério quanto às obras mencionadas por Berman, citarei o título da obra na versão francesa, e não no original, quando Berman assim o fizer. Além disso, citarei em nota o título original e indicarei a tradução em língua portuguesa, quando houver. No caso em questão, o título original é *After Babel* (1975).

francês atribui dois sentidos a essas “falhas”. Um deles parte da crença, já bastante disseminada entre nós, de que não se consegue jamais traduzir “plenamente” um enunciado, sendo as falhas, então, “inerentes a toda tradução” (p. 676). O segundo sentido é que, ao restituir o sentido da obra, necessariamente acontece uma “degradação da letra” (p. 676). Assim, traduzir adquire o sentido de destruir. A destruição aparece no pensamento do autor como algo negativo mas, ao mesmo tempo, necessário, visto que essa seria a única maneira de o sujeito relacionar-se com a obra (p. 677). Embora o teórico aceite que haja, inevitavelmente, uma interferência em toda tradução, sua meta é combater, numa “luta infinita” (1984, p. 284), essa interferência negativa. É o que está em jogo ao propor sua analítica, o terceiro modo de refletir a tradução, entendida aqui como a análise do “sistema de deformação dos textos que ocorre em toda tradução” (Berman, 1985a, p. 69).

A analítica é particularmente relevante para esta pesquisa, na medida em que representa o primeiro esboço em direção a uma crítica de tradução, tema central desta dissertação, pois o que está em questão é uma certa maneira de avaliar uma tradução. Mostrarei em que contexto surge a idéia de uma analítica, antes de entrar em seu exame propriamente dito. Dessa maneira, será possível evidenciar a relação entre o Próprio e o Estrangeiro (em francês, “*le Propre et l’Étranger*”) na teoria de Berman, relação que subjaz a toda essa discussão.

O título do livro de Berman, *L’épreuve de l’étranger* [A experiência do estrangeiro], indica uma das grandes características do pensamento desse teórico. Trata-se de uma expressão emprestada de Martin Heidegger e utilizada por esse filósofo alemão para se referir à tradução do texto grego de Sófocles,

Antígona, elaborada por Hölderlin, não por acaso a tradução mais admirada por Berman. Essa tradução, afirma este último, permitiu o “acesso à Palavra trágica grega [...], revelando a essência velada de toda tradução” (1985a, p. 67). Essa tradução, prossegue, revela a “pura estranheza” da obra estrangeira e o “poder singular” da tradução que é o de mostrar o “Outro enquanto Outro” (p. 67-8). Traduzir, para Berman, é isso: mostrar a experiência do Estrangeiro no texto de chegada. É assim que se enriquece a língua para a qual o texto é traduzido. Essa é uma das características mais positivas que o teórico reconhece na cultura alemã, isto é, o fato de a tradução ser tratada como uma forma de expansão e enriquecimento da cultura. Em outras palavras, a busca de elementos estranhos, ou que não existem na língua de chegada, faria com que essa língua ficasse mais rica. No entanto, acrescenta que essa não é a prática mais comum. A maioria esmagadora de tradutores percebe a tradução não como evidência, mas como negação do estrangeiro, como naturalização (p. 68).

Voltando à analítica, ela surge, assim, para mostrar como e por que o “puro objetivo da tradução”, receber o Outro enquanto Outro, é “desviado” (p. 68). Nesse sentido, cabe à analítica da tradução examinar o “sistema de deformação dos textos – da letra – que opera em toda tradução, impedindo-a de alcançar seu verdadeiro objetivo” (1985, p. 65). Como indica o autor, essas “deformações” estão presentes, em especial, nas traduções etnocêntricas, as quais têm em vista somente a bela forma e a restituição de sentido (p. 68). Porém, todo tradutor está sujeito a cometer tais “desvios”, conscientemente ou não. Tomar consciência deles seria uma maneira de “neutralizá-los” e perceber o que “ameaça” a prática do tradutor (1985, p. 65-6 e 1984, p. 19). A analítica proposta por Berman (1985)

seria uma “psicanalítica”, uma vez que essas deformações seriam, em grande parte, inconscientes, bem como uma “análise cartesiana”, por pretender analisar cada uma das dificuldades em tantas partes quantas forem necessárias para melhor examiná-las (p. 65). Berman localiza doze (1985a, p. 71-79), ou treze (1985, p. 68-81) “tendências deformadoras” que ocorreriam em toda tradução, pelo menos no Ocidente. Passo a resumir essas tendências, já que não tenho como propósito analisá-las em detalhe e, sim, tornar compreensível o que o autor considera como empecilho para a tradução atingir seu “puro objetivo”.

A “racionalização” é a primeira tendência descrita por Berman (1985). Diz respeito, principalmente, à estrutura sintática do original. Ignora-se o estilo do autor em função de uma certa ordem do discurso e substitui-se, por exemplo, um verbo por um substantivo, uma expressão formal por uma informal, um sinal de pontuação por outro (p. 69). A segunda tendência é a da “clarificação”, que se caracteriza por tornar a tradução mais clara do que o original, o que conduz à terceira tendência, a do “alongamento”, que tende a tornar toda tradução mais longa do que o original, tendo em vista o ideal de clarificá-la (p. 70-1). A próxima tendência descrita é o “enobrecimento”, cujo traço característico é a produção de frases elegantes, utilizando o original apenas como matéria-prima (p. 72). O “empobrecimento qualitativo” e “quantitativo” são outras duas dessas tendências, as quais dizem respeito a escolhas lexicais. Na primeira, o empobrecimento refere-se à escolha de termos que não possuem nem a mesma riqueza sonora, nem a mesma riqueza significante; na segunda, refere-se à escolha de um termo com significação restrita, enquanto no termo do original há uma proliferação de significantes (p. 73-4). Berman descreve as próximas tendências em termos de

“destruição”. A sétima tendência trata da “destruição do ritmo do original” e, a oitava, da “destruição das redes significantes subjacentes ao texto” (p. 76). As tendências restantes tratam da “destruição dos sistemas internos do texto” (o autor refere-se aos vários tipos de construções de frases), da destruição de locuções, etc. (p. 78). Finalmente, a última tendência é o “apagamento das superposições das línguas”. Berman explica que, quando várias línguas coabitam um romance, por exemplo, o tradutor tende a não manter essas línguas na tradução (p. 80-1).

Se imaginássemos uma tradução nos moldes acima enumerados, teríamos uma tradução que não deveria diferir do seu original sintática, morfológica, semântica e fonologicamente. A idéia subjacente é que o tradutor não pode intervir de nenhuma maneira; caso contrário, estará “destruindo” o texto. Sabemos que Berman era um tradutor experiente e, como tal, deparava-se a todo momento com essa questão. Na introdução à tradução francesa da obra do argentino Roberto Arlt, *Los siete locos*, por exemplo, os tradutores Antoine e Isabelle Berman (1981) esclarecem como irão proceder nessa tradução. Explicam que o francês literário “não está pronto para acolher as ‘perversões’ estilísticas de Arlt” (p. 15); nesse caso, a tendência seria a de fazer uma tradução etnocêntrica, em prol de uma legibilidade da obra. Mas, para os tradutores, proceder assim seria “uma destruição total do texto selvagem, indomável, que Arlt escreveu. Uma completa traição” (p. 15). Para não trair, mas também para não impressionar desagradavelmente o leitor francês, eles chegaram a um meio-termo, mantendo, mesmo causando um certo estranhamento, várias das imagens do original e

modificando determinados trechos considerados incompatíveis com o francês (p. 16).

Embora o princípio seja o mesmo, lutar contra o etnocentrismo, a opção de Berman, enquanto tradutor, revelou-se diferente da teoria. Como mostra na introdução citada, o autor não consegue fugir das “tendências deformadoras” que menciona; o que consegue, de fato, é pôr a nu a intervenção inevitável que toda tradução, ou toda leitura, provoca. A luta que pretende travar (e que sugere que todos os tradutores dela participem) está fadada ao fracasso, como tão exemplar e contraditoriamente nos mostrou o exemplo acima. Foi o Berman tradutor, quando se referiu ao leitor francês de sua tradução (aquele que se chocaria com o estilo de Arlt), quem teve que ser mais flexível e “deformar” o texto. Além disso, sua introdução parece mais um pedido de desculpas por “modificar” o texto, o que nos conduz a uma outra questão, que será tratada no terceiro capítulo: à crença de que haja características intrínsecas ao texto original, passíveis de serem captadas pelo tradutor.

Para finalizar esse item, ressalto que todas as tendências que Berman denomina de “deformadoras” (“racionalização”, “clarificação”, “alongamento”, “enobrecimento”, etc.) do texto são, na verdade, características da tradução que descreve como **etnocêntrica**, cuja clareza, fluência e elegância seriam artificios utilizados para a preservação do sentido do texto em detrimento de sua **letra**. Passemos, finalmente, a explicitar os conceitos supracitados.

1.3 “Tradução da letra” versus “tradução etnocêntrica”

A partir da apresentação, no item anterior, das principais características da reflexão de Berman, é possível apontar dois conceitos recorrentes em sua reflexão: a “tradução da letra” e a “tradução etnocêntrica”. Esse teórico defende um modo de traduzir que centralize sua atenção na “letra” do texto, numa tradição mais próxima, em seu entender, do modo de traduzir presente na cultura alemã, ao mesmo tempo em que contesta a “tradução etnocêntrica”, uma velha tradição, segundo ele, presente na cultura francesa. Dentro dessa perspectiva, o objetivo central deste item é examinar e problematizar os conceitos supracitados.

Segundo Berman (1984), a tradução enfrenta um dilema no âmbito cultural. Por um lado, toda cultura, para que possa sobreviver, precisa do Outro, uma vez que incorpora elementos de outras culturas e se define, pelo menos em parte, em contraposição a elas; por outro lado, uma cultura, mesmo que idealmente, gostaria de ser auto-suficiente e de, portanto, não necessitar desse Outro, dado que a incorporação de elementos estranhos pode comprometer sua identidade. Assim, a essência mesma da tradução, segundo o autor, é “abrir no plano da escrita uma certa relação com o Outro, fecundar o Próprio pela mediação do estrangeiro [...] é ser abertura, diálogo, mestiçagem, descentralização. Ou a tradução é posta em contato, ou não é nada” (p. 16). Mas, nesse caso, a tradução pareceria ferir a “estrutura etnocêntrica de qualquer cultura” que se deseja “pura” (p. 16). Nesse sentido, a atividade tradutória pode

vir a ser uma atividade criadora e enriquecedora (p. 53), ou uma atividade “apropriadora e redutora” (p. 16). Os conceitos bermanianos de “tradução da letra” e de “tradução etnocêntrica” refletem essas duas perspectivas da tradução. Passemos, então, à apresentação e ao exame desses conceitos.

Dentro de uma perspectiva etnocêntrica, segundo o teórico, a tradução se caracteriza por tentar reduzir o alheio ao que já existe na cultura, evitando, desse modo, uma possível contaminação pelo Outro. Os dois princípios ou axiomas de toda tradução etnocêntrica, continua Berman (1985), são: a obra traduzida deve soar de tal modo que não se possa “sentir” que se trata de uma tradução; deve-se traduzir de maneira a dar a impressão de que o próprio autor do original assim teria escrito na língua de chegada (p. 53). A grande maioria das traduções existentes tem ainda como guias esses princípios, conclui o autor, e acrescenta que “há séculos e séculos”, tradutores, autores, editores e críticos consideram ser esse o modo “normal e normativo” de traduzir (p. 48). Berman prossegue explicando que “etnocêntrico” significa “aquilo que reduz tudo à sua própria cultura, às suas normas e valores, considerando o que não lhe pertence – o Estrangeiro – como negativo ou como próprio para ser incorporado e adaptado, no intuito de enriquecer essa cultura” (p. 48-49). A posição de Colardeau, poeta francês do século XVIII, é, segundo Berman, exemplar no que se refere a esse tipo de concepção, quando afirma que “se há qualquer mérito em traduzir, só pode ser, se possível, o de aperfeiçoar o original, de embelezá-lo, de apropriar-se dele [e] dar-lhe um ar nacional” (apud Berman, 1985, p. 49).

Tais são as características gerais da tradução etnocêntrica. Segundo Berman (1985), esse tipo de tradução foi responsável, principalmente na França

dos séculos XVII e XVIII, pela atribuição às traduções, naquele contexto, do *status* de “belas infiéis” (p. 49). De fato, como podemos perceber na concepção de Colardeau, citada acima, somente as traduções etnocêntricas poderiam receber esse atributo, já que, ao processo de redução e de adaptação à cultura de chegada, que lhe é próprio, somar-se-ia a tentativa de “aperfeiçoar” e “embelezar” o original. Berman acrescenta que, para cumprir tal meta, os tradutores faziam, e ainda fazem, “correções, acréscimos, supressões [e] modificações”, obtendo, como resultado, traduções “de uma certa maneira, irreconhecíveis”, ou infiéis (p. 49). Para Berman, nas traduções etnocêntricas, essas modificações acontecem devido a uma preocupação centrada no sentido e na sua transmissão clara e direta. Em outras palavras, havendo a preocupação de não conservar nenhum traço do estrangeiro que pudesse causar estranhamento ou dificuldades no tocante ao sentido, e de não deixar nenhum ponto obscuro ou intrincado na tradução, os tradutores introduziriam determinadas modificações ou adaptações “aperfeiçoadoras” do original (p. 49).

Tal procedimento, posto que altera e mesmo “deturpa” a obra original, não só não pode ser aceito, afirma o autor, mas produzirá uma má tradução. Berman (1984) declara: “chamo de má tradução aquela que, geralmente sob a máscara da transmissibilidade, opera uma negação sistemática da estranheza da obra estrangeira” (p. 17). Assim, para esse autor, traduzir, levando em consideração exclusivamente o sentido, é desprezar algo de mais fundamental: a “letra” do texto original (1985, p. 58-59). A essência do traduzir estaria no respeito à letra do texto e não no respeito ao sentido. O teórico francês também ressalta que a concepção de tradução etnocêntrica, canônica no Ocidente (p. 51),

acaba por “destituir o texto de sua letra, de seu corpo mortal” e, assim, a fidelidade ao sentido se opõe à fidelidade à letra ou, como também declara, a “fidelidade ao sentido é obrigatoriamente infidelidade à letra” (p. 53).

Se, pois, a “essência última e definitiva da tradução” é a “tradução-da-letra”, o que significaria a tradução “do texto enquanto *letra*” (1985, p. 45)? Berman tenta esclarecer esse conceito, por meio, como ele mesmo afirma, de um “soberbo” texto de Alain⁷:

Penso que podemos **sempre** traduzir um poeta inglês, latino ou grego, **exatamente palavra por palavra, sem adicionar nada, e conservando a mesma ordem, até finalmente encontrarmos a métrica e mesmo a rima**. Eu raramente cheguei até lá; precisa-se de tempo, quero dizer, meses, e uma rara paciência. Chega-se, no início, a uma espécie de mosaico bárbaro; as partes ficam mal ajustadas; o cimento assenta as partes, mas elas não se encaixam. Permanece a força, a ruptura, uma violência mesmo [...]. É mais inglês que o inglês, mais grego que o grego, mais latim que o latim (Alain, apud Berman, 1985, p. 45, negritos meus).

Essa citação sublinha a preocupação de Berman quanto ao respeito ao original e à forma. No entanto, seria ingênuo e unilateral pensar que esse autor defenda a tradução tal qual anunciada por Alain. Berman (1985) é categórico ao afirmar que a tradução palavra por palavra é, a rigor, impossível, já que não se pode manter a mesma ordem das palavras na passagem de uma língua para outra (p. 139). Faz questão também de ressaltar que esse tipo de tradução é diferente da tradução literal. Para explicar o que significa tradução literal e mostrar sua relação com a “letra”, Berman mostra como traduziu o provérbio em espanhol: “*a cada día su pena, a cada año su daño*” [a cada dia seu castigo, a cada ano seu dano]. Ao invés de propor um provérbio equivalente em francês, escolheu uma “tradução ao

⁷ Émile Auguste Chartier, conhecido como Alain, foi filósofo e ensaísta francês, no começo deste século (Le Petit Robert, 1994).

mesmo tempo literal e livre” (p. 36): “à *chaque jour suffit sa peine, à chaque année sa déveine*” [a cada dia basta seu pesar; a cada ano, seu azar]. Explica que substituiu os jogos aliterativos do original “*día/pena, año/daño*” por uma outra aliteração, “*peine/déveine*”, e acrescenta que sua tradução não é uma tradução palavra por palavra, mas mantém, sob outra forma, a “estrutura aliterativa do provérbio original” (p. 36). Embora não nos revele em que sentido sua tradução é “literal e livre”, o teórico conclui com uma tentativa de definir a letra: “tal parece ser o trabalho sobre a letra: nem decalque, nem reprodução [...], mas atenção concedida ao jogo de **significantes**” (p. 36, negrito meu).

Dado que não encontramos esclarecimentos sobre como se dá essa atenção ao “jogo de significantes”, podemos pressupor que Berman esteja se referindo à noção de significante destacada na divisão saussureana de signo (o que seria natural para um autor cuja formação tem por base, principalmente, a lingüística). Nesse contexto, o significante corresponderia à parte sensível do signo (fonemas, grafemas), diferenciando-se do significado, sua parte abstrata (idéias). Ou, nos termos de Saussure (1972), a “imagem acústica” representaria o significante; o “conceito”, o significado (p. 80). Lembrar o algoritmo saussureano (significante/significado) é importante, uma vez que pretendo mostrar que a teoria de Berman está comprometida com uma divisão semelhante, na qual privilegia a forma e o texto original em detrimento do sentido e do texto de chegada.

Como vimos, embora mencionada várias vezes, a questão da letra não se encontra explicitada de forma satisfatória nos textos do teórico francês; mesmo no exemplo do provérbio, a questão de uma tradução literal e livre é bastante

vaga. A fim de tentar esclarecer um pouco mais a questão da letra, tomemos um exemplo pontual: o comentário de Berman (1985) sobre um verbo grego do texto de Sófocles, *Antígona*, e sua tradução elaborada por Hölderlin, considerada exemplar e uma fonte de inspiração para seu trabalho enquanto tradutor (p. 47). O que Berman admira nessa tradução é a literalidade, a “fidelidade” ao texto grego. Essa tradução não é só literal, reitera, é “arquilateral” e “hiperliteral”, no sentido de que “vai reencontrar as significações primeiras das palavras gregas” (p. 101). É, como dizia Alain, “mais grego que o grego”. No exemplo da tradução do verbo grego *καλχαινω*, Berman nos explica que, em seu sentido primeiro, esse verbo significa “ter a cor vermelha” [“avoir la couleur de la pourpre”, “avoir la teinte sombre”] e, em seu sentido derivado, “estar atormentado, sombrio” (p. 103). Hölderlin traduz o verbo em seu sentido primeiro, o que para Berman é a hiperliteralidade, a essência da tragédia grega, enquanto a tradução de Mazon, para a língua francesa, ao escolher para esse mesmo verbo a acepção “atormentar”, “perde completamente [...] a conexão que ainda ligava ‘sombrio’ à ‘cor vermelha’” (p. 103). Assim, o “acerto” de Hölderlin, ao se concentrar na “letra” do original, é inversamente proporcional ao “erro” de Mazon, ao se concentrar no sentido. Com esse exemplo, temos mais algumas informações sobre que tipo de preocupações um tradutor que se fixe na letra do texto deve ter. A preocupação de Berman tem em vista muito mais a forma do que o conteúdo ou, melhor dizendo, é pelo respeito à letra que se consegue ser fiel ao que quis dizer o texto; é pelo respeito à letra que aparece o “conceito de *verdade da tradução*” (p. 107).

Supor que a verdade da tradução apareça, por exemplo, no resgate da etimologia de um verbo, é supor que o texto de partida conta com uma única

possibilidade de tradução; é supor que essa verdade se encontre no próprio texto original e que o tradutor habilidoso possa resgatá-la. Essa posição é incompatível com a postura anterior de Berman, se pensarmos, como foi abordado no item anterior, no modo como esse autor concebe a história da tradução. O teórico se apresenta como alguém que se esmera em pensar na maneira como a tradução funciona ou significa em épocas diferentes. Dessa forma, esse teórico atua como construtor dos “fatos” históricos, não como aquele que promove seu resgate. No entanto, como vimos, na análise da tradução de Hölderlin, Berman defende que a verdade do texto é resgatada pelo respeito à letra, o modo correto de traduzir, o que traria de volta até mesmo a própria essência da tragédia grega, independentemente do momento histórico ou de um contexto.

É Berman (1984) mesmo quem ressalta que a tradução de Hölderlin foi rejeitada por seus contemporâneos e considerada até mesmo como a “obra de um louco” (p. 250). Somente no século XX é que ela foi vista como uma das “maiores traduções da história ocidental” (1985, p. 98). Como explicar que os especialistas contemporâneos de Hölderlin não tenham percebido a majestade dessa tradução? É possível formular pelo menos duas respostas antagônicas. Poderíamos pensar que só para os especialistas do nosso século (devido a uma idéia, talvez, de evolução) foi possível perceber que foi Hölderlin quem realmente resgatou a “verdade” do original grego. Uma segunda resposta seria que o contexto histórico, ideológico e a visão do analista sobre o que deve ser a tradução de determinado texto direcionam o julgamento desse último e não, como quer Berman, que haja algo intrínseco à obra que determinaria, *a priori*, como deveria ser traduzida. Para aceitarmos a primeira tentativa de resposta, temos que aceitar, necessariamente,

que o contexto e a época em que vivemos em nada modificam a visão que temos de determinado texto, que suas palavras vão significar para o leitor do nosso século o mesmo que significou para Hölderlin e, também, para Sófocles, cinco séculos antes de Cristo (já que Hölderlin teria captado a essência da tragédia grega).

Rosemary Arrojo (1986) ilustra habilmente essa questão ao nos convidar a imaginar um concurso de fantasias que teria sido realizado em São Paulo, em meados da década de vinte, no qual seria vencedora aquela que fosse escolhida por representar a “versão mais fiel” de Cleópatra, a rainha do Egito (p. 38-9). Arrojo nos convida a imaginar a foto dessa suposta vencedora e conclui que o que lá veríamos seriam características muito mais semelhantes àquilo que entendemos pertencer à década de vinte, em São Paulo (moda, penteado, maquiagem, traje, tecido, corte e costura, expressão facial e corporal da vencedora), do que com a época ou com o que seria a Cleópatra “original” (p. 38-40). O que a autora ilustra é não só a impossibilidade de uma escolha isenta de “marcas” e de interpretação, mas também que os jurados, ao elegerem a versão mais “fiel” da Cleópatra, estão, na verdade, elegendo o que **acreditam** ser essa versão. É por essa razão que a segunda resposta, formulada acima para explicar por que os especialistas em Hölderlin não teriam percebido a “majestade” daquela tradução, me parece mais convincente.

A crença de Berman (1985), segundo a qual o significado de um texto se encontra presente em sua “letra”, ou seja, que as características que se percebem no texto foram lá colocadas pelo autor do original, é reafirmada em seu comentário sobre as traduções de poemas. Ao citar vários poetas (entre eles,

Baudelaire, Mallarmé, Valéry, Pasternak, Jouve e Celan) que traduziram outros poetas, Berman afirma que “muitos”, “não todos, **não os mais íntegros**, se acharam no direito de tomar liberdades que eram justificadas por ‘leis’ do diálogo entre poetas, ‘leis’ que os dispensariam dos deveres comuns dos tradutores” (p. 58, negritos meus). O resultado, prossegue, são

‘recriações’ livres, [...] que não temos o direito de confundir com traduções. Pois [...] negligenciam o contrato fundamental que liga uma tradução a seu original. Esse contrato – certamente draconiano – proíbe tudo que *ultrapasse a textura do original*. Estipula que a criatividade exigida pela tradução deve ser colocada inteiramente a serviço da reescritura do original em outra língua, e jamais produzir uma super-tradução determinada pela poética pessoal do tradutor. Essa é a grande diferença entre o Shakespeare traduzido por Jouve e o Shakespeare traduzido por Leyris ou Bonnefoy. No primeiro caso, temos o arbitrio caprichoso de um poeta que se incorpora a tudo que toca; no segundo, a dimensão poética está ligada à dimensão ética da tradução: conduzir para a fronteira da língua de chegada a obra estrangeira em sua estranheza pura, sacrificando deliberadamente sua ‘poética’ própria (p. 58).

Podemos constatar que, para Berman, é uma questão de **opção** traduzir de forma etnocêntrica ou não. Se o tradutor for “ético” ou “íntegro”, lutará contra a assimilação e aceitará trazer características do estrangeiro para sua língua, sem evitar a contaminação; mas, se for um mau tradutor, como aquele que “se incorpora a tudo que toca”, produzirá textos que não devem nem ao menos ser chamados de tradução. Como venho tentando mostrar, o que me parece problemático é que Berman pressupõe que, quando o tradutor “escolhe” uma ética, numa perspectiva, digamos, anti-etnocêntrica, não estaria se misturando ao texto. A rigor, o fato de querer, por exemplo, sacrificar sua poética própria em detrimento de uma ética já é uma escolha, um posicionamento frente à tradução, que nela se refletirá, queira ou não. A título de ilustração, poderíamos pensar no caso do provérbio espanhol supracitado, traduzido por Berman. Ao optar por não

traduzi-lo por um provérbio equivalente em francês, o tradutor faz uma escolha que, inevitavelmente, interfere no original. Assim como também interferiria caso propusesse um provérbio em francês que fosse similar ao provérbio em espanhol no tocante ao sentido. Tanto uma escolha quanto outra demonstram um posicionamento (consciente ou inconsciente) do tradutor frente ao texto que produz, deflagrando a tentativa de “preservação” de características que cada tradutor percebe como mais importantes para “privilegiar” em sua leitura. Assim, se o tradutor acha que o fundamental é manter a rima, é isso que o conduzirá em sua leitura; da mesma forma que outro tradutor, crente de que o fundamental seja a tentativa de manutenção do sentido, será conduzido pela busca de um provérbio já existente em sua língua, que possa ser utilizado em situação parecida na língua do original.

É possível apontar um conflito nas argumentações de Berman, se levarmos em consideração o caráter quase panfletário de sua defesa da tradução e do tradutor. Para o teórico, a tradução ocupa uma posição subalterna que a aprisiona em uma dimensão “sempre suspeita”, tendo como uma das conseqüências o “apagamento do tradutor que tenta fazer-se ‘pequenino’, humilde mediador de obras estrangeiras, sempre traidor, mesmo quando o que mais deseja é ser a própria encarnação da fidelidade” (1984, p. 16). Assim, se, por um lado, temos um defensor da tradução que almeja a valorização dessa atividade, desejando que o profissional não seja mais esse humilde mediador; por outro lado, temos a afirmação de Berman, citada na página anterior, que põe em dúvida a integridade do tradutor que se “mistura” ao texto que traduz. Essas duas visões da tradução e do tradutor são conflitantes, já que Berman acaba por defender

uma idéia de apagamento do tradutor, uma vez que este último deve sacrificar sua voz para que a voz do autor apareça. Ao defender que o tradutor não pode se incorporar ao texto que traduz, Berman peca contra seus próprios mandamentos, pois é justamente esse apagamento que prega, na medida em que deve deixar de lado suas próprias convicções poéticas. Não estaria Berman dizendo, em outras palavras, que o tradutor deve ser esse “humilde mediador” que sacrifica sua poética em prol de um autor supremo?

No que diz respeito ao “contrato fundamental” da tradução, o qual proibiria qualquer ultrapassagem da textura do original, Berman pressupõe a existência de uma linha divisória entre o permitido e o proibido, cujos limites, ao que tudo indica, seriam ditados por sua própria ética da tradução. Essa ética não diz respeito à relação entre a tradução e o seu público receptor; suas preocupações são dedicadas exclusivamente ao autor e ao texto original, o que reconduz Berman (1984) ao interior da problemática que ele mesmo havia rejeitado (qual seja, a da tão citada divisão entre os que priorizam as questões relacionadas ao autor, à língua e ao texto original e os que priorizam o que concerne ao leitor da obra traduzida, à língua de chegada e à tradução) (p. 17).

No entanto, isso não parece querer dizer, como afirma Anthony Pym (1997), que Berman desdenha as questões referentes à origem (p. 87), mas que deseja se colocar fora do quadro teórico tradicional (Berman, 1985, p. 37), que separa os defensores da forma e os do sentido, sem ter o êxito desejado. Como exemplo, temos a conclusão de *L'épreuve*, na qual Berman (1984) afirma que suas propostas “se distanciam muito das tradicionais divisões, da teoria da

tradução, entre os ‘partidários da letra’ e os ‘partidários do sentido’” (p. 297)⁸. Embora seja explicitamente contra esse tipo de divisão, Berman não consegue escapar de uma polarização em termos bastante semelhantes. Uma das críticas que Douglas Robinson (1996) faz a Berman é justamente quanto à sua divisão ou polarização de dois modos de tradução: a boa, a “tradução estrangeirizadora”, e a má, a “domesticadora” (p. 198). Anthony Pym (1997), por exemplo, situa Berman no pólo que denomina “privilégio da fonte”, caracterizado por privilegiar, na tradução, tudo o que concerne ao texto de origem (a língua, a cultura) (p. 87). É nessa categoria que Pym (1997) acaba por incluir Berman, a partir do momento em que as reflexões desse teórico francês se “definem explicitamente em termos de exatidão e de fidelidade à letra” (p. 88). Vale lembrar que essa última citação de Pym corrobora um dos argumentos que venho explorando neste item: a conexão existente, no pensamento de Berman, entre fidelidade e respeito à letra.

Por fim, cabe ressaltar que as considerações feitas até agora parecem se restringir apenas à tradução de “obras”, em contraposição à tradução de “textos”. A preocupação central de Berman, no ensaio “*Traduction spécialisée et traduction littéraire*” (1991), é analisar e diferenciar a tradução especializada da tradução literária. Segundo o autor, traduzir um texto especializado é traduzir uma “mensagem”, que possui, ao mesmo tempo, “conteúdos determinados, uma forma discursiva determinada, terminologias determinadas e uma finalidade determinada” (p. 11). A informação deve ser transmitida de maneira “clara”, “confiável” e “eficaz”, pois aquilo que o texto especializado visa é a “comunicação”

⁸ Berman (1986b) também critica a cisão feita tradicionalmente entre o “sentido” e a “letra” (cf. p. 63-4).

e, para isso, a língua funciona como um instrumento. Além disso, tanto o público da língua de partida, quanto o da língua de chegada são determinados, o que propiciaria uma “metodologia”, uma “técnica” (p. 12). Por sua vez, continua o autor, traduzir “obras”, no caso da tradução literária, é traduzir uma “totalidade textual única”. A língua, nesse caso, faz a mediação de uma “revelação do ser-no-mundo” (p. 11), devendo ser “fiel ao original, o que significa necessariamente ser fiel à letra, à sua textura” (p. 14). Isso permite inúmeras “transformações” e, por isso mesmo, não poderia haver uma metodologia fixa. O autor não define os motivos que o levam a pensar a “obra” como revelação do ser-no-mundo, tampouco explicita que transformações são essas, que ocorreriam apenas nas “obras” e não em outros textos. A razão que determina que uma tradução literária deva ser “fiel”, enquanto que a tradução especializada limitar-se-ia a ser apenas “confiável” não é explicitada. Além disso, o autor também não determina que fronteiras poderiam ser traçadas para delimitar os diferentes tipos de texto que cita: técnicos, jurídicos, comerciais, publicitários, científicos, filosóficos, literários, etc.

Nesse sentido, embora não deixe claro o que diferencia a “obra” de outros textos, Berman (1985) trata de maneira geral como “obra” os textos literários e filosóficos, principalmente os que marcaram época. Ao traduzir esses dois “setores da escrita”, a diferença básica é, segundo Berman, que a preocupação com o sentido é justificável e deve ser mantida no caso das traduções de “textos”, uma vez que têm uma função fundamentalmente informativa, ao passo que, nas traduções das “obras”, o sentido se apresenta de “um modo tão infinito que excede toda possibilidade de captação” (p. 57). A importância dessa separação

entre “obra” e “texto” reside no fato de que, no caso dos “textos”, Berman “permite”, por assim dizer, a tradução etnocêntrica. Como o teórico acredita que o que está em jogo, nesse caso, é apenas passar uma informação, a captação de sentido, mesmo que assimiladora, seria possível e até recomendável (p. 57). Desse modo, apesar de questionar a tradução etnocêntrica, Berman admite sua necessidade em alguns casos; mesmo assim, a captação e a transmissão do sentido impostas por ela são secundárias, encobrendo algo de mais fundamental: o “essencial do traduzir está noutra lugar” (p. 58). Tudo leva a crer que o essencial do traduzir, para ele, estaria na “letra” do texto.

A crença na existência de uma “obra”, em contraposição ao “texto”, permite supor a existência de algo que seja responsável pela distinção. Berman parece pressupor que haja um conjunto de características internas aos escritos, passível de ser identificado de forma objetiva. Se as características que Berman percebe nas “obras” fossem internas e válidas para todos e em todos os tempos – e não externas e produzidas pelo sujeito em determinado momento histórico – tais características poderiam ser resgatadas e transportadas de uma língua para outra, sem perderem sua “essência” e aproximando-se da “verdade” da tradução. Com esse tratamento da tradução em termos de transporte, Berman também não se diferencia dos teóricos “tradicionais” que critica, como, por exemplo, Eugene Nida. Nesse sentido, as análises de Arrojo (1986) que tratam a questão da tradução como transporte, em autores como Nida, por exemplo, também são válidas para Berman. A autora mostra, entre outras coisas, que esses teóricos colocam o tradutor em uma posição mecanicista e, por consequência, inferior. Conforme Arrojo (1986):

se pensarmos o processo de tradução como transporte de significados entre língua A e língua B, acreditamos ser o texto original um objeto estável, 'transportável', de contornos absolutamente claros, cujo conteúdo podemos classificar completa e objetivamente. [...] Ao mesmo tempo, se compararmos o tradutor ao encarregado do transporte dessa carga, assumiremos que sua função, meramente mecânica, se restringe a garantir que a carga chegue intacta ao seu destino (p. 12).

Uma concepção de tradução com as propriedades descritas acima destoa de outras afirmações de Berman. Um teórico que acredita que a tradução seja uma atividade que não pode ser tratada como mediação, e que esse tipo de tratamento desmerece a tradução e o tradutor, no momento que considera que haja algo inerente ao texto original, algo que deveria ser simplesmente transportado, acaba, inadvertidamente, por propagar a inferiorização que critica.

Como pretendi de início, ressaltai o tipo de concepção de tradução com a qual Berman está comprometido, e cujos elementos principais são: a oposição entre os conceitos de "tradução etnocêntrica" e "tradução da letra"; a defesa desse último conceito como o modo correto de traduzir; e, ainda, a possibilidade de incluir o autor como um defensor da possibilidade de manutenção, no texto traduzido, de características supostamente presentes no texto original, principalmente aquelas que dizem respeito ao estilo do mesmo. Quanto a algumas discordâncias que tenho em relação a essas posições, elas foram levantadas, porém, ainda não completamente desenvolvidas. Isso foi feito propositadamente, uma vez que aqui pretendi mostrar as concepções do autor e deixar suas implicações para serem retomadas após ter apontado que sua crítica de tradução, examinada no segundo capítulo, está comprometida com os mesmos princípios e terá, portanto, conseqüências semelhantes.

**CAPÍTULO 2 – O PROJETO DE CRÍTICA DE TRADUÇÃO DE BERMAN EM
SEU LIVRO *POUR UNE CRITIQUE DES TRADUCTIONS: JOHN DONNE***

There's nothing simply good, nor ill alone,
Of every quality comparison,
The only measure is, and judge, opinion.

John Donne
"The progress of the soul"

Em 1991, membros da Universidade de Paris VIII esperavam apenas a conclusão do livro de Berman, *Pour une critique des traductions: John Donne* (1995, doravante *Pour une critique*), para que pudessem homenagear o colega de trabalho por sua “iniciativa original, fecunda, erudita e admiravelmente articulada”, como nos relata Michel Deguy (1992, p. 18). Essa homenagem, todavia, não aconteceu. Berman faleceu um mês após finalizar o livro.

Quatro anos mais tarde, a obra, editada por sua esposa, Isabelle Berman, foi considerada, pela imprensa e por autores de resenhas publicadas em vários periódicos⁹, o grande legado de Berman, o núcleo de seu pensamento, uma espécie de autobiografia e, sobretudo, um livro com valor testamentário. Eis alguns desses comentários:

Este livro é todo vida e generosidade. À reflexão teórica e às análises críticas se entrelaçam, com muita naturalidade, alusões autobiográficas (Mouchard, 1995, p. 6).

Após as obras célebres de Georges Mounin, que ainda ocupam um lugar importante na história dos trabalhos sobre tradução, as grandes editoras francesas raramente abriram suas coleções às questões da tradução. Essa constatação é por si só suficiente para conceder à publicação do livro de Antoine Berman as dimensões de um verdadeiro acontecimento. Por uma razão bem diferente, infelizmente, o livro adquire uma significação histórica. O autor e pesquisador Berman soube, no momento em que ainda escrevia o livro, que redigia uma espécie de testamento intelectual (Meylaerts, 1996, p. 390).

[*Pour une critique*], publicado três anos após sua morte, e no qual [o autor] trabalhou até o fim, sem descanso, desenvolve, com uma sagacidade prodigiosa, certos temas vinculados a seu livro precedente [*L'épreuve*] (Bianciotti, 1995, p. 1).

⁹ Cf., por exemplo, Bianciotti (1995); Zavriew (1995); Mouchard (1995); Grodent (1995); Amstutz (1995); Manubino (1995); Bouvet (1995); Simon (1995); Meylaerts (1996) e D'Hulst (1996).

Tais citações servem para destacar a importância concedida à obra póstuma de Berman e indicam que, por se tratar de “uma espécie de testamento intelectual”, representa uma certa revisão do que o autor já havia anteriormente escrito. Essas citações pretendem ressaltar, em especial, uma continuidade de pensamento em relação a seu primeiro livro (*L'épreuve*), o que estaria de acordo com as intenções de Berman (1995), conforme ele mesmo sugere na introdução de *Pour une critique* (p. 11). A importância do reconhecimento dessa continuidade conceitual de uma obra para outra ficará mais clara no decorrer do capítulo, quando tentarei mostrar que uma postura semelhante àquela encontrada em *L'épreuve* estará presente também no projeto de crítica de tradução, descrito em *Pour une critique*. Tal conexão evidenciará que a conceituação anteriormente elaborada por Berman, ao invés de negada ou modificada, é reafirmada e desenvolvida. O tom das citações fornecidas acima revela, por fim, que as resenhas sobre o livro, devido ao falecimento prematuro de seu autor, cederam lugar ao elogio, deixando de lado, na maioria dos casos, a análise do texto em si. Tendo em vista não existir, até o momento, um estudo de maior fôlego¹⁰ sobre a proposta de crítica de tradução de Berman, este capítulo, em especial, tem como objetivo geral preencher essa lacuna.

A partir da apresentação, no primeiro capítulo, das concepções teóricas de Antoine Berman, dentre as quais se destacam sua defesa da tradução como tradução da “letra” e sua posição contra a tradução etnocêntrica, este segundo capítulo tem por objetivo principal mostrar que sua proposta de crítica de

¹⁰ Mesmo fora do Brasil, não encontrei, através de pesquisas *on-line* e em bibliotecas, registros de estudos sobre o projeto de crítica do autor.

tradução se desenvolve também seguindo parâmetros semelhantes. Se, à primeira vista, isso poderia sugerir que suas concepções de tradução e de crítica de tradução são coesas, tornando sua argumentação ainda mais consistente, ao analisar mais detidamente sua proposta de crítica e sua respectiva aplicação, entretanto, defendo que ela assume a perspectiva de uma análise com pretensões universalistas, especialmente ao propor um consenso na avaliação de traduções, o que inviabiliza sua proposta teórica que se pretende “crítica”, “não-neutra” e, portanto, parcial (cf. Berman, 1995, p. 63).

Diferentemente do capítulo anterior, que se deteve na maioria dos textos de Berman, este capítulo se concentrará na apresentação e discussão de sua proposta de crítica de tradução, tema central do seu último livro, *Pour une critique* (1995). Esse livro foi dividido por seu autor em três partes: duas maiores, “*Le projet d’une critique ‘productive’*” (p. 33-98) e “*John Donne, traductions et retraduction*” (p. 99-228); e uma menor, “*De la réception de la traduction Denis et Fuzier en 1962*” (p. 229-258). De uma forma extremamente sucinta, a primeira parte apresenta algumas vertentes de crítica de tradução e a própria teoria de crítica de tradução de Berman; a segunda é uma aplicação dessa teoria a traduções da elegia “*Going to bed*” de John Donne, principalmente, à tradução francesa de Yves Denis; por fim, a terceira parte analisa a recepção dessa tradução por ocasião de sua primeira publicação, em 1962.

Neste segundo capítulo, além de apresentar o livro em questão, pretendo assinalar a incongruência que acredito existir entre a defesa de uma crítica com pretensões universalistas, como já ressaltai, e a tese da não-neutralidade na avaliação das traduções. Nessa perspectiva, o texto que segue será organizado em

três itens. No primeiro, “Um retorno às críticas de tradução que embasaram o projeto bermaniano”, pretendo apresentar brevemente as vertentes de crítica propostas pelos teóricos mencionados por Berman, com o objetivo de apontar a filiação teórica do autor e indicar em que pontos rompe com a mesma. Para isso, destacarei os dois tipos de crítica de tradução que serviram de base para o projeto de Berman; um deles, decorrente das “análises engajadas” de Henri Meschonnic (1973), e o outro, da teoria dos “polissistemas”, da chamada “escola de Tel Aviv” (Toury, 1980), além de ressaltar as inconsistências detectadas por Berman nessas teorias. É no momento em que Berman (1995) examina tais “inconsistências” que ele começa a delinear sua própria crítica de tradução, e, ao fazê-lo, torna evidente uma de suas principais hipóteses, qual seja, a que defende uma avaliação “crítica” da tradução, mas “não-ideológica” (p. 63). No segundo item, “a proposta de crítica de tradução de Berman”, analisarei essa hipótese, tentando argumentar que sua proposta não se concretiza. Finalmente, no último item, examinarei “a aplicação do projeto na tradução da elegia *“Going to bed”*, de John Donne”, traduzida por Yves Denis. Pretendo, com esse exemplo, estabelecer a relação que acredito existir entre as críticas do autor a essa tradução e sua concepção anti-etnocêntrica de tradução. Para que se possa refletir sobre tal relação, é imprescindível apresentar o *corpus* utilizado por Berman, tendo em vista que sua teoria se torna mais elucidativa quando aplicada às traduções dessa elegia.

2.1 Um retorno às críticas de tradução que embasaram o projeto bermaniano

Por ocasião de sua tentativa de classificar os vários gêneros de crítica de tradução, Berman (1995) argumenta que o tipo mais comum de análise consiste na procura pura e simples de “modificações” na tradução em relação ao original, modificações essas qualificadas, freqüentemente, como falhas do tradutor. Essa espécie de análise, desprovida de método e de rigor, contentar-se-ia, continua o autor, em procurar problemas pontuais na tradução por meio do confronto com o original e em avaliá-la como boa, média ou ruim (p. 44), mas sem se preocupar com “os porquês” das supostas falhas ou problemas. Um segundo tipo de análise, também desprovido de uma “forma”¹¹ e de uma “metodologia específica”, diferiria do primeiro por ser um estudo mais aprofundado dos textos, por estar vinculado a uma outra disciplina, em geral, a literatura, e por tratar de questões mais globais e menos pontuais (p. 44-5). Dada sua erudição, seriam análises de difícil leitura e, por isso, dirigidas a um público bastante restrito.

Entre as análises que, ao contrário das supracitadas, teriam uma “forma”, Berman (1995) considera exemplar aquelas por ele denominadas “análises engajadas”, como as de Henri Meschonnic. Fundamentado em “saberes modernos” como a lingüística e a semiologia – daí a denominação “análises engajadas” –, esse gênero de análise teria uma “forma” exatamente por possuir uma “teoria explícita do traduzir e da escritura, que examina as traduções em

¹¹ Segundo Berman (1995), uma crítica que tenha forma se caracteriza por possuir uma “estrutura discursiva” tão particular que a diferencia de outros gêneros de crítica, uma forma que “*tematize sua especificidade e, assim, produza sua metodologia [mas também] busque fundá-la sobre uma teoria explícita da linguagem, do texto e da tradução*” (p. 45).

nome de uma idéia sobre o ato tradutório” (p. 45). Em outras palavras, esse tipo de análise se configuraria efetivamente em uma crítica, visto que permite delinear uma proposta de avaliação da tradução. Por conseguinte, essa avaliação permitiria mostrar por que as traduções analisadas, não se adequando ao modelo, seriam consideradas falhas. Nesse sentido, os trabalhos de análise crítica de Meschonnic vêm acompanhados de retraduições, nas quais o autor demonstra como determinado texto deveria ter sido traduzido.

Berman (1995) revela, entretanto, que, para aquele autor, o que conta é mais o ato de “denunciar” do que o de analisar (p. 47). Além disso – e nesse momento podem ser percebidos os primeiros contornos da crítica de tradução que Berman deseja formular – ressalta que os critérios de Meschonnic são quase mecânicos, o que representa um grande perigo para as análises de tradução (p. 49). Apesar dessa discordância, Berman celebra as análises daquele autor, na medida em que “cessam” de promover o que chama de “impunidade do tradutor”, impedindo-o de fazer “o que quiser” em nome de sua liberdade (p. 47-48). A crítica de Berman, como veremos, manterá a idéia aqui apresentada de que o crítico tem como uma de suas funções vigiar o trabalho do tradutor, o que impediria este último de fazer o que bem entender com o texto.

Em contrapartida, Berman (1995) afirma que seu método de análise se diferenciará do tipo de crítica proposta por teóricos como Meschonnic, pois suas críticas não terão como meta “demolir” as traduções consideradas ruins (cf. p. 37). Acrescenta, ainda, que evitará o ataque e procurará determinar “os porquês das falhas” (p. 37). Ou seja, Berman entende que as críticas elaboradas por Meschonnic e teóricos da mesma linha são essencialmente negativas e

destrutivas e, ao contrário deles, propõe um projeto de crítica supostamente positivo e “produtivo” (p. 96). Por essa razão, rejeita o próprio termo “crítica de tradução” por estar, em geral, associado a uma idéia negativa (p. 38 e 41). Para Berman, essa tendência de querer unicamente julgar uma tradução a partir da procura exaustiva de seus “defeitos” deve-se, em grande parte, à idéia de que a tradução é vista como um texto “segundo” e defeituoso, que deveria corresponder necessariamente, por meio de comparação, a um texto “primeiro” e “verdadeiro” (p. 41). O autor combate essa idéia ao ressaltar o caráter positivo da crítica e ao defender que uma obra, tradução ou não, tem necessidade da crítica para “se comunicar, se manifestar, se complementar e se perpetuar” (p. 39). Acrescenta, ainda, que toda tradução é crítica e, em se tratando de uma retradução, é automaticamente uma crítica às outras traduções (p. 40).

Uma última linha de estudos apresentada por Berman (1995) é a da “chamada escola de Tel Aviv, fundada por Itamar Even-Zohar” e que teria como principais representantes Gideon Toury, em Israel; José Lambert, na Bélgica, e Annie Brisset, no Canadá (p. 50). De acordo com Berman, diferentemente dos outros gêneros de crítica apresentados anteriormente, a crítica de Toury tem como característica estar centrada no texto de chegada, bem como tentar elaborar uma avaliação “neutra, objetiva e ‘científica’” das traduções (p. 50). Outra particularidade desse tipo de análise é que ela levaria em consideração as “condições sócio-históricas, culturais e ideológicas que fizeram da tradução o que ela é” (p. 51). Toury explicita que a tradução, como tudo o que nos cerca, está sujeita a certas normas, “valores ou idéias gerais partilhadas por um certo grupo social sobre o que é bom e mau, apropriado ou inapropriado” (apud Berman,

1995, p. 51). Como se percebe, o conceito de norma é central para essa teoria, pois são as normas que determinarão “os textos a serem traduzidos e como as traduções serão formuladas e reformuladas” (Toury, 1980, p.141; apud Berman, 1995, p. 51)¹².

Berman (1995) concorda, em parte, com essa teoria e chega a reconhecer algumas semelhanças entre esse tipo de análise e as que defende em *L'épreuve* (1984). Mais do que as semelhanças encontradas pelo autor, o que me interessa particularmente são os pontos divergentes, porque são eles que possibilitam delinear as primeiras características da crítica de tradução de Berman. Sua principal crítica à teoria de Toury diz respeito à tentativa deste último de elaborar uma forma de avaliação neutra do texto traduzido. Quanto a isso, Berman é categórico em não admitir que tal posição seja possível: “em tradução não se pode e não se deve ser neutro” (p. 63). Em lugar de uma “ciência da tradução”, que queira assemelhar-se às ciências ditas exatas, pregando uma objetividade acima de qualquer suspeita, a ciência da tradução, para esse autor, deveria ser “um saber discursivo e conceitual rigoroso sobre a tradução”, um saber que buscasse uma “cientificidade própria” (p. 63).

Essa “ciência” deveria ser crítica e, portanto, não poderia ser neutra e, acrescenta, deveria ser “crítica”, mas “não-ideológica” (p. 63). Porém, cabe lembrar que Berman, em momento algum, fornece uma explicação sobre esses conceitos, nem explicita, por exemplo, de que maneira uma crítica poderia ser “não-ideológica”. Pode-se presumir que o autor assim proceda por pressupor que

¹² Não é do escopo deste trabalho entrar em detalhes sobre a teoria de Toury. Quanto a isso, remeto os leitores à tese de Rodrigues (1998), que faz uma análise cuidadosa do autor (cf., em especial, p. 130-161), e ao livro de Gentzler (1993), que dedica o quinto capítulo à teoria dos “polissistemas” (p. 105-143).

sejam idéias já bastante difundidas e evidentes. Entretanto, se observarmos apenas um exemplo na vasta literatura sobre ideologia, perceberemos que só esse termo já traz consigo inúmeras significações e dificuldades. Como afirma Michael Löwy (1988):

É difícil encontrar na ciência social um conceito tão complexo, tão cheio de significados, quanto o conceito de ideologia. Nele se dá uma acumulação fantástica de contradições, de paradoxos, de arbitrariedades, de ambigüidades, de equívocos e de mal-entendidos, o que torna extremamente difícil encontrar o seu caminho nesse labirinto (p. 11).

Nesse contexto, parece apropriada a declaração de Paul Ricoeur (1986) de que a relação entre ciência e ideologia “depende tanto do sentido que se pode dar à noção de ciência [...] como do sentido que se dá à própria ideologia” (p. 302), razão pela qual esses dois conceitos são objeto de uma discussão quase infundável¹³. O próprio Ricoeur (1977) fornece argumentos que impossibilitariam que uma teoria social, concebida como crítica, pudesse chegar a um estatuto inteiramente não-ideológico (p. 81). Um dos seus argumentos parte da afirmação de que pensar “uma consciência radicalmente crítica deveria, com efeito, resultar de uma reflexão *total*” (p. 85). Para que existisse uma reflexão nesse nível, o teórico não poderia fazer parte dessa ciência e teria que se definir completa e exteriormente em relação a seu projeto. Ricoeur não acredita que seria possível chegar a esse nível de abrangência, levando em conta que o teórico não seria capaz de se desvencilhar de sua posição de sujeito da ciência e, dessa forma, toda reflexão seria sempre mais ou menos parcial e fruto de um ponto de vista. Logo, não haveria uma reflexão total e, por conseguinte, não haveria uma análise radicalmente crítica. Assim, uma visão que se deseja apenas crítica e não-

¹³ Cf., por exemplo, Foucault (1995, p. 208-10), Habermas (1975, p. 303-ss.), Ricoeur (1977, p. 77).

ideológica quer “subtrair a história a toda condição ideológica, supondo tacitamente que se possa efetuar uma reflexão total. Também [...] supõe [...] que o cientista possa ter acesso a um ponto de vista definitivo, capaz de exprimir a totalidade” (p. 86). Essa é, para Ricoeur, a razão fundamental pela qual a teoria social não pode se desvincular por completo da condição ideológica (p. 86). Essa passagem indica que esses conceitos são, no mínimo, polêmicos, o que aponta, novamente, para uma lacuna na reflexão de Berman, marcada pelo fato de não explicitar suficientemente tais conceitos.

Como se percebe, a afirmação de Berman (1995) citada mais acima, qual seja, a de que uma ciência da tradução não pode ser “neutra”, mas deve ser “crítica” e “não-ideológica”, toca em questões fundamentais que têm sido o cerne das discussões nas ciências humanas: o *status* de ciência, a questão da neutralidade, da crítica e da ideologia. É claro que, no âmbito deste trabalho, não será possível discutir cada um desses temas e contemplar toda a polêmica que trazem. O que proponho é desconsiderar se a reflexão de Berman adquire, ou não, o *status* de ciência, mas partir da constatação de que esse teórico almeja propor uma reflexão sobre a tradução que não seja neutra. Aceitar a impossibilidade da neutralidade é aceitar a parcialidade como única possibilidade de falar sobre tradução. Em outras palavras, só é possível um discurso sobre a tradução que seja concebido a partir de um ponto de vista, uma vez que seria impossível ser imparcial. Berman parece entender que ser não-neutro não implica ser ideológico, implica ser crítico. Tudo gira em torno, então, do significado que se possa dar à ideologia e à crítica.

Quanto à crítica, Berman (1995) declara adotar o conceito de crítica

apresentado, principalmente, em *Le concept de critique esthétique dans le romantisme allemand* (1986)¹⁴, de Walter Benjamin, teórico que desenvolve, nas palavras do autor, o conceito “mais elevado e mais radical” de crítica; e dos românticos alemães, em especial Friedrich Schlegel, para ele, o “pai fundador” da crítica moderna (p. 15). Berman (1984), referindo-se aos românticos alemães, declara que

criticar uma obra não é mais emitir uma série de juízos de uma posição superior, segundo regras estéticas ou da sensibilidade, no intuito de informar ou esclarecer o público. [...] Criticar] é resgatar a Idéia pura daquela obra, seu “caráter puro e acabado”, é completar esse ato “espiritual mímico” que é o fundamento de toda compreensão da obra literária (p. 194-5).

Como também explica Benjamin (1986), a crítica passa a ser não apenas um “julgamento”, mas “um acabamento, um complemento” da obra (p. 123), que teria como característica ser inacabada diante de seu próprio ideal, ideal este que seria objeto somente da crítica (p. 112-3 e p. 159-60). A crítica funcionaria, continua o autor, como uma auto-reflexão da obra, mas mais abrangente que ela própria, sendo seu complemento, mas também sendo capaz de penetrar em seus cantos mais recônditos, para explicar o que não foi detalhado na própria obra. Como defende Schlegel, “nem tanto julgar, mas compreender e explicar. Deve-se, na obra de arte, (...) apreender a impressão do Todo” (apud Berman, 1986a, p. 92). Berman (1986a) explicita que essa compreensão do todo é que resgata a significação do texto e é daí que se explica de onde surge a idéia de que a crítica “ultrapassa” a obra (p. 93). Nesse sentido, há, nessa noção, também uma idéia de “destruição” (p. 93). Como argumenta o autor, para que a crítica surja, é

¹⁴ Título original: *Der Begriff der Kunstkrítik in der deutschen Romantik* (1973). Existe, também, uma versão brasileira dessa obra, *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão* (1993).

necessário que haja uma ruptura com a “tradicionalidade” (p. 89), ou seja, é necessário que a crítica vá além do texto e rompa com o mesmo, que o destrua (p. 93). Benjamin já defendia que “a crítica é a mortificação das obras” (apud Berman, 1986a, p. 93), ao que Berman complementa: “quanto mais a crítica assume sua essência, mais se assemelha à destruição” (p. 93). Embora possa parecer negativa, essa destruição é, ao contrário, uma necessidade da obra de se manifestar (p. 93) e ir em direção à sua verdade (p. 99).

Embora nessas passagens Berman (1986a) não mencione diretamente a figura do crítico, a participação ativa deste está implícita nessa reflexão. É o crítico que tem que se embrenhar no que supõe serem os lugares secretos da obra; é ele que busca ir além do que está escrito, e é ainda ele que “complementa” a obra e a faz sobreviver. Como proclama Novalis, referindo-se à tarefa do crítico: “o verdadeiro leitor deve ser o autor expandido” (apud Benjamin, 1986, p. 110). Esse papel intervencionista que o crítico desempenha está em harmonia com a posição de Berman (1995) em defender, como vimos, a impossibilidade da neutralidade. O que permanece em suspenso é a maneira pela qual esse crítico se desvincularia de suas crenças e valores, de tudo o que o constitui enquanto sujeito, e conseguiria se separar do texto que analisa, a fim de produzir um discurso “científico”, supostamente livre de ideologia. Tendo em vista que Berman se esquivava dessa questão, na medida em que não se posiciona quanto ao que entende por ideologia, só será possível discutir a concretização e a viabilidade de uma tradutologia a partir desses termos, quando da proposta de seu projeto, tema dos itens subseqüentes.

2.2 O projeto de crítica de tradução de Berman

Após ter apresentado as vertentes de crítica em que se baseia, Berman (1995) esboça o que seria seu “método” de análise de traduções, considerando-o como uma trajetória que pode variar segundo o analista e sua finalidade, não sendo, portanto, um “modelo fechado” (p. 64). O seu método tem como base o conceito de crítica de Walter Benjamin e a “hermenêutica literária”, de Hans Robert Jauss, exposta em *Pour une hermenéutique littéraire* (1988)¹⁵, somados às críticas de tradução de Meschonnic e de Toury, com ajustes e reformulações. Assim, crítica de tradução passa a significar exatamente a “análise rigorosa de uma tradução, dos seus traços fundamentais, do projeto que lhe deu origem, do horizonte no qual surgiu, da posição do tradutor [...], fundamentalmente, o resgate da verdade de uma tradução” (p. 13-14). Nesse momento, só gostaria de enfatizar que, não só em seu ideal de ciência, como no de método de crítica a ser apresentado, o que é almejado é o resgate da noção de verdade de um texto.

Como forma de tornar seu conceito de crítica operacional e, com isso, construir sua metodologia de análise de tradução e ensinar a “ler uma tradução”, Berman (1995) desmembrará esse conceito em várias etapas, sendo elas as seguintes: 1) “a leitura e a releitura da tradução” (p. 65-7); 2) “as leituras do original” (p. 67-73); 3) “em busca do tradutor” (p. 73-83); 4) “a análise da tradução” (p. 85-7); 5) “a recepção da tradução” (p. 95-6) e 6) “a crítica produtiva” (p. 96-7). Embora algumas dessas etapas, como veremos, sejam descritas de

¹⁵ Título original: *Ästhetische Erfahrung und literarische Hermeneutik* (1982).

forma bastante genérica pelo próprio autor, sua exposição é necessária para que se compreenda, em seguida, no item 2.3, a aplicação da teoria.

“A leitura e releitura da tradução” é a primeira etapa da análise. Nessa etapa, adota-se uma postura “receptiva”, isto é, uma postura que permita uma “confiança limitada” na tradução, em detrimento de uma leitura “pontual e desconfiada”, que se proponha a ter um “olhar puramente neutro e objetivo” (p. 65). As primeiras leituras deveriam, então, deixar o original totalmente de lado, sem sucumbir ao desejo de fazer uma leitura comparativa. É a única maneira, segundo o autor, de perceber se a tradução “soa natural”, no sentido de soar como “escritura, isto é, estar essencialmente dentro das ‘normas’ de qualidade da escrita padrão, e soar, além dessa exigência de base, como um ‘texto’ verdadeiro” (p. 65). Essa primeira leitura captaria as “zonas textuais” problemáticas, nas quais o texto parece de repente “se enfraquecer, ser incoerente, perder o ritmo ou, ao contrário, ser muito fluente, muito ajustado, muito impessoalmente francês” (p. 66). Haveria, ainda, as zonas textuais “miraculosas”, traduções que são verdadeiras “escrituras de tradução”, textos que nenhum escritor francês teria escrito (p. 66). Nesse caso, haveria uma “ruptura” no texto, mas, dessa vez, segundo o autor, uma “ruptura benéfica”. Essas zonas seriam as “zonas de graça e riqueza do texto traduzido” (p. 66).

Nessa primeira etapa, Berman (1995) conduz seu leitor a considerar problemáticas as passagens do texto que sejam muito “fluentes”, “muito impessoalmente francesas” (p. 66). Podemos perceber que o teórico fala em nome de suas próprias crenças, de tudo que o constitui como pesquisador e, por que não dizer, de sua ideologia. O que o autor defende é que a tradução com

características etnocêntricas (“muito fluente”, “muito impessoalmente francesa”) é problemática (cf. p. 66). Da mesma forma, quando reconhece, no texto, uma “ruptura benéfica”, é que essa ruptura traz com ela características do estrangeiro (já que nenhum escritor francês conseguiria escrever desse modo (p. 66)). Berman fala em nome do que pensa ser a tradução correta, a tradução da “letra”. Isso implica que o autor defende, em sua teoria da crítica de tradução, uma posição semelhante àquela já apresentada em outros textos, decorrente inevitavelmente de seu anti-etnocentrismo, e não a uma posição que resultaria de um consenso, como defende em vários momentos do texto. O seguinte trecho é bastante ilustrativo a esse respeito:

Se a análise de uma tradução deve ser também um julgamento sobre ela, e o deve ser por essência (nunca se é naturalmente neutro em face de uma tradução), qual deverá ser a base de tal julgamento? Existe uma base não-subjetiva, e sobretudo não-dogmática, não-normativa, não-prescritiva, uma base *consensual* de julgamento? Eu tento mostrar que sim (p. 16).

A segunda etapa tem como meta fazer “as leituras do original”, deixando de lado a tradução, mas não esquecendo as citadas “zonas textuais”, de modo a se preparar para a futura confrontação. Essa leitura procuraria os “traços estilísticos [...] que *individualizam* a escrita e a língua do original”, os elementos característicos das estruturas frasais, os tipos de emprego de advérbios, adjetivos, preposições, etc. (p. 67). Portanto, o crítico percorreria o mesmo caminho que o tradutor percorreu, ou deveria ter percorrido (p. 67). Esse tipo de leitura teria em vista encontrar as “zonas significantes” do original, através de uma interpretação que será diferente, necessariamente, de analista para analista (p. 70). Essa variação seria determinada por uma disposição do crítico a deixar-se levar pelas impressões, pois “somente elas é que orientarão nosso trabalho

posterior, que será analítico. Deixar-se invadir, modelar por essas ‘impressões’ é dar um solo seguro à crítica que virá” (p. 66). Aqui há um esforço, por parte de Berman, para que a idéia de neutralidade na análise seja eliminada, uma vez que o analista seria conduzido, em parte, por suas impressões. O que nos faz indagar o seguinte: de que modo o analista se deixaria levar por suas impressões, se Berman prevê um sujeito (analista) que não deve se misturar àquilo que julga, sendo crítico e, ao mesmo tempo, isento de ideologia?

Um dos itens do projeto de Berman, intitulado “fundamento da avaliação”, é antecipado aqui para que possamos entender como o autor tenta responder a essa questão. Cito a pergunta colocada pelo autor, que me parece fundamental:

Se a análise, para ser uma verdadeira ‘crítica’, deve necessariamente resultar de uma *avaliação* do trabalho do tradutor, respondendo assim à expectativa dos leitores e à natureza de toda leitura de tradução, essa avaliação, mesmo acompanhada de todas as justificativas possíveis, não vai simplesmente refletir as idéias, as teorias, ou qualquer outro nome que se queira dar, do crítico sobre literatura e tradução? Como não cair - se a crítica não vai ser neutra - no dogmatismo ou, pelo menos, como não privilegiar uma certa concepção do traduzir?” (p. 91-2)

Em resposta a essa questão, o autor afirma que toda avaliação deve estar baseada em dois critérios, o poético e o ético, por meio dos quais, a seu ver, poder-se-ia escapar dos perigos mencionados mais acima (p. 92). Argumenta ainda que a avaliação realizada a partir desses critérios “implica uma concepção da tradução que, sendo válida tanto no passado quanto atualmente, se tornou objeto de um *consenso* bastante geral – mesmo que jamais completo e muito implícito – entre os tradutores e aqueles que se interessam pela tradução” (p. 92). O primeiro critério, o poético, corresponderia à realização de um “verdadeiro

trabalho textual”, equivalente “mais ou menos” à “textualidade do original” (p. 92). O segundo critério, o ético, reside em um “certo respeito” ao original (p. 92). O que Berman parece não ter esclarecido é como poderia existir consenso sobre o que seja um “verdadeiro trabalho textual”, e como avaliar a correspondência entre o texto original e o da tradução. Da mesma forma, no caso da ética, o autor também não esclarece como poderia haver um consenso sobre até que ponto, e em que termos, se deve respeitar o original, supondo que, seguindo seu raciocínio, o respeito ao original seja uma condição *sine qua non*¹⁶.

Quando Berman (1995) se refere a um “certo respeito ao original”, teme a “fraude” por parte do tradutor, ou seja, as várias formas de manipulação do texto que revelam uma “atitude profundamente desrespeitosa do tradutor em relação ao original e, principalmente, aos leitores” (p. 93). No entanto, segundo o autor, essa falsificação só acontece quando não é anunciada, no caso, por exemplo, de se fazer uma adaptação e denominá-la de tradução. Seria um dos deveres do crítico “denunciar veementemente” esse tipo de “fraude”. Berman afirma ainda que “o tradutor tem todos os direitos, desde que coloque as cartas na mesa” (p. 93). Nessa última citação, pode-se observar que a ética de Berman torna-se bem mais flexível do que a descrita no capítulo anterior. Sherry Simon (1995) também percebe essa diferença, ressaltando que, nesse aspecto, sua conclusão não é tão “fechada” quanto em *L'épreuve*, já que “abandona os debates fúteis entre os defensores do texto-fonte e os do texto-alvo, para se concentrar principalmente sobre a importância do sujeito-tradutor” (p. 286). A terceira etapa se concentra

¹⁶ Para que não haja um corte muito prolongado na descrição das etapas em questão, adianto que aqui só aponte o questionamento que é o cerne da discussão do próximo capítulo.

justamente no papel do tradutor evocado por Simon.

Mas, antes de passar a essa etapa, não se pode deixar de observar que Berman (1995) traça uma divisão entre tradução e adaptação que lhe parece, nesse momento, evidente. Entretanto, essa suposta divisão tem sido alvo de discussão nos estudos da tradução¹⁷, justamente pela dificuldade em se estabelecer, de forma objetiva, os limites entre o adaptar e o traduzir. Reine Meylaerts (1996) não aprecia a forma pela qual Berman define a tradução e assim se pronuncia sobre a mesma: “o fenômeno da tradução [na obra de Berman] é mal definido, restritivo e ingênuo em seu evolucionismo. Mal definido no que concerne [...] à distinção entre ‘tradução’ e ‘adaptação’, que é tematizada sem ser esclarecida...” (p. 393). O mais contraditório é que o próprio Berman (1995), mais adiante, no mesmo livro, nega, ou coloca em dúvida, a distinção a que antes havia se referido para exemplificar um tipo de “fraude” do tradutor. Na parte do livro em que analisa a tradução de Paz, que considera uma “adaptação” (p. 176), Berman diz: “recriação sutil, que vai certamente – até aqui – além da tradução (se se almeja separar absolutamente tradução e recriação¹⁸ ou, principalmente, procurar a linha divisória que as separa, o que eu mesmo sustentei por muito tempo e agora me questiono)” (p. 177).

A terceira etapa, “em busca do tradutor”, tem por objetivo descobrir a “identidade” desse profissional, trazida à tona por razões diferentes daquelas que, em geral, nos fazem consultar a biografia do autor do original. Enquanto, desse último, procura-se conhecer a vida para melhor compreender a obra; do tradutor,

¹⁷ Oliveira (1999), em sua tese de doutorado, fornece uma vasta bibliografia sobre o tema da adaptação e faz uma análise detalhada sobre a questão da tradução e adaptação, mostrando a fragilidade de uma divisão estanque entre elas. Cf., em especial, os dois primeiros capítulos.

¹⁸ Nesse momento, Berman trata como sinônimos os termos “adaptação” e “recriação” (Cf. p. 176-7).

procura-se saber se está traduzindo da sua língua materna para a língua estrangeira, ou vice-versa, se exerce um outro trabalho além do de tradutor, se é também autor de obras, se é bilíngüe, se publicou algum texto sobre as obras que traduziu, e assim por diante. Berman ressalta que essas questões são importantes, mas é necessário ir além e descobrir a “posição”, o “projeto” e o “horizonte” do tradutor (p. 73-74). Quanto à “posição tradutória”, o autor afirma que

[todo tradutor] tem uma certa ‘concepção’ ou ‘percepção’ do traduzir, de suas finalidades, de suas formas e modos. ‘Concepção’ e ‘percepção’ que não são puramente pessoais, já que o tradutor é efetivamente marcado por todo um discurso histórico, social, literário, **ideológico** sobre a tradução (e a escritura literária) (p. 74, negrito meu).

O autor acrescenta que a posição tradutória é o “compromisso” entre a “pulsão do traduzir” (o que constitui o tradutor como tal) e o discurso sobre tradução (as “normas” que o tradutor internalizou). Para Berman (1995), devemos ler “pulsão do traduzir” a partir do sentido freudiano de pulsão (p. 74n). Como o autor não esclarece qual é exatamente esse sentido, recorro a Laplanche & Pontalis (1986) para compreender a noção freudiana de “pulsão”:

[Pulsão é o] processo dinâmico que consiste numa *pressão* ou força (carga energética, factor de motricidade) que faz tender o organismo para um alvo. Segundo Freud, uma pulsão tem a sua *fonte* numa excitação corporal (estado de tensão); o seu *alvo* é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional; é no *objecto* ou graças a ele que a pulsão pode atingir o seu alvo (p. 506).

Estendendo esse conceito à tradução, podemos pensar que, devido a determinadas tensões, o tradutor é impelido a traduzir e a fazer determinadas escolhas. Laplanche, em outro texto, afirma que uma “pulsão a traduzir” desdobra-se em três movimentos: “a) aquilo que nos incita a traduzir; aquilo que,

em nós, incita a se traduzir, e, finalmente, c) aquilo que na obra incita a ser traduzido” (apud Arrojo, 1993a, p. 38).

Douglas Robinson (1997) também tenta entender esse conceito, indagando: “o que é a pulsão do traduzir? [...] Berman se refere ao impulso que tenho, toda vez que leio um poema finlandês de que gosto, de começar a passá-lo para o inglês?” (p. 85). Berman (1995) não parece estar totalmente seguro quanto à significação desse conceito, pois ele mesmo se pergunta: “O que é essa pulsão? Qual é sua especificidade? Nós ignoramos **ainda**, não temos **ainda** a ‘teoria’ do sujeito-tradutor [*“sujet traduisant”*]. Sabemos, unicamente, que está no princípio de todos os destinos da tradução” (negritos meus, p. 74-75).

Berman (1995) crê que, para construir a teoria do sujeito-tradutor, será necessário entender a posição tradutória e a posição que o tradutor tem sobre a língua e sobre a escritura. Quanto a isso, declara: “Quando soubermos analisar simultaneamente a posição tradutória, a posição lingüística e a posição da escritura do tradutor, uma ‘teoria do sujeito-tradutor’ será possível” (p. 75). O autor sugere, ao que parece, que quando entendermos a especificidade da pulsão do traduzir, será possível entender o sujeito-tradutor e, assim, elaborar sua teoria. O tom esperançoso quanto à possibilidade de um conhecimento nesse nível não pode deixar de ser apontado, principalmente porque se enquadra na discussão de Ricoeur, apresentada acima, na qual esse autor argumentava justamente sobre a impossibilidade de se conhecer o que quer que seja de um ponto exterior, isento de pontos de partida e num grau de totalidade. Além disso, a afirmação de Berman (1995), já citada, de que o tradutor é “efetivamente marcado por todo um discurso histórico, social, literário, ideológico sobre a

tradução (e a escritura literária)” (p. 74), causa um certo espanto se nos lembrarmos da discussão sobre ideologia, no item anterior. Se Berman aceita que o discurso do tradutor, que se refletirá na tradução, é efetivamente ideológico, por que o discurso do crítico tem que ser “não-ideológico”? Ora, não há nada que justifique que o crítico consiga escapar à sua condição ideológica, e o tradutor não.

Em uma mesa-redonda sobre tradução, no evento chamado *Cinquièmes assises de la traduction littéraire* (1989a), Berman tentou, pela primeira vez, precisar o conceito de projeto de tradução. Em sua intervenção, afirmou que, através da leitura do texto a ser traduzido, o tradutor pode determinar, *a priori*, “qual será o grau de autonomia ou heteronomia que concederá à sua tradução” (p. 114, também citado em 1995, p. 76). Ao que tudo indica, autonomia e heteronomia referem-se ao grau de interferência do tradutor no texto, enquanto sujeito da tradução, e o grau de normatização que deve haver em seu trabalho. Nessa perspectiva, o projeto de tradução é o modo como o texto vai ser traduzido, e a tradução passa a ser a concretização desse projeto. Nesse caso, se a tradução não for “boa”, o “problema” encontra-se no projeto, visto que a tradução é resultante dele (1995, p. 77). Assim, para “desvendar” o projeto, o crítico deve examinar tudo o que concerne à tradução, inclusive a própria apresentação da tradução. Isto é, deve-se levar em consideração se há um prefácio à tradução, se esta vem acompanhada de seu original, se se trata de uma antologia, etc. Devem ser consideradas, principalmente, as escolhas feitas pelo tradutor na própria tradução, já que representam os indícios para a descoberta desse projeto (p. 76-7).

Tanto a posição tradutória, quanto o projeto da tradução, são determinados dentro do “horizonte do tradutor”. “Horizonte”, termo emprestado da hermenêutica moderna, é definido por Berman (1995) como uma série de parâmetros que indicam a visão do tradutor: “parâmetros históricos, culturais, lingüísticos, literários” que permitem ao analista compreender o projeto e a posição do tradutor (p. 79). O teórico crê escapar, com isso, tanto do “funcionalismo” quanto do “estruturalismo”, os quais, segundo ele, afirmam que o tradutor é “completamente determinado sócio-ideologicamente” (p. 81). Essa etapa tem o mérito de introduzir a figura do tradutor na análise, pois levaria em consideração tanto os fatores sócio-históricos, quanto a concepção pessoal e o projeto do tradutor. Mas, novamente, pode-se perceber uma tensão nessa reflexão, pois Berman quer apontar parâmetros subjetivos e transformá-los em conseqüências objetivas, que determinariam a tradução, como é o caso de supor que se possa determinar o grau de heteronomia e autonomia do tradutor, ou o seu horizonte. Ainda que Berman admita a impossibilidade da neutralidade no discurso sobre a tradução (p. 16, por exemplo) e tome o cuidado de alertar que seu método não é um modelo e, sim, uma possível trajetória a ser seguida (p. 64), o autor crê poder ser neutro e objetivo ao determinar as características do tradutor. Na terceira etapa, por exemplo, afirma: “[esta etapa] não tem **nada de subjetivo**: quer, correta e concretamente, **saber quem** é o tradutor, mas, sobretudo, quer **determinar** sua *posição tradutória, seu projeto de tradução e seu horizonte tradutório*” (p. 16, negritos meus).

Após apresentar esses passos preliminares, Berman (1995) passa a descrever a etapa na qual ocorre a confrontação do texto “original” e de sua

tradução, “a análise da tradução”. Na verdade, o autor assinala vários tipos de confrontação: confrontação entre as passagens selecionadas tanto no texto de partida quanto no de chegada, confrontação da tradução com outras traduções do mesmo texto já publicadas e também uma confrontação da tradução com seu projeto. Berman não esclarece o que se deve buscar quando se faz a maioria dessas confrontações¹⁹. No que diz respeito ao projeto, Berman explica que não se trata de procurar “discordâncias” entre o projeto e sua realização. O que, às vezes, pode parecer uma falha no projeto é, na verdade, a “defectibilidade inerente ao ato tradutório”, ou seja, a presença do defeito ou da imperfeição seria inevitável, pois, acrescenta, “quaisquer que sejam a lógica e a coerência de um projeto, há, e sempre haverá, a defectibilidade em uma tradução” (p. 86). No entanto, se essas “discordâncias” forem centrais, então haveria uma ausência de projeto, o que seria incoerente. Para Berman “quem diz ‘projeto’ diz ‘coerência” (p. 86).

Quanto à penúltima etapa da crítica, denominada “a recepção da tradução”, Berman (1995) prevê que essa recepção nem sempre poderá ser analisada, tendo em vista que, na maioria das vezes, mesmo sendo publicada uma resenha sobre a obra traduzida, não há menção sobre a tradução nem sobre o tradutor (p. 95). Nos casos em que houver comentários sobre determinada tradução, é tarefa do analista observar a maneira pela qual essa tradução foi julgada pela crítica. A última etapa, “a crítica produtiva”, valerá apenas para traduções que necessitem de retraduições, quer porque apresentem algum

¹⁹ Essa etapa e as subseqüentes não são muito detalhadas na descrição do projeto e, sim, na análise do *corpus* escolhido pelo autor, *corpus* este a ser analisado no item seguinte.

problema, quer porque já envelheceram (p. 96). Berman esclarece que essa crítica não ditará o projeto do tradutor e nem fará as vezes de um “conselheiro”, mas propiciará o espaço necessário para a próxima tradução (p. 97). Como mencionei no início deste capítulo, a problematização do método de crítica bermaniano terá mais subsídios para discussão quando aplicado às traduções. Primeiro, porque enriquecerá os comentários já colocados e tornará mais explícitas as últimas etapas, que não foram discutidas aqui, porque Berman não fornece mais detalhes sobre elas, nesse momento da descrição. Em segundo lugar, porque, como tentarei argumentar, mesmo nos momentos em que a descrição do método de crítica é mais coerente com sua proposta, a aplicação do mesmo não o é. Examinemos, então, a aplicação do projeto.

2.3 A aplicação do projeto na tradução da elegia “*Going to bed*”, de John Donne

A fim de pôr em prática uma crítica com as características já descritas, Berman (1995), na segunda parte do livro, “*John Donne, traductions et retraduction*”, aplica sua teoria a quatro traduções da elegia “*Going to bed*” (cf. o original no anexo 1), de John Donne, três delas para o francês e uma para o espanhol. Entre as traduções mencionadas por Berman temos, por ordem cronológica, a de Auguste Morel (1925); a de Yves Denis (1962, cf. anexo 2); a de Octavio Paz (1971, cf. anexo 3), para o espanhol, e, por último, a tradução de Philippe de Rothschild (1983). Dentre elas, privilegiarei a análise da tradução de Yves Denis, uma vez que o próprio Berman (1995) nela se detém longamente por

duas razões principais: por considerá-la representante de “uma tendência errônea e perigosa da tradução de obras poéticas tradicionais” (p. 23), e por não se tratar de uma tradução isolada, pois faz parte de uma antologia bilingüe, *Poèmes* (1962), contendo quatorze elegias, trinta e oito canções e sonetos, dezessete sonetos religiosos e mais quinze poemas diversos como epigramas e sátiras (cf. p. 253-5).

Cabe esclarecer que a tradução da elegia supracitada é assinada apenas por Yves Denis, porém, a tradução da antologia é feita por ele e por Jean Fuzier, a quem coube a maior parte das traduções. Por essa razão, quando comenta a tradução, Berman (1995), muitas vezes, menciona os dois tradutores, porque, embora analise, em especial, “*Going to bed*”, considera que suas observações são válidas para toda a antologia. Utilizarei então, como contraponto, a tradução de Paz, muito elogiada por Berman (p. 28 e 167, por exemplo). Dessa forma, estarei excluindo a tradução de Morel, por corresponder à única parte que ficou inconclusa no livro, conforme nos informa Isabelle Berman, editora do mesmo (p. 8); e a de Rothschild, cuja análise não foi aprofundada pelo autor, como ele mesmo declara em nota (cf. p. 167).

O primeiro contato de Berman com a elegia “*Going to bed*”, de John Donne, deu-se através da revista argentina *Sur*, na qual encontrou o original inglês da elegia, seguido da tradução de Paz para o espanhol, com o título “*Antes de acostarse*”, à qual Berman (1995) não poupa elogios:

a tradução ‘livre’ de Paz correspondia - em sua evidente soberania, em sua justeza e fidelidade, e em suas omissões - à unidade desse poema. Assim, colocados lado a lado na *Sur*, eles [o original e a tradução] se olhavam e se enriqueciam reciprocamente, testemunhando as ligações secretas que Donne, como ele mesmo já havia confessado, sempre teve com a poesia do Século de Ouro espanhol (p. 115).

Como havia apreciado a elegia em espanhol, Berman tentou encontrar uma tradução para sua língua materna. Ao longo de sua pesquisa, encontrou duas traduções francesas (a de Denis e a de Rothschild), descritas por ele como um “verdadeiro choque e uma enorme decepção” (p. 115). Nas traduções francesas, algumas imagens consideradas essenciais pelo autor haviam desaparecido. Os tradutores teriam feito um poema “precioso”, enquanto o de Donne e o de Paz eram uma mistura de simplicidade e reflexão (p. 115-6). Para ele, o que em Donne e Paz era uma mistura do complexo e do simples, do reflexivo e do imediato, nas traduções francesas não passava de uma “massa compacta, que sua linguagem arcaica - mais que arcaizante - tornava difícil de ler” (p. 115). O autor receia que, se não houver críticas sobre esse trabalho, serão produzidas mais traduções inadequadas, uma vez que considera que as traduções francesas citadas e, “em especial, a de Jean Fuzier e Yves Denis, são tão perniciosas que, se não criticadas em seus princípios, podem suscitar novas traduções semelhantes *ad infinitum*” (p. 22-3). Assim, o autor propõe: “há, portanto, lugar para proceder a um trabalho crítico de base, destinado a fechar esse caminho de más repetições e a refletir sobre as condições e as pressuposições de uma nova retradução” (p. 23). Berman reconhece que os tradutores quiseram fazer uma obra poética e que, de uma certa maneira, “conseguiram produzir um poema, mas repleto de palavras arcaicas e obscuras (*affiquets*, *arcer*, *tortil*²⁰), que não se sabe ao certo se foram escritas em francês do

²⁰ *Affiquet*: “*bijou*” [jóia], sentido utilizado pelos franceses nos “séculos XVI e XVII” (*Dictionnaire étymologique*, 1938). Mais especificamente, significa “pequena jóia ou enfeite preso às roupas” [broche] (*Le Nouveau Petit Robert*, 1993). *Arcer*: suponho tratar-se de uma variante do verbo “*arser*: *brûler*, *incendier*” [queimar, incendiar] (*Dictionnaire étymologique*, 1938). *Tortil*: “colar de pérolas utilizado ao redor de uma coroa de barão” (*Le Nouveau Petit Robert*, 1993).

século XVI ou XVII” (p. 115).

Podemos reconhecer, nesse trecho, as etapas iniciais da análise apresentadas no item anterior, quais sejam, as leituras das traduções e do original que propiciariam as “impressões” necessárias para dar um “solo seguro” à crítica que viria a seguir (cf. p. 57, deste texto). O autor obtém, assim, as “impressões” que o guiarão em seu julgamento, levantando a seguinte questão: por que conhecedores de Donne obtiveram um resultado tão “decepcionante” e “traumatizante”, transformando o poema em uma “preciosidade digna de um antiquário?” (p. 116).

Seguindo seu roteiro, na terceira etapa, “em busca do tradutor”, Berman (1995) informa quem foram os tradutores Yves Denis e Jean Fuzier. Quanto ao primeiro, pouco se sabe, exceto que era também professor de inglês e que já havia publicado uma outra tradução de Donne. Quanto a Jean Fuzier, foi professor universitário, organizador dos *Études Élisabéthains*, centro responsável pela publicação dos *Cahiers Élisabéthains*, e também tradutor de Shakespeare (p. 116-7). Além dessas informações biográficas, Berman traça os três elementos que, segundo ele, deveriam ser investigados a respeito dos tradutores: o “horizonte tradutório”, a “posição tradutória” e o “projeto de tradução” (p. 16).

De acordo com Berman (1995), a tradução de Denis e Fuzier foi publicada pela maior editora francesa de poesia, a Gallimard, no “horizonte tradutório” dos anos sessenta, por sinal rico em traduções de clássicos (p. 120). Havia também um “horizonte de expectativa” no mundo editorial, pois a aparição de tal tradução já havia sido divulgada, um ano antes, na *Nouvelle Revue*

Française (p. 121). Assim, aguardava-se uma tradução de Donne “enfim poética”, o que gerou, por sua vez, uma expectativa no público leitor (p. 121).

A fim de desvendar qual seria o projeto de tradução de Denis e Fuzier, Berman (1995) se apóia, em especial, em sua leitura do prefácio da antologia bilingüe de Donne, *Poèmes* (1962), escrito por Jean-Roger Poisson, e também em dois textos de Fuzier, um ensaio intitulado “*John Donne et la formalité de l’essence*” (1983) e o prólogo a sua tradução dos sonetos de Shakespeare, *Poèmes* (1959) (Berman, 1995, p. 122). O projeto desses tradutores passa a ocupar um lugar privilegiado nesta dissertação, uma vez que, segundo Berman (1995), o resultado “decepcionante” e a “insuficiência” da tradução de Denis e Fuzier não seriam devidos à deficiência ou incompetência dos tradutores, mas, sim, ao projeto de tradução de ambos (p. 116). Berman desdobra esse projeto em quatro características principais.

A primeira delas, “uma antologia muito seletiva”, diz respeito à escolha do material que comporia a antologia *Poèmes* (1962). Poisson (1962) informa que foi traduzida, em média, a metade das elegias, das canções, dos sonetos e dos sonetos religiosos (p. 22). Berman (1995) observa que essa escolha demonstra uma tendência a apresentar um Donne poético, já que foi excluída toda a obra em prosa de Donne (as cartas e os sermões, em especial) (p. 122). Decorrente dessa característica, surge a segunda, “uma antologia poética”, cuja justificativa se encontra nas palavras de Poisson (1962), ao declarar que os tradutores optam pelo verso rimado, que se revelaria mais fiel aos poemas desse poeta inglês (p. 22). Berman (1995) entende que os tradutores, com a colaboração de Poisson, fornecem aos leitores uma visão determinada de Donne, um Donne poético.

Fazer uma escolha, ou ler um autor de determinado modo, parece perfeitamente plausível, até mesmo “inevitável” para Berman (p. 123). Porém, ao fazer a avaliação dessa primeira característica, esse autor desenvolve uma linha de argumentação em defesa da prosa, questionando autores que a colocam em um nível inferior ao da poesia (p. 198), e defende que a opção de Denis e Fuzier pela versificação tradicional francesa “destruiu – essa é a palavra – toda a delicada cadeia de termos e imagens”, tornando o poema, em seu conjunto, um “desastre” (p. 26). Isso não quer dizer que Berman avenge a possibilidade de se traduzirem os versos donnianos em prosa, pelo contrário, afirma, sem maiores explicações, que “isso seria absurdo” (p. 129). No entanto, questiona a tradução imaginada por Poisson como única possibilidade de ser fiel. Esse questionamento de Berman não se concentra em propor uma leitura diferenciada do poema baseada em seu conhecimento sobre poesia e sobre tradução, a fim de sugerir uma tradução respaldada em pressupostos diferentes. O que ocorre é que Berman não só não aprecia a tradução supracitada, como não admite que essa tradução possa se utilizar da versificação tradicional francesa. Como tentarei argumentar, esse autor quer impor, ao poema de Donne, uma única leitura, baseada em critérios inescapavelmente produzidos a partir de um ponto de vista e, portanto, parcial.

Para Berman (1995), os tradutores Denis e Fuzier só puderam realizar suas traduções fazendo uso da “versificação tradicional francesa” porque estavam desatualizados em relação à “crise do verso”. Sendo assim, Berman argumenta que, como tradutores de poesia, deveriam ter consciência desse problema e “habitar, infelizmente, a crise” (p. 132). Essa afirmação é bastante séria, visto que

implica afirmar que os tradutores, ignorando a crise, teriam sido negligentes em seu trabalho. A suposta crise mencionada por Berman é inspirada no pequeno texto “*Crise de vers*”, de Mallarmé (1985). Nesse texto, a morte de Victor Hugo, em 1885, é anunciada como o símbolo da “morte” do verso, já que Hugo é associado ao próprio verso: “Hugo, em sua tarefa misteriosa, reduziu toda a prosa, a filosofia, a eloquência e a história ao verso, e, como era o verso em pessoa, confiscou praticamente o direito de se pronunciar dos que pensam, discutem ou narram” (p. 270).

Berman (1995) refere-se a esse texto para argumentar que, depois de Mallarmé, o verso perdeu “sua autoridade, sua supremacia”, e, dessa forma, os tradutores citados não deveriam traduzir utilizando como recurso a “versificação tradicional francesa” (p. 132). Mesmo que concordássemos que, atualmente, o verso teria perdido, digamos, o *status* que tinha na época de Hugo e que a versificação tradicional não seja o recurso formal mais utilizado na poesia contemporânea, ainda assim, isso não significa que os poetas contemporâneos não se sirvam do verso e da “versificação antiga”.

Para ilustrar isso, consultei algumas antologias francesas entre o final da década de cinquenta e início da década de sessenta. Procedo desse modo para que a época da publicação das antologias consultadas coincida com a publicação da tradução da antologia bilíngüe de Denis e Fuzier, em 1962. Georges Pompidou, em sua “*Anthologie de la Poésie Française*” (1961), selecionou poemas do século XV ao XX (p. 15), excluindo todos os “poemas em prosa” e detendo-se nos “poemas rimados do modo clássico” (p. 21). A preferência pelos poemas rimados também pode ser constatada na “*Anthologie des poètes de la Nouvelle*

Revue Française (1958). Essa antologia tem uma seleção de poemas que se inicia no fim do século passado até o ano de publicação da antologia. Já a “*Anthologie de la Poésie Nouvelle*” (1956), de Jean Paris, contém tanto poemas em prosa quanto em verso (p. 10), de poetas nascidos depois de 1920 (p. 241-8).

Outro exemplo digno de nota entre nós é a antologia “Poetas de França Hoje”, de Mário Laranjeira (1996). Laranjeira selecionou e traduziu poetas considerados representativos da poesia francesa de 1945 a 1995. Laranjeira explicita que levou em consideração, como critério de representatividade dos poetas, fatores como: a opinião da crítica, os prêmios literários e a presença desses poetas em antologias, em revistas especializadas e em histórias da literatura francesa contemporânea (p. 25). A coletânea conta com nomes como Yves Bonnefoy, Alain Bosquet, André Frénaud, Jacques Dupin, Phillippe Jaccottet, Henri Meschonnic, Jacques Roubaud, entre outros. Quanto à questão da versificação, Laranjeira conclui que “não é raro que o mesmo poeta, em duas fases de sua produção, ou mesmo concomitantemente, pratique o poema em prosa, o versículo, o verso livre, o verso regularmente metrificado, o verso branco, o verso rimado” (p. 24). Esse trecho nos mostra a diversidade de recursos formais utilizados na poesia francesa contemporânea.

O que essas antologias indicam, cada uma a sua maneira, é que o verso e a versificação francesa tradicional não deixaram de ocupar um lugar importante na literatura. Esses exemplos podem indicar também que a “crise do verso”, de que nos fala Berman, é concebida a partir de uma determinada perspectiva, portanto, parcial. Ou seja, podemos perceber que essa “crise do verso” não se manifesta em toda a poesia francesa, não sendo uma unanimidade entre os

poetas, mesmo entre poetas de destaque, como é o caso daqueles que constam das antologias mencionadas. A versificação tradicional continua sendo, talvez, não a principal, mas uma das maneiras de a poesia se manifestar. Assim, se pensarmos na tradução dos poemas de Donne, poeta do século XVII, o recurso à versificação tradicional não é o único, mas um dos caminhos possíveis entre os diversos recursos de que dispomos.

Uma outra maneira utilizada por Berman (1995) para tentar refutar a tradução de Denis e Fuzier foi introduzir na análise um comentário sobre a tradução de Donne feita por Pierre Legouis (1955), tradução sem rima que, segundo consta no prefácio, foi elaborada, principalmente, para fins didáticos. Berman (1995) reconhece que a versão de Denis e Fuzier é “poeticamente mais trabalhada”, mas afirma que é “também inegável que a tradução mais prosaica de Legouis nos conduz mais diretamente ao mundo donniano” (p. 129). Tal afirmação pressupõe, em primeiro lugar, a existência de um mundo de Donne pronto a ser descoberto e, na tradução, redescoberto através do poema sem rima, que corresponderia melhor ao que seria Donne, ao contrário de um “poeticamente mais trabalhado”. Em segundo lugar, pressupõe que Berman sabe o que pode nos levar, ou não, ao mundo de Donne e, obviamente, nesse caso, a versificação tradicional não é adequada a tal finalidade.

Como afirmei no início deste capítulo, as idéias de Berman discutidas no capítulo anterior (por exemplo, a noção de um significado intrínseco à obra) estão sempre reaparecendo também no seu projeto de crítica, isto é, há uma crença na possibilidade de um significado plasmado à figura de Donne, tanto à “letra” quanto ao próprio autor. Assim, Berman tem uma determinada concepção do que

e de quem é Donne, e tudo com que não concorda em relação a essa imagem que tem do poeta deve ser descartado. Esse teórico repete aquilo que critica, isto é, critica Denis e Fuzier, via Poisson, por aceitarem uma única versão do poeta; no entanto, só consegue prever uma versão que não trabalhe com a versificação tradicional.

Outra característica a ser assinalada é que Berman condiciona a forma do poema ao significado. Donne só pode ser redescoberto em uma determinada estrutura formal de poema ou, melhor dizendo, Donne não pode ser redescoberto na tradução que se utiliza da versificação tradicional francesa. Entendo essa rejeição ao verso tipicamente francês como uma rejeição à postura tradutória dita etnocêntrica, ao que chama de naturalizar o poema. Essa questão ficará bem evidente no exame da terceira característica.

Segundo Berman (1995), essa terceira característica diz respeito à tentativa de Denis e Fuzier de construir “um Donne francês”. Berman refere-se à intenção destes de realizar traduções que contassem com particularidades de autores franceses contemporâneos do poeta inglês (p. 134). Poisson (1962), no prefácio da antologia supracitada, indaga se realmente houve um “Donne francês” (p. 19) e encontra, por exemplo, em La Ceppède (1550-1622) e em Sponde (1557-1595), algumas características que considera também como as de Donne, tais como, o paradoxo religioso, em La Ceppède, e uma linguagem “bem metafísica”, em Sponde (p. 19-20). Poisson (1962) afirma que a idéia dos tradutores teria sido construir um Donne com as características dos poetas dos séculos XVI e XVII associados ao barroco (p. 22). Contra isso, Berman (1995) argumenta que Donne é único na própria poesia inglesa; então, tentar encontrar

um poeta que se pareça com ele na poesia francesa, dadas as diferenças radicais entre essas duas tradições poéticas, seria uma “impossibilidade” (p. 134).

Mais uma vez, parece-me que há, por parte de Berman, uma rejeição à tradução naturalizadora, ou seja, Berman não aceita uma tradução que se aproprie de uma outra cultura e a domestique. Proceder assim, a seu ver, seria elaborar uma má tradução (cf. p. 30 deste trabalho), uma tradução etnocêntrica. Porém, o reconhecimento dessa incompatibilidade entre a poesia francesa e a inglesa não é unânime. Basta citar T. S. Eliot (1921), que reconhece em Jules Laforgue e Tristan Corbière, poetas franceses do século XIX, características geralmente conferidas à poesia de Donne: “Jules Laforgue, e Tristan Corbière em muitos de seus poemas, são mais próximos da ‘escola de Donne’ que qualquer poeta inglês moderno” (p. 66). Ou, ainda, Smith (1996) que, apresentando fragmentos da tese de doutorado de Martin Grove Brumbaugh, de 1906, resume: “Brumbaugh observa que Dryden, Johnson, Gray e Saintsbury procuraram, cada um à sua maneira, antecessores para o estilo de Donne, derivando-o respectivamente de Horácio, de São Bernardo, dos escritores italianos conceitistas e de poetas da renascença francesa” (p. 254). Alfred Horatio Upham, na tese de doutorado *“The French Influence in English Literature”* (1908), citada em Smith (1996), argumenta que Donne foi mais influenciado pela poesia de Du Bartas, poeta francês do século XVI, do que por poetas italianos e espanhóis (p. 272). Penso que esses exemplos são suficientes para indicar que a mescla de estilos e influências também acontecia entre a França e a Inglaterra, tanto na época de Donne quanto após aquele século, e que não há, entre os críticos, uma única visão possível sobre a questão.

Assim, qualquer tradução da elegia “*Going to bed*” vai depender fundamentalmente da posição do tradutor frente a toda essa controvertida discussão sobre Donne e, principalmente, de sua posição enquanto tradutor. Se, como afirmou Berman, por intermédio de Poisson, a idéia dos tradutores foi tentar transformar Donne em um poeta barroco do século XVI, pode-se apontar que uma das principais características que geralmente é associada a essa corrente literária é o dualismo, o conflito entre o terreno e o celestial, o materialismo e o espiritualismo, características também atribuídas à poesia donniana²¹. J. L. Borges, por exemplo, afirma que as “primeiras composições [de Donne] foram eróticas; as últimas, místicas. Em todas foi barroco” (apud Sousa, 1985, p. 13). Teixeira Filho (1997), ao analisar um dos sonetos de Donne, defende que para traduzi-lo para o português foi necessário encontrar o estilo mais próximo e, “considerando Donne como um poeta metafísico do início do século XVII, a escola mais próxima à dele seria o barroco” (p. 55). Uma tal concepção da poesia de Donne não pôde ser levada em consideração por Berman (1995), pois teria significado admitir que esse poeta inglês poderia ter sido influenciado também por poetas franceses (assim como poderia também ter influenciado poetas franceses posteriores), o que denunciaria essa mescla, essa “contaminação” entre culturas, que o autor tanto almeja evitar:

nós não queremos que esse londrino transforme-se em parisiense. Temos necessidade, muito mais, de um Donne bem londrino, mas em francês. Aliás, por que forçar esse inglês a se afrancesar, justo ele que não gostava

²¹ Eis algumas citações que corroboram a afirmação acima, identificando os ditos conflitos: “o homem se encontra irremediavelmente dividido e a luta entre corpo e alma se dá durante toda sua vida. Essa é umas das tensões que dominam os temas em Donne e que sustentam muitos de seus poemas” (Caracciolo-Trejo, 1986, p. 9); “[na obra de Donne,] a paixão pelo paradoxo, a união dos contrários, a obsessão pela carne e pelo tûmulo, a vertigem dos sentidos e dos impulsos espirituais, seus traços e suas contradições parecem esboçar a figura de um poeta ‘barroco’” (Ellrodt, 1983, p.17).

muito desses ‘Men of France, changeable Camelions’²² (p. 135).

A última característica do projeto diz que a linguagem da tradução é arcaizante. Os tradutores, explica Berman (1995), escolhendo termos dos séculos XVI e XVII, transformaram seu trabalho em uma tradução “preciosa, retórica, complexa” (p. 126). Para Berman, no entanto, a linguagem de Donne é coloquial, sintética e reflexiva, o que tornaria a tradução tão “infel” que, ao lê-la,

nenhum leitor que desconheça Donne poderia *adivinhar* que se trata de um poeta *inglês*: poderia muito bem ser um espanhol do Século de Ouro, um barroco alemão ou um maneirista italiano. Na verdade, parece mesmo ser um retrato falado do poeta francês da época: outra consequência do projeto (p. 139).

Essa última característica reforça minha hipótese de que Berman (1995) idealiza a possibilidade de se conservarem, na tradução, particularidades consideradas intrínsecas à poesia de Donne. Nesse momento, Berman não se posiciona como um dos leitores do poeta em uma “trajetória analítica possível”, como afirmou (cf. p. 64), mas como aquele que sabe clara e distintamente quem é o poeta e como se dá sua poesia. É subjacente a essa idealização a existência de “um Donne”, possuidor de um estilo unicamente inglês (sem misturas), e também de um linguajar simples e reflexivo, passível de ser transferido, na mesma medida, para os nossos dias.

John Carey (1990), um dos maiores especialistas em Donne, ressalta a obscuridade da linguagem desse poeta, o que teria até mesmo propiciado um afastamento entre a “sociedade” e Donne (p. xxi). Ben Jonson, segundo Carey, temia que a poesia de Donne não sobrevivesse, pelo fato de ser tão obscura (p.

²² Em inglês no original. Berman retira esse verso da elegia *On his mistress*, de John Donne.

ix). Essas afirmações podem ser contrapostas às afirmações de Berman sobre a simplicidade da linguagem donniana. Além disso, o adjetivo “retórico” também faz parte de atribuições geralmente conferidas ao estilo de Donne, como pode ser lido no trecho que segue, retirado da *“The Cambridge Guide to Literature in English”* (1988): “seus poemas eram originais, enérgicos e extremamente retóricos” (p. 285). Não se trata aqui de defender uma tradução que contenha esse léxico dito “arcaizante”, mas evidenciar que essas características atribuídas ao poeta não estão incrustadas em seus poemas, prontas para ser deles desprendidas, mas que são atribuições de determinadas leituras, como a leitura de Denis e Fuzier que, ao que tudo indica, considerou ser importante dar a impressão do distanciamento temporal, por intermédio de uma linguagem arcaica, já que se trata de um poeta do fim do século XVI.

Na quarta etapa, Berman (1995) analisa pontualmente a elegia *“Going to bed”*, verso a verso, propondo uma leitura que obviamente privilegia características diferentes das priorizadas por Denis. Na leitura de Berman, *“Going to bed”* é percebido como um poema sobre a nudez casta, a alegria pura e sobre um amor conjugal iluminado por Deus. No entanto, quando Berman lê a tradução de Denis, depara-se com um poema erótico e libertino. A discordância do autor em relação à tradução de Denis pode ser ilustrada já no próprio título da elegia. Na verdade, as versões inglesas oscilam entre dois títulos: *“Going to bed”* ou *“To his mistress going to bed”*. John Carey (1990), editor dos poemas de Donne pela Oxford, por exemplo, opta pelo segundo título (p. 12)²³. Denis a traduziu por

²³ As seguintes edições também utilizam o título *“To his mistress going to bed”* para a citada elegia: Hayward (1950, p. 88); Smith (1971, p. 124); Craik (1987, p. 250) e Weller (1993, p. 37).

“*Le coucher de sa maîtresse*” [O deitar de sua amante], o que, desde o início, rompe com a visão de Berman (1995), que entende que o poema é dedicado à esposa de Donne.

Paz nos diz que o poema foi escrito ‘talvez’ depois do casamento [de Donne] com Anne More. E, portanto, para ela. Eu estou inclinado a pensar isto, contra Fuzier [sic] e contra Rothschild, que traduzem o simples “*Going to bed*” por “*Le coucher de sa maîtresse*”, e transformam o poema em um poema erótico no sentido... da poesia erótica francesa. Mas não será impossível **provar** que esse poema, certamente ousado e, mesmo, o mais ousado que conheço, é intensamente um poema de amor conjugal, de *spousal love*, como diria Hopkins (p. 148, negrito meu).

Esse exemplo é suficiente para ressaltar que a leitura de Berman vai encontrar ecos em seus pares que, como ele e Paz, interpretam o poema como “um poema de amor conjugal”. Ao mesmo tempo, encontraremos outros leitores especializados que, como Denis e Rothschild, lêem-no como um poema endereçado à amante. O que é problemático, como tentei apontar, é aventar a possibilidade de se determinar qual dessas leituras é a única “verdadeira”, com o pretexto da existência de uma base objetiva. O exemplo em questão, no qual se quer reivindicar o título correto, perderia sua razão de ser, se lembrarmos que as elegias “originalmente” não tinham título e que estes foram adicionados em sua publicação de 1633 e 1635, portanto, após a morte de Donne em 1631 (cf. Ellrodt, 1993 p. 439). Pode-se concluir que os próprios editores escolheram o título “*Going to bed*” ou “*To his mistress going to bed*”, dependendo de suas leituras e concepções poéticas. Não estou sugerindo que devemos “esquecer”, ou não levar em conta o que sabemos do autor, o que argumento é que essas “informações” não podem ser usadas para legitimar uma leitura como a única possível.

A quinta etapa trata da recepção da tradução na França²⁴, quando da publicação da antologia *Poèmes*, em 1962, pela editora Gallimard. Nessa etapa, pode-se perceber, mais uma vez, como Berman (1995) resiste em admitir que essa tradução possa ter sido muito bem aceita na época por conhecedores da obra donniana. Nos arquivos da editora Gallimard existem treze resenhas sobre a antologia. Delas somente uma se pronunciou contrariamente à tradução em questão. Essas resenhas representam as tendências poéticas e tradutórias da época e sua aprovação maciça a essa tradução indica que, pelo menos naquele momento, a mesma era tida como aceitável pela crítica especializada. Em nenhuma dessas resenhas aparece qualquer comentário sobre a crise do verso que impediria uma tradução com os recursos utilizados por Denis e Fuzier, pelo contrário, sua escolha é celebrada por autores como Pierre Legouis (1963, p. 134) e Jean Grosjean (1962, p. 905). Apenas na resenha do *Figaro Littéraire* (1962), a escolha de tal recurso é questionada, pois o autor da resenha acha que a tradução em prosa teria tornado o poema mais acessível ao leitor francês.

Contudo, para Berman (1995), a aprovação majoritária da tradução significaria que a maioria das resenhas demonstra uma total ou quase total ignorância por parte dos autores sobre Donne (p. 238). Somente duas resenhas seriam exceção: a de Pierre Legouis, que, segundo Berman, “representa” o meio universitário e os especialistas em literatura inglesa, e a de Jean Grosjean, que “representa” os poetas e tradutores de poesia (p. 234-5). Grosjean, segundo o autor, “não é qualquer um”; é um poeta eminente e tradutor de uma grande

²⁴ No livro de Berman (1995), essa etapa, por opção da editora, é tratada na terceira parte do livro, intitulada “*De la réception de la traduction Denis et Fuzier en 1962*” (cf. p. 8). No texto desta dissertação, entretanto, sigo a ordem das etapas evocadas por Berman (cf. p. 95).

quantidade de obras clássicas. A única resposta que Berman encontra para essa “insensata” aprovação ao poema é que haveria uma secreta rejeição pelo poeta inglês (p. 235-7). Quanto a Legouis, Berman também não compreende sua aprovação, pois Legouis passa uma grande parte de seu artigo apontando escolhas lexicais de Denis e Fuzier com as quais não concorda (p. 232-3). O tom surpreso de Berman em relação ao fato de Legouis criticar algumas escolhas de Denis e Fuzier, mas ter aplaudido a antologia em seu conjunto, é patente.

O autor não consegue esconder seu espanto pelo fato de que conhecedores de Donne foram capazes de apreciar essa tradução: “só podemos nos espantar que [Grosjean] declare que os tradutores foram ‘fiéis ao sentido e ao jogo de imagens’” (p. 237). Acrescenta que isso só pode ter acontecido porque o horizonte literário nos anos sessenta estava sobre o efeito, principalmente, do “puro poético” (p. 240). Berman explica que a “fascinação pela perfeição formal é que caracteriza em especial o “puro poético” (p. 241). Nesse horizonte, continua o autor, beleza e fidelidade são quase correspondentes, e o belo, na tradição francesa, combinaria muito bem com a “excelência do trabalho em verso” (p. 241). Assim, Berman, diante desse “horizonte poético”, conclui que é “natural que a maior parte das críticas tenha avaliado [a tradução de Denis e Fuzier] dessa forma, e pode achá-la, como Poisson, ‘bela e fiel’” (p. 257). Isso só torna mais forte a tese de que, naquele momento histórico, uma tradução nesses moldes era bem aceita. Mas não é apenas isso. Berman deixa transparecer que o modo de traduzir da “tradição francesa” não é fiel ao estilo de Donne, o que, mais uma vez, nos faz pensar sobre sua posição anti-etnocêntrica, visto que há uma negação dessa tradição, uma vez que, nela, Berman contesta o que lhe é mais caro no tocante à

tradução: a fidelidade ao autor. Como veremos a seguir, é o próprio Berman que pretende ditar a maneira de ser fiel e respeitoso ao autor.

Finalmente, na última etapa, a “crítica produtiva”, Berman (1995) vai apontar critérios para uma nova retradução de Donne, já que “nenhuma tradução existente [na França] é satisfatória *hoje* [...]. Há, portanto, espaço para esclarecer as pressuposições de uma nova – e **decisiva** – *translation*²⁵ de Donne na França” (p. 186, negrito meu). Esses critérios já foram, no decorrer deste texto, pouco a pouco, mencionados. Entretanto, vale a pena elencá-los novamente: selecionar os trabalhos em prosa do poeta, e não só os poemas em verso; abandonar a tradução em verso tradicional para chegar o mais próximo possível da prosa, o que corresponderia ao estilo oral de Donne; modernizar o poeta, abandonando o arcaísmo; e, principalmente, traduzir tendo em mente o domínio poético inglês, para não transformar a tradução em um poema francês mas, sim, em um poema inglês traduzido para o francês.

Berman (1995) critica, mais uma vez, as traduções anteriores, para impor uma outra visão sobre Donne, baseada em critérios que, acredita, desta vez, serem decisivos. Esses critérios só serão coerentes, tendo em vista uma futura retradução, para aqueles que percebam Donne como um poeta moderno como, por exemplo, Ellrodt²⁶ (1993). A retradução é, portanto, direcionada a um público específico, em um determinado contexto e em uma determinada época. Mas, para o autor, é a partir desses seus critérios para a retradução que será

²⁵ Termo usado por Berman, grafado assim para referir-se ao conjunto de acontecimentos que abarcam a tradução de um texto, como sua crítica e cultura em que está inserido (1995, p. 17). Para mais detalhes, confira Berman (1988).

²⁶ “Nós o [Donne] nomeamos poeta metafísico, barroco, maneirista. Deixemos esse debate em suspense. Digamos de início, poeta moderno. Moderno em seu tempo, se a modernidade é ruptura, mas próximo também de nossa modernidade” (Ellrodt, 1993, p. 7).

possível trazer para a França o que realmente seja Donne. Berman (1995) reivindica, por exemplo, que os sermões de Donne também sejam traduzidos, afirmando que, assim, “tal volume nos fará ver Donne como efetivamente é: *um poeta e autor cristão*, como Milton ou Hopkins” (p. 188).

Neste capítulo, foi possível apontar algumas dificuldades na proposta bermaniana. Em resumo, o que em sua teoria foi apresentado como um resgate das características “presentes” na tradução, resultado de um projeto de crítica de tradução “não-subjetiva, não-dogmática” (p. 16), parece apontar, na verdade, para pressupostos do próprio autor quanto à sua concepção acerca do ato tradutório. Nesse sentido, torna-se problemática a tese defendida por Berman, segundo a qual se deveria instaurar um tipo de crítica que não esteja comprometida com suas convicções sobre tradução e, no caso da análise da tradução de Donne, também com suas convicções sobre poesia. Todos os argumentos apresentados não tiveram como intuito defender a tradução de Denis como a tradução correta, mas apresentar visões distintas das de Berman que respaldam uma outra maneira de conceber o texto donniano. No caso das traduções dos poemas de Donne, as diretrizes que Berman traça em seu projeto de crítica estão vinculadas à sua posição anti-etnocêntrica e centradas na “letra” e, portanto, não repousam, como defende, sobre uma análise de tradução que possua uma “base *consensual* de julgamento” (p.16).

As várias maneiras distintas de conceber Donne, que foram apresentadas, podem ter causado a falsa impressão de que tudo estaria permitido, como se a crítica não tivesse mais razão de ser. Nesse sentido, parece pertinente discutirmos mais a fundo a questão da crítica mas, desta vez,

**CAPÍTULO 3 – A CRÍTICA DE TRADUÇÃO DE BERMAN REVISITADA:
SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA REPENSAR SUA CRÍTICA**

One knows that children don't belong to us
but we console ourselves with the fantasy that
they do. Like everyone, then, I have fantasies
of children and of texts.

Jacques Derrida
"The ear of the other"

Nos capítulos precedentes, à medida que o pensamento de Berman era apresentado e examinado, procurei apresentar e discutir um conjunto de tensões que se apresentavam no interior do pensamento desse autor, isto é, tentei apontar, em sua teoria, momentos que deflagrariam aporias no interior de sua própria reflexão. Durante esse percurso, pretendi destacar uma postura recorrente na obra de Berman: sua crença na possibilidade de um significado intrínseco ao texto dito original. Essa crença, que podemos chamar, por economia, de “essencialista” (a exemplo de Meylaerts, 1996, p. 390), está no cerne das discussões de temas importantes no trabalho do autor, como o tema da fidelidade e o da ética em tradução. As indagações que seguem podem sintetizar o que tem permeado essa discussão: existe um significado intrínseco ao original, que possa ser repetido na tradução e, assim, poderíamos cumprir o ideal de fidelidade ao autor? Há uma “verdade” depositada no texto de partida, pronta a ser resgatada? Como tradutores e/ou críticos podem conceber o “mesmo” original de maneiras tão distintas? Finalmente, haveria uma ética universal que pudesse ditar qual tradução seria unanimemente aceitável?

É em torno dessas questões que se desenvolve a reflexão que pretendo conduzir neste capítulo. Para isso, utilizo como embasamento teórico textos que, cada um a sua maneira, problematizam as questões levantadas. Os textos a que me refiro são: *Otobiographies – L’enseignement de Nietzsche et la politique du nom propre*, de Jacques Derrida (1984); *Is there a text in this class?*, de Stanley Fish (1980) e “A que são fiéis tradutores e críticos de tradução? Paulo Vizioli e Nelson Ascher discutem John Donne”, de Rosemary Arrojo (1993).

O que esses autores têm em comum é a crença de que a noção essencialista de verdade e o que dela decorre são construções humanas impregnadas pelo subjetivo, pelo histórico e pelo ideológico. Como afirma Arrojo (1996a),

a preocupação básica partilhada pelas diferentes tendências do pensamento crítico contemporâneo associado à pós-modernidade se resume, por exemplo, numa tentativa de desconstruir, ou desnaturalizar, o embasamento que compõe nossas rotinas, concepções e visões de mundo, mostrando que tudo aquilo que nos acostumamos a encarar como natural é, na verdade, cultural e histórico e, portanto, determinado pelas circunstâncias e pelos interesses que o produzem; em suma, nada mais, nada menos do que uma construção humana, com todas as marcas, limitações e vieses inerentes a essa condição (p. 55).

Nesse sentido, os textos supracitados servem de ponto de partida tanto para refletir sobre os temas mencionados, quanto sobre a crítica de tradução em Berman, uma vez que a ética e a fidelidade estão subjacentes não somente à reflexão sobre tradução, mas também à sua crítica. Essa reflexão servirá ainda para questionar o fato de que as críticas são elaboradas, de um modo geral, sem que ninguém se pergunte sobre os interesses e as circunstâncias que movem determinado crítico a avaliar determinada tradução.

3.1 Nietzsche (não-) nazista: a visão de Derrida

Neste item, pretendo questionar a crença de Berman, partilhada também por boa parte dos teóricos da tradução e referendada pelo “senso comum”, de que toda tradução deve respeito ao original ou, dito de outra forma, de que toda tradução deve ser fiel ao original. Para o teórico, a ética, juntamente com a

poética²⁷, formaria o que denomina de um “duplo critério” para a crítica de tradução, válido universalmente e para todos os tempos. Esse duplo critério conseguiria afastar o “dogmatismo ou, pelo menos, não privilegiar uma certa concepção do traduzir” (p. 92). Berman (1995) afirma:

Eu creio que é possível fundamentar toda uma avaliação [de traduções] com base em um *duplo critério* que foge [...do] perigo [do dogmatismo], isto é, uma avaliação que implica uma concepção de tradução que, sendo válida tanto no passado quanto atualmente, se tornou objeto de um *consenso* bastante geral – mesmo que jamais completo e muito implícito – entre os tradutores e aqueles que se interessam por tradução (p. 92).

No que se refere à ética, esse teórico declara que “ela consiste no respeito ou, preferencialmente, em *um certo respeito* ao original” (p. 92). Um pouco mais adiante, explicita que ter respeito pelo original é “respeitar a letra da obra” (p. 93n). Como podemos perceber, o autor está defendendo o que já havia proposto em seus trabalhos anteriores, o respeito à letra. Quando discutimos essa questão, no primeiro capítulo, em especial, no item 1.3, apontei que o respeito à letra estava sempre relacionado a um respeito ao autor e ao texto original e, ainda, pelos exemplos fornecidos, que Berman, quando se referia à letra, parecia supor um original estável e passível de ser resgatado²⁸. Se assumirmos essa sua postura, e a de tantos outros estudiosos da área, temos necessariamente de assumir ou presumir a existência de um único original a ser lido e também que haja um significado de tal forma nele incrustado que o tradutor, sendo competente, deva ser capaz de repeti-lo na tradução. Nessa linha de raciocínio, o

²⁷ Neste momento, concentro minha argumentação na questão da ética. Para mais detalhes sobre a poética, cf. p. 60 deste texto.

²⁸ Tentei apontar essa postura de Berman em vários momentos deste trabalho, principalmente através dos exemplos fornecidos pelo teórico, utilizados numa tentativa de explicar como manter a fidelidade à letra do texto. Cf., em especial, no primeiro capítulo, p. 31-37. No segundo capítulo, essa mesma posição do teórico é mais evidente quando tenta mostrar como ser fiel à poesia de Donne. Cf., principalmente, p. 75-81.

utilizando textos (a serem descritos no terceiro capítulo) de Jacques Derrida (1984 e 1985), Stanley Fish (1980) e Rosemary Arrojo (1993), autores que discutem alguns dos temas fundamentais para esta tese, quais sejam: a questão da fidelidade, do significado, da ética e da crítica de tradução. Assim, é a esses temas que dedicarei o capítulo seguinte.

grande objetivo do tradutor seria resgatar a “verdade” do texto original e transmiti-la ao texto traduzido.

É a partir dessa mesma perspectiva que são moldadas, em geral, as críticas de traduções. O que, muitas vezes, ocorre são avaliações que qualificam a tradução, medindo o seu sucesso ou o seu fracasso tendo como parâmetro a repetição ideal do original. Por um lado, quando a crítica é negativa, o título de fracassado é outorgado ao tradutor, pois este é visto como aquele que não consegue fazer o que o autor do original fez, como resume Paul de Man (1990, p. 110). Um exemplo dessa postura pode ser encontrado nos comentários de Haroldo de Campos sobre algumas traduções bíblicas, que são qualificadas como “mediocres” por não terem sido fiéis ao que considera os aspectos estéticos da obra (apud Moreno, 1998, p. 752). Por outro lado, temos críticos que não poupam elogios ao tradutor quando acreditam que este conseguiu resgatar a pretensa essência do original, ou repetir o próprio autor em outra língua. Como exemplo, temos a crítica de Paulo Henriques Brito (1997), poeta e tradutor, sobre as traduções de Hopkins, elaboradas por Augusto de Campos, na qual afirma que “as soluções encontradas captam o tom exato da musicalidade singular de Hopkins” (p. 13). Um outro exemplo dessa mesma postura é o comentário de José Castello (1995), crítico literário, sobre a tradução de Marco Lucchesi de *L’isola del giorno prima*, romance de Umberto Eco, no qual declara que o tradutor recuperou a “alma do texto” (apud Machado, 1997, p. 42).

Não é raro também que uma mesma tradução seja elogiada por um crítico e condenada por outro. Quando nos deparamos com posições tão distintas sobre uma mesma tradução, somos levados a indagar como podem tradutor e

crítico conceber um determinado original de maneiras tão antagônicas. Não é isso que estaria também em jogo no caso de Berman? Ou seja, a questão que se coloca é como podem os tradutores franceses Denis e Fuzier conceberem Donne de uma maneira tão incompatível com a maneira de Berman, já que estamos falando do “mesmo” original.

Tendo em vista esse questionamento, tento repensar esse tema a partir da reflexão elaborada por Jacques Derrida em *Otobiographies* (1984). Nesse texto, Derrida traz à tona o controvertido caso dos textos de Nietzsche, em especial, *Ecce Homo* (1888) e *Assim falou Zaratustra* (1883/85), que, no decorrer deste século, tiveram um percurso bastante tortuoso. Como coloca Copleston (1979):

o filósofo de A Vontade de Domínio e do Super-Homem tem sido apontado como um dos principais progenitores do dinamismo nazi, responsável em parte pelo desassossego e pelas actividades da moderna Alemanha, e como patrono da noção de uma *Herrenklasse*. Por outro lado, o adversário da estadolatria, o homem que desprezou o Socialismo, e o homem que escarneceu do Império Alemão, tem sido defendido como sendo, essencialmente, um antinazista (p. 7).

Assim, enquanto alguns autores comemoram nos textos de Nietzsche o reconhecimento da diferença e a aceitação da condição humana como a mais frágil entre todos os seres vivos, outros percebem em Nietzsche o defensor da superioridade ariana e o precursor do nazismo, um dos modos mais radicais de repressão da diferença. São as formas distintas de perceber os textos de Nietzsche que fazem com que Derrida (1984) lance a seguinte pergunta: “como e por que as ‘mesmas’ palavras e os ‘mesmos’ enunciados, se são os mesmos, podem servir diversas vezes a contextos e sentidos pretensamente diferentes ou incompatíveis?” (p. 83). Cabe lembrar que essa é a mesma questão que podemos elaborar em relação à crítica de Berman e à tradução de Denis e Fuzier.

Derrida afirma não ser suficiente argumentar que Nietzsche nunca desejou ser lido como um anti-semita, nem alegar que uma “falsificação” de seus textos teria ocorrido (p. 82). Com efeito, vários autores tentam “desculpar” Nietzsche afirmando que a responsável pela falsificação de seus textos foi sua irmã, Elisabeth Förster-Nietzsche, organizadora de seu legado intelectual que, além de ser viúva de um anti-semita, ignorava completamente, segundo eles, a filosofia de seu irmão (cf., por exemplo, Mello, 1993, p. 31; Chauí, 1978, p. xxi; Mello e Souza, 1978, p. 414n).

Derrida, no entanto, não seguirá esse percurso. Apesar de apontar momentos nos textos que poderiam ser lidos tanto em um sentido quanto em outro, sua reflexão não vai decidir sobre qual seria a “verdade” do texto nietzschiano, pois “o futuro do texto de Nietzsche está em aberto” (p. 98). Ou dito de outra forma, “as interpretações não serão leituras herméticas ou exegéticas, mas intervenções performativas da reescritura política do texto e de sua destinação” (p. 101-2). É a partir dos textos de Nietzsche, principalmente de “*Über die Zukunft unserer Bildungsanstalten*” [Sobre o futuro de nossos estabelecimentos de ensino]²⁹, *Ecce Homo* e *Assim falou Zaratustra*, que Derrida desenvolve sua argumentação sobre a “orelha do outro” [*l'oreille de l'autre*]. A “orelha”, no texto de Derrida, funciona como uma representação da presença do outro no texto, da presença daquele que “ouve” o texto. Como explicita Derrida (1985), “é a orelha do outro que assina [o texto]” (p. 51). Ou seja, é só através da escuta/leitura do outro que o texto, de fato, se escreve. É através daquele que

²⁹ Não existe, até o momento, uma tradução deste texto, publicada no Brasil, para a língua portuguesa.

ouve (ou, por extensão, daquele que lê) que o texto se forma, se constrói. Derrida (1984) ilustra a questão, citando Nietzsche, referindo-se à situação em sala de aula, na qual o significado se dissemina, pois o que é dito pelo professor “é separado da percepção dos estudantes por um abismo imenso” (p. 111).

No caso das leituras sobre Nietzsche, as idéias nazistas ou não-nazistas não estão presentes no texto, prontas para serem resgatadas, mas são construídas por leitores que, de alguma forma, já possuem uma posição política pois, como nos lembra Nietzsche (1987a), “ninguém pode ouvir nas coisas, inclusive nos livros, mais do que já sabe. Para aquilo a que não se tem acesso por vivência, não se tem ouvido” (p. 155). Assim, os anti-semitas só poderiam “encontrar” respaldo nos textos nietzschianos porque o que “leram” nesses textos se encaixava adequadamente nas próprias idéias do nacional-socialismo. Um indício a favor da tese de que a cada leitura um “novo” texto é construído é a própria quantidade de comentários sobre os textos de Nietzsche. Ainda em 1969, segundo a *International Nietzsche Bibliography*, havia mais de cinco mil títulos sobre esse autor (apud Marton, 1990, p. 225). Essa não é uma prova irrefutável contra a univocidade do significado, mas nos faz pensar por que teriam sido necessários tantos comentários sobre os textos desse filósofo se estivéssemos sempre nos referindo a um original unívoco.

Arrojo (1992) também defende que um ato de leitura, ainda que numa mesma língua,

já implica uma transformação, um agir sobre o texto que nunca pode ser meramente invisível ou inocente. Dentro dos limites de uma mesma língua, também é impossível qualquer resgate neutro e impessoal de significados. Ou seja, antes de deixar as fronteiras de uma língua em busca de outra, já se traduz (p. 426-7).

Se, no interior de uma mesma língua e cultura, em uma mesma época, a disseminação ou a transformação dos significados acontece, muito mais é de se esperar na realização de uma tradução que, por definição, ocorre entre línguas e culturas diferentes e, com frequência, em momentos diferentes. Nesse sentido, a sugestão de Derrida (1975), ao entender a tradução como “uma transformação regulada de uma língua por outra, de um texto por outro” (p. 30), parece mais apropriada do que uma concepção de tradução que pretende repetir o original. Uma tradução que supostamente recuperasse o texto de partida pressupõe um original único, justamente o contrário do que ilustrou o exemplo sobre os textos de Nietzsche. É por essa razão que a polêmica sobre esse filósofo me parece exemplar, pois sugere que até mesmo um texto lido em seu “original”, antes de deixar as fronteiras de uma língua, não possui um significado unívoco. Conseqüentemente, uma tradução, elaborada por um tradutor, com todos os vieses inerentes à sua condição de sujeito, não poderia pretender repetir o mesmo texto, uma vez que o próprio “original”, como argumentou Derrida e também Arrojo, no processo de uma leitura é inevitavelmente construído.

As críticas de Berman direcionadas a Denis e Fuzier, revisitadas por essas reflexões, são exemplares para ilustrar o processo de construção do significado. Como apresentei no capítulo anterior, uma das principais linhas de argumentação do teórico consistia em recorrer a informações sobre a biografia de Donne e a uma determinada visão do poeta para mostrar o que teria sido realmente sua poesia e, assim, apontar as supostas impropriedades daquela tradução, na qual o tradutor não havia captado a “realidade” desse poeta. É importante mencionar novamente que Berman (1995) quer uma nova tradução

francesa que “nos fará ver Donne como efetivamente é: *um poeta e autor cristão* (cf. p. 188, ou p. 85 deste texto). Na mesma medida, um dos recursos utilizados por mim foi o de ressaltar, por meio de outros estudiosos da obra de Donne, que as pressuposições de Berman não eram “evidentes” para esses especialistas, sugerindo que o que esse teórico francês lê no original e as supostas “informações” que tem sobre Donne não são fatos incontestáveis, mas uma construção baseada em suas leituras anteriores, sua visão de mundo e em sua crença sobre como Donne deve ser entendido.

Assim, pode-se reintroduzir a questão ética, colocada por Berman, que prega “um certo respeito” ao original, respeito este tratado como fidelidade ao texto de partida (cf. p. 59 deste texto) e indagar a qual original o tradutor deve respeito, uma vez que a disseminação do significado atinge também o texto de partida. Isto é, só poderíamos estar de acordo com a possibilidade de fidelidade ao original, se fosse possível o consenso sobre o que “realmente” seja esse texto, o que é inviável, como esclarecem tanto o meu exemplo acerca da tradução de Donne, quanto as considerações de Derrida sobre o texto de Nietzsche. Mesmo que estivéssemos de acordo com as noções de Berman sobre a suposta universalidade da ética que prega o respeito ao autor e ao texto de partida, ainda assim a única fidelidade possível não seria ao original, uma vez que é impossível resgatar essa suposta origem perdida, mas seria à ideia que o leitor/tradutor faz desse texto. Como argumenta Arrojo (1993),

o leitor de um texto não pode proteger os significados originais de um autor porque, a rigor, nem o próprio autor poderia estar plenamente consciente de todas as intenções e de todas as variáveis que permitiram a produção e a divulgação de seu texto. Da mesma forma, no momento da leitura, o leitor não poderá deixar de lado aquilo que o constitui como sujeito e como leitor – suas circunstâncias, seu momento histórico, sua visão de mundo,

seu próprio inconsciente. Em outras palavras, o leitor somente poderá estabelecer uma relação com o texto (como todos nós, a todo momento e em todas as relações), que será sempre mediada por um processo de interpretação (p. 18-9).

Nessa perspectiva, a responsabilidade de construir provisoriamente o significado é do leitor ou do tradutor, contudo esse significado reflete inescapavelmente sua ideologia, produzida em certas circunstâncias e inserida numa determinada cultura e num dado momento histórico. Justamente pelo fato de o significado estar inserido nessa gama de interesses, é que não será qualquer leitura ou tradução sempre aceita. A noção de “comunidade interpretativa”, proposta por Stanley Fish (1980), pode esclarecer essa afirmação.

3.2 A noção de comunidade interpretativa e a questão da persuasão em Fish

Fish (1980) defende que “os significados não são propriedades nem de textos fixos e estáveis nem de leitores livres e independentes, mas de comunidades interpretativas, responsáveis tanto pela forma das atividades do leitor, quanto pelos textos que essas atividades produzem” (p. 322). Nessa perspectiva, a noção de “comunidade interpretativa” não cultiva o “ideal impossível” de que todos entrem em acordo sobre o significado de um texto e, muito menos, pressupõe uma “anarquia interpretativa”, na qual o texto passe a significar qualquer coisa, num relativismo total (p. 172). Isso não significa, ressalta Fish, que a suposta estabilidade do texto seja transferida para a “comunidade interpretativa”, pois as “estratégias interpretativas não são naturais

ou universais, mas são aprendidas” (p. 172). A “comunidade interpretativa”, formada por aqueles que compartilham dessas estratégias (p. 171), vai ser constituída pelos vários elementos responsáveis pela aceitação ou não de determinada interpretação.

Para ilustrar o posicionamento de Fish, segundo o qual “todos os objetos são construídos e não descobertos”, e são “construídos através de estratégias interpretativas (...) sociais e convencionais” (p. 331), relato um episódio que, segundo esse autor, ocorreu na *Johns Hopkins University*. No primeiro dia de aula de uma das disciplinas da área de literatura, uma aluna faz a seguinte pergunta a seu professor: “Há textos para esse curso?” [*Is there a text in this class?*]³⁰. O professor responde que sim e lhe fornece o título do livro a ser utilizado ao longo do semestre. A aluna o interrompe e esclarece que o que realmente quer saber é qual será a postura adotada por ele em relação à interpretação dos textos, se naquele curso se acreditará na “existência de poemas e coisas”, ou se eles serão vistos apenas como construções humanas (p. 305). Nesse momento, o professor percebeu que a aluna já havia sido posta em contato com as idéias de Fish, e entendeu a pergunta dessa outra forma. Fish utiliza esse exemplo para, entre outras coisas, questionar a idéia de que os enunciados são estáveis e para ressaltar que, dependendo das informações de que dispomos, da época em que estamos, enfim, do mundo em que vivemos, a nossa interpretação pode ser modificada. O professor só pôde entender o enunciado da aluna como um questionamento sobre a bibliografia do curso, porque está inserido numa instituição escolar e, assim sendo, sabe “o que está incluído sob a rubrica geral

³⁰ Para uma análise mais detalhada sobre esse mesmo episódio, cf. Rodrigues (1998, p. 178-184).

de ‘primeiro dia de aula’”, no qual uma pergunta sobre o material a ser utilizado seria bastante pertinente nessa situação (p. 307). Do mesmo modo, o professor só pôde associar essa “mesma” pergunta a um outro significado, porque estava a par das idéias desenvolvidas por Fish a respeito da interpretação dos textos. Dessa forma, Fish conclui que toda verdade não é senão uma interpretação, legitimada pela comunidade dentro da qual o intérprete se encontra, dado que “as operações mentais que podemos realizar são limitadas pelas instituições dentro das quais já estamos inseridos” (p. 331).

Trazendo a posição de Fish para o exemplo de Nietzsche, discutido no item anterior, os intérpretes deste último só podem “ler” sentidos que não “estão lá”, bem como “validar” suas afirmações, porque estão inseridos em diferentes comunidades interpretativas que permitem leituras diferenciadas. Isso não quer dizer que o texto de Nietzsche, ou qualquer outro, possa ser relacionado a qualquer autor ou receber qualquer interpretação. Como Fish aponta, uma leitura não é nem objetiva, nem subjetiva (p. 335). Não há nada de “objetivo” em considerar que haja elementos precursores do nazismo nos textos supracitados; da mesma forma, afirmações desse tipo não são totalmente subjetivas, porque serão sempre “produtos de um ponto de vista social ou institucional” (p. 335).

O exemplo da pergunta feita pela aluna também foi usado por Fish para argumentar contra aqueles que temem que sua teorização possa gerar uma espécie de “anarquia interpretativa”. Fish utiliza esse exemplo para argumentar contra as acusações de que seu texto estaria promovendo um suposto “valeduto”, dando uma liberdade excessiva ao leitor. Fish mostra que sua teoria propõe justamente o contrário do que lhe acusam. Esse autor argumenta, através

desse exemplo, que “as atividades interpretativas não são livres”, porque o leitor estará sempre sujeito a certas normas e valores que o fazem reprimir ou não construir qualquer significado. Como foi mencionado, a sentença “is there a text in this class?” pode significar mais de uma coisa, dependendo da situação; no entanto, não pode significar qualquer coisa, como apontou Fish ao identificar os referenciais tanto da aluna, quanto de seu colega professor. Além do mais, para que se instaure um significado “válido”, mesmo que passageiro, há a necessidade de que outras pessoas compartilhem desse significado.

Se utilizarmos a reflexão de Fish para repensar a crítica de tradução, seríamos, com certeza, alvo de questionamentos semelhantes àqueles dirigidos a Fish. Ou seja, se é inevitável que, dependendo dos interesses de uma comunidade interpretativa, o texto seja lido de determinada maneira, enquanto em outra comunidade poderá ser lido diferentemente, a crítica em tradução não perderia sua razão de ser? A argumentação de Fish, ao propor o que denomina de “modelo de persuasão”, é útil para uma tentativa de resposta às questões levantadas, as quais, afinal, refletem o pensamento de teóricos que temem o fim da crítica.

Para Fish (1980), o papel da atividade crítica é uma tentativa de alterar a crença do outro, para que, a partir daí, aquilo que é objeto da crença de um torne-se uma evidência para o outro (p. 365). Assim, segundo Fish, quando escrevemos um texto ou lecionamos literatura, por exemplo, o que estamos tentando fazer é persuadir o outro (o leitor, o aluno) de que estamos certos a respeito de nossas crenças. Se conseguirmos fazer com que os leitores acreditem no que estamos defendendo, eles poderão “ver” no texto aquilo que “vemos”. Conseqüentemente, os argumentos que utilizamos para convencer os leitores de

que estamos certos serão vistos por esses leitores como tão óbvios quanto se tornaram para nós (p. 365). Fish propõe uma inversão do modo como os textos são geralmente avaliados; ou seja, ao invés de partir de um “modelo de demonstração”, percebido como um fato estável independente do contexto, que será confirmado ou não por bases supostamente objetivas, defende que, na verdade, o que praticamos consiste num “modelo de *persuasão*”, no qual os fatos citados são aceitos somente porque uma interpretação [...] já havia sido assumida” (p. 365).

Dentro do “modelo de *persuasão*” de Fish, o crítico deve ser, em primeiro lugar, um retórico competente. No entanto, sua retórica deverá ser referendada pelo público a que se dirige. Assim, torna-se necessário que o leitor, de alguma forma, já compartilhe alguns pontos de vista com a crítica; caso contrário, por mais estratégico que seja quem escreve, tal escritura não chegará a atingir o leitor, exatamente porque não há no texto um sentido fixo e esse leitor não pode ser considerado uma tábula rasa; pelo contrário, são suas pressuposições que irão guiar sua leitura.

Tendo em mente essas considerações, não há por que temer a falta de diálogo entre os críticos, uma vez que sempre haverá um crítico tentando instituir sua visão sobre um texto e, para que isso funcione, necessita da maior quantidade possível de leitores para compartilhar de sua leitura. Para isso, o crítico estará sempre produzindo textos com esse intento. Como defende Fish (1980), é o que o crítico faz com os textos que os torna aceitáveis para a análise, mesmo que sempre coagido por normas institucionais, ao contrário do que pretende um “crítico humilde”, que se julga servidor dos textos que reverencia,

independentemente de qualquer interesse (p. 368). Dessa forma, a prática da crítica, como coloca Fish, “não é algo pelo que alguém deva se desculpar; pois a crítica é absolutamente essencial tanto para a manutenção quanto para a produção do objeto de sua atenção” (p. 368).

Por meio da reflexão de Fish, podemos compreender a posição de Berman ao tentar persuadir os leitores de que a tradução elaborada por Dennis e Fuzier dos poemas de Donne seja inadequada. O teórico francês quer, inevitavelmente, que o maior número possível de leitores concorde com sua posição, e que, assim, sua leitura se estabeleça. Desse modo, encarna muito bem o papel de um crítico persuasivo³¹; fato que, no entanto, não fará de sua crítica uma leitura de consenso (cf. p. 16). Sua leitura será compartilhada por aqueles que concebem Donne da mesma maneira que foi apresentada por ele, ou por aqueles que tenham as mesmas pressuposições sobre tradução, incluindo, por exemplo, a possibilidade de um “certo respeito” ao original como uma ética incontestável. Da mesma forma, sua leitura será invalidada por aqueles que não concordam com sua interpretação sobre o poema, ou por aqueles que apreciam a tradução de Denis e Fuzier, ou imaginam uma outra possibilidade de tradução, ou, ainda, por aqueles que concebem a ética de uma outra maneira, como é o caso da “comunidade interpretativa” da qual faço parte, que considera que o princípio ético a ser adotado

parece ser o de dar voz ao tradutor e desmascarar explicitamente o papel intervencionista inerente a qualquer ato de interpretação. Alguns tradutores contemporâneos, particularmente interessados em tornar os

³¹ Berman, certamente, foi persuasivo, no sentido de Fish (1980), já que não apresentou simplesmente sua posição, mas argumentou a seu favor e conseguiu conquistar determinado público (p. 368). Como exemplo, posso citar Venuti (1998), Simon (1996) e Deguy (1992).

trabalhos de tradução visíveis e em revelar seu papel inevitavelmente político, defendem uma ética mais adequada que explicitamente reconheça a interferência inevitável do tradutor no texto traduzido, através de estratégias de tradução que rejeitam um respeito hipócrita e cego ao autor, à língua e à cultura do “original” e, portanto, também rejeitam o ideal impossível de traduções transparentes e neutras (Arrojo, 1997, p. 18).

Nessa maneira de encarar a ética, a função do tradutor é totalmente redimensionada. Do tradutor, deixa-se de exigir o ideal de respeito e fidelidade cegos ao autor. O que se exige do tradutor é que, como escritor de um “novo” texto em outra língua, seja responsável pelo texto que também é seu. Nessa perspectiva, os parâmetros previstos para a tradução são diferentes; por conseguinte, outros seriam os parâmetros válidos se outros fossem os pressupostos, refutando assim, novamente, a idéia de uma ética universalista.

3.3 A fidelidade do crítico de tradução: Arrojo examina a polêmica Ascher x Vizioli

O ensaio de Rosemary Arrojo (1993), “A que são fiéis tradutores e críticos de tradução? Paulo Vizioli e Nelson Ascher discutem John Donne”, interessa particularmente a esta pesquisa. A reflexão de Arrojo sobre o crítico Nelson Ascher e o tradutor Paulo Vizioli não poderia ser mais apropriada para discutir os elementos da análise de Berman, uma vez que a autora examina, coincidentemente, a mesma elegia analisada por este último. Por fim, o exame da polêmica da crítica em torno das traduções brasileiras de Donne, como faz Arrojo, sugere que a reflexão que vínhamos conduzindo não se restringe ao contexto

francês, mas que permeia qualquer reflexão ou comentário sobre a atividade tradutória.

Arrojo (1993) nos informa, em seu ensaio, que Nelson Ascher escreveu para a Folha de São Paulo, no ano de 1985, uma resenha sobre a tradução da antologia “John Donne: o poeta do amor e da morte”, elaborada por Paulo Vizioli (p. 15). Ascher faz severas críticas à tradução, tendo como parâmetro implícito a tradução de Augusto de Campos (p. 20). Entre os comentários de Ascher sobre as traduções mencionadas, Arrojo destaca:

Em primeiro lugar, o crítico não concorda com o título da antologia de Vizioli: “chamá-lo [a John Donne...] de ‘o poeta do amor e da morte’, como faz Vizioli no título do livro, é perder de vista a essência de sua poesia” [...]. Enquanto a [tradução] de Vizioli é a “obra empenhada de um erudito”, “um valioso subsídio para o estudo e a apreciação do autor, correta e esclarecedora”, a de Augusto de Campos é o “trabalho magistral de um poeta”, “o próprio Donne em português”. [...] Segundo Ascher, Augusto de Campos criou para Donne uma “linguagem própria e uma dicção poética condizente”, ao passo que a de Vizioli é “conservadora e com uma dicção poética ultrapassada” (p. 20).

Podemos relacionar a figura do crítico Ascher à figura de Berman. Como vimos, Berman (1995) também toma como parâmetro de correção uma outra tradução de Donne, no caso, a de Octavio Paz, contrapondo-a ao que considera os erros da tradução de Denis (p. 28). O teórico francês aprecia a tradução de Paz, por acreditar que esta teria conseguido encarnar a poesia de Donne; e desmerece a de Denis, por ter conseguido, em sua opinião, produzir, no máximo, um “retrato falado” do poeta (p. 139). Além disso, Berman assume que a tradução de Denis utiliza uma versificação já ultrapassada, afirmação que podemos comparar às palavras de Ascher sobre a tradução de Vizioli, quando considera esta última “conservadora” e com uma “dicção poética ultrapassada”. Essas comparações mostram que, guardadas as devidas proporções, as críticas de Ascher e as de

Berman têm mais ou menos o mesmo teor. Ressalto esse ponto porque considero que as observações feitas por Arrojo serão válidas também para o caso de Berman.

Como sugere a autora, a questão principal que nutre a polêmica Ascher *versus* Vizioli incide sobre o “significado e o valor” do original (p. 21), ou seja, sobre o que cada um percebe como a “verdade” no texto donniano. Arrojo (1993) apóia-se principalmente em Nietzsche, pensador que, segundo ela, põe a nu “o caráter ‘fictício’ de todas as nossas verdades” (p. 17).

Em *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral* (1987), Nietzsche sugere que a grande ilusão em que está imersa a humanidade é sua crença na existência de verdades externas, anteriores e independentes à capacidade criativa e inventiva dos seres humanos. Esse autor comenta que os homens, sequiosos por desvendar as verdades das coisas do mundo, nem mesmo chegam a conhecer a si próprios: “o que sabe propriamente o homem sobre si mesmo! Sim, seria ele sequer capaz de alguma vez perceber-se completamente, como se estivesse em uma vitrina iluminada?” (p. 32). Além de questionar a possibilidade de um conhecimento do sujeito sobre si mesmo, um conhecimento total e com isenção de um ponto de partida, Nietzsche acrescenta que “somente por esquecimento pode o homem alguma vez chegar a supor que possui uma ‘verdade’” (p. 33). É justamente porque o homem “se esquece” de que não pode aceder à “essência” das coisas mesmas que pode pensar que descobre verdades. Nietzsche exemplifica essa “ilusão” humana referindo-se a uma das classificações que fazemos dos animais:

Se forjo a definição de animal mamífero e em seguida declaro, depois de inspecionar um camelo: “Vejam, um animal mamífero”, com isso decerto

uma verdade é trazida à luz, mas ela é de valor limitado, quero dizer, é cabalmente antropomórfica e não contém um único ponto que seja “verdadeiro em si”, efetivo e universalmente válido, sem levar em conta o homem (p. 36).

O homem precisa esquecer que as “metáforas intuitivas de origem” são apenas metáforas, para tomá-las “pelas coisas mesmas” (p. 36). Para Nietzsche, o que fazemos é supor que conhecemos as coisas em si, as quais, de fato, não passam de imagens que construímos dessas coisas (p. 33):

Acreditamos saber algo das coisas mesmas, se falamos de árvores, cores, neve e flores, e no entanto não possuímos nada mais do que metáforas das coisas, que de nenhum modo correspondem às entidades de origem [...] O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas (p. 33-4).

Como argumenta Arrojo (1993), as perspectivas propostas por Nietzsche desestabilizam a crença na existência de um sujeito autônomo e “descobridor de verdades” e introduzem a idéia de um sujeito “criador” e produtor de significados (p. 18). Quanto a essa afirmação da autora, podemos citar um trecho de Nietzsche (1987), no qual declara que

como gênio construtivo o homem se eleva, nessa medida, muito acima da abelha: esta constrói com cera, que recolhe da natureza, ele com a matéria muito mais tênue dos conceitos, que antes tem de fabricar a partir de si mesmo. Ele é, aqui, muito admirável – mas só que não por seu impulso à verdade, ao conhecimento puro das coisas (p. 35-6).

Nesse texto de Nietzsche, Arrojo (1993) percebe uma implicação fundamental para a reflexão sobre a linguagem e sobre a tradução. A autora defende que toda relação com o texto “será sempre mediada por um processo de

interpretação, um processo muito mais 'criativo' do que 'conservador', muito mais 'produtor' do que 'protetor'" (p. 19). As reflexões nietzschianas, se pensadas no contexto dos estudos sobre a tradução, "necessariamente reformulam os conceitos tradicionais de texto 'original' e de fidelidade" (p. 19). Nesse sentido, o papel desempenhado pelo tradutor passa a ser também autoral e, ao mesmo tempo, delineado por sua época, por suas perspectivas e por seus desejos. As exigências de fidelidade a um significado supostamente presente no "original" passam a ser reformuladas, bem como o papel do próprio tradutor, que deve ser reconhecido como quem, por meio de uma leitura e de uma intervenção delineadas a partir das circunstâncias e das regras aceitas pela "comunidade interpretativa" à qual pertence, recria, transforma o "original". Arrojo (1993) se posiciona da seguinte maneira sobre a fidelidade:

Se apenas podemos contar com interpretações de um determinado texto, leituras produzidas pela ideologia, pela localização temporal, geográfica e política de um leitor, por sua psicologia, por suas circunstâncias, toda tradução somente poderá ser fiel a essa produção. De maneira semelhante, **ao avaliarmos uma tradução, ao compararmos o texto traduzido ao "original", estaremos apenas e tão-somente comparando a tradução à nossa interpretação do "original"** que, por sua vez, jamais poderá ser exatamente a "mesma" do tradutor (p. 19-20, negritos meus).

Nesse sentido, a fidelidade do crítico está relacionada às suas próprias convicções e não a uma recuperação de um sentido que estaria supostamente presente no texto de partida. Tendo isso em mente, retorno à tese de Berman sobre seu projeto de crítica.

Como vimos, esse teórico defende que, sendo rigoroso e analisando a tradução por todos os ângulos (isto é, a partir do projeto e da posição do tradutor, do "horizonte" no qual a tradução surgiu, etc.), seria possível resgatar sua

“verdade” (p. 13-4). O resultado desse resgate seria uma crítica isenta de ideologia, de subjetividade, de dogmas, de prescrições e descrições (p. 16). Assim, Berman parece agir como o “homem” retratado por Nietzsche, que precisa se “esquecer” de que seus conceitos são criações, para poder reafirmá-los como verdades. Dessa forma, pensa poder resgatar a verdade de uma tradução, depois de analisar, por exemplo, o projeto que norteia essa tradução, esquecendo-se de que foi ele mesmo quem o definiu e o montou. Para caracterizá-lo, apresenta quatro divisões, partindo de sua constatação de que os tradutores em questão, Dennis e Fuzier, apresentam uma “antologia muito seletiva”, “uma antologia poética”, “um Donne francês” e “uma versão arcaizante” desse poeta inglês (p. 122-5). É assim que, tendo examinado (como o cientista nietzschiano “descobridor de verdades”) as traduções de Dennis e Fuzier, o crítico francês julgará estar trazendo à luz uma verdade, enquanto apenas reconstrói, a seu modo, o poeta inglês John Donne. Esse fracasso, no entanto, revela o trabalho brilhante de Berman como “gênio construtivo”. Cabe ressaltar que mesmo que os tradutores tivessem, eles mesmos, elaborado o projeto de tradução, ainda assim, esse projeto, visto a partir da leitura de Berman, já não seria mais o “mesmo” projeto.

A meu ver, a “ilusão” ou o equívoco principal do autor vem, como já ressaltei, de sua crença “essencialista”, crença que repercute nas diferentes dimensões de seu trabalho. A própria concepção de tradução não-etnocêntrica parece não poder ser sustentada, uma vez que se define em oposição à idéia de tradução etnocêntrica, idéia que pressupõe, por sua vez, uma separação radical e estanque entre as línguas (e as culturas). Ou seja, há uma concepção subjacente

a essa divisão, segundo a qual é possível, em uma língua, colocar de um lado o que é genuinamente estrangeiro e, de outro, o que é natal.

Senão vejamos: por mais que se tente elaborar uma tradução que mantenha características não-etnocêntricas ou portadoras da estranheza da outra língua, ela só é possível na medida em que é incorporada à língua de chegada e, como tal, é redimensionada por ela, por sua estrutura semântico-sintática, por exemplo. Caso contrário, o texto traduzido seria estranho, ou mesmo ininteligível, de modo que não poderia ser incorporado à nova cultura. Assim, a estranheza da língua de partida é lida e admitida como estranheza a partir das possibilidades da língua de chegada, portanto, a partir de alguns limites (impossíveis de serem estabelecidos) dados por uma visão etnocêntrica.

Derrida (1985), por exemplo, reconhece em um único “sistema lingüístico” a fusão de várias línguas, isto é, reconhece a “impureza” presente em toda língua, o que o faz questionar a “integridade de qualquer sistema lingüístico” (p. 100). Ottoni (1996), examinando esse mesmo trecho de Derrida, acrescenta que não há “fronteiras” entre as línguas, ou que há diferentes línguas em uma “mesma” língua (p. 4). Talvez tenha sido isso que Berman (1984) tenha tentado esclarecer ao declarar que “a teoria da tradução não-etnocêntrica é também uma teoria da tradução etnocêntrica” (p. 17). Essa afirmação acentua a dificuldade que venho ressaltando: saber até onde vai uma língua e começa outra, ou saber a qual cultura pertence determinado termo ou estrutura. É essa impossibilidade de demarcação que desestabiliza uma teoria elaborada sobre o binômio etnocentrismo / não-etnocentrismo.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, analisei as concepções de tradução e de crítica de tradução presentes nos trabalhos de Antoine Berman. No primeiro capítulo, reuni a maioria de seus textos, a fim de compor um perfil de sua produção na área. Ao agrupar e examinar esse material, percebi que uma das teses que mais se apresentava, ora explícita, ora implicitamente, consistia na condenação de toda tradução de perspectiva dita “etnocêntrica” e na defesa de toda tradução que privilegiasse o que chama de “letra” do original. Em alguns momentos, por tratar esses dois modos de traduzir como pólos antagônicos, Berman (1984) se aproxima da discussão que tradicionalmente acompanha os escritos sobre a tradução, na qual os autores se dividem, em geral, em duas posições: de um lado, os que defendem a tentativa de manutenção do sentido do texto de partida; de outro, aqueles que defendem a tentativa de manutenção da forma. Em outros momentos, esse autor critica justamente essa divisão que, segundo ele, se associa aos teóricos tradicionais, com os quais não concorda (p. 297, por exemplo). Esse é um dos conflitos que pode ser lido em sua teoria. Outro conflito examinado refere-se à sua posição em relação ao tradutor. O teórico declara que o tradutor tem que se livrar de sua condição ancilar; porém, como apontei ainda no primeiro capítulo, Berman

(1985) o aprisiona nessa mesma condição, ao defender que o tradutor não deve aparecer no texto que traduz (p. 58).

É, entretanto, no segundo capítulo que se encontra o conflito mais explorado nesta dissertação, relacionado à tentativa de Antoine Berman de elaborar um método de crítica de tradução. Essa crítica, considerada um dos pilares de uma “ciência da tradução”, ou da sua “tradutologia”, teria como condições necessárias ser não-ideológica, não-prescritiva, não-descritiva e isenta de subjetividade (1995, p. 63). No entanto, seu projeto e respectiva aplicação às traduções da elegia “*Going to bed*”, de John Donne, deflagram, a todo instante, uma concepção de tradução comprometida, inescapavelmente, com seus pressupostos, os quais, por serem **seus**, violariam tais condições. Para ele, traduzir de modo não-etnocêntrico significa ser ético e é dessa premissa que seu projeto parte, e não de “bases *consensuais* de julgamento”, como quer (p. 16). Assim, o que tentei defender ao longo do texto não diz respeito à impossibilidade de se criticar uma tradução, mas à impossibilidade de se criticar o que quer que seja com isenção de marcas pessoais e institucionais.

Da mesma forma que Berman, no intuito de elaborar uma crítica universal, não pode e não consegue escapar de tudo o que o constitui como sujeito, eu, também, não posso fugir dessa mesma condição, quando elaboro minha crítica sobre esse autor. No terceiro capítulo, utilizando textos de Jacques Derrida, Stanley Fish e Rosemary Arrojo, deixo explícito quais foram os autores que, durante meu percurso acadêmico, influenciaram o meu modo de conceber autores e textos. O que diferencia, então, a minha crítica da de Berman é que não concebo minha leitura de forma isenta, no intuito de formar alguma teoria

absoluta. Pelo contrário, acredito que só posso escrever o que escrevi, porque estive em contato com as teorias expostas por aqueles autores, e que elas só podem ser “válidas” dentro de uma perspectiva e aceitas por leitores que, em algum ponto, compartilhem de algumas das idéias que tentei expor. A minha dissertação, em suma, foi uma tentativa de convencer o Outro de que eu estava “certa”, porém, tendo consciência de que estar “certa” não significa nem para sempre e nem para todos. O que fiz com os textos de Berman foi uma construção de um outro texto, tendo como ponto de partida minha leitura desse autor, ao que acresci minhas outras leituras e meus próprios interesses.

Esses conflitos que tento identificar na obra bermaniana não descartam, em absoluto, a contribuição do autor. Por isso, parece-me pertinente agrupar as iniciativas positivas de seu trabalho, mencionadas ao longo desta pesquisa, ainda que acredite que muitas delas permaneçam a meio caminho.

O autor trata a tradução como um campo do saber que merece e incita reflexões. Esse caráter reflexivo é o primeiro ponto que se destaca em sua obra. O autor fornece elementos que mostram quão complexa é a atividade tradutória e quão importante é a reflexão teórica que lhe é inerente, ao contrário do que, muitas vezes, é entendido tanto pelo senso comum quanto por profissionais da área, quando admitem que a tradução é mera reprodução. A tradução e sua crítica são vistas pelo autor como uma das formas de sobrevivência e manifestação da obra. Tanto a tradução quanto a crítica complementam o texto de partida. Nesse sentido, Berman (1995) contribui para a valorização da tradução enquanto reflexão teórica e enquanto atividade profissional, tendo em

vista que toda tradução, ao mesmo tempo em que deve se submeter à crítica, é, ela mesma, uma atividade crítica (p. 40).

Essa observação quanto ao caráter reflexivo da obra também se aplica à crítica. Pode-se perceber da parte do autor uma preocupação, quase inexistente anteriormente, com a análise das **causas** do sucesso ou do fracasso de uma tradução, uma preocupação com “os porquês” das escolhas do tradutor. Diferentemente dos comentaristas em geral que, “na esmagadora maioria das vezes, só reserva espaço ao tradutor quando fala de seus erros” (Azenha Jr., 1996), Berman (1995) busca libertar a própria crítica de sua carga negativa. O autor afirma que, de um modo geral, criticar “parece significar somente uma avaliação negativa da tradução” (p. 38). Entretanto, observa que, mesmo quando o resultado de uma tradução é desaprovado, a crítica funciona positivamente, pois, ao evidenciar as razões de suas discordâncias com a tradução, propicia uma outra, dentro de uma perspectiva diferente (p. 38).

A multidisciplinaridade é outro aspecto importante presente na obra desse teórico. O encontro da tradução, em especial, com a filosofia, com a psicanálise e com a história enriquece e amplia os horizontes tanto da discussão sobre tradução, quanto de outros campos do saber com os quais a tradução se relaciona, no sentido de que a tradução faz repensar os respectivos objetos de estudos dessas disciplinas. Essa intersecção, que tem tudo para ser promissora, questiona a necessidade de uma compartimentalização do saber, pelo menos quando elaborada em termos estanques.

O respeito ao Outro foi uma das idéias do autor que mais repercutiu nos trabalhos que mencionam o autor. Pode-se dizer que a aceitação do estrangeiro, o

respeito ao que é diferente, inspirou teóricos como Lawrence Venuti, por exemplo. Este último defende, para a tradução, uma ética da diferença nos termos de Berman, isto é, defende uma ética que tenha como meta fazer traduções que revelem a estranheza da língua de partida (1998, p. 81-2). A postura de Berman parece positiva no sentido de que traz à tona a visibilidade do tradutor, por pressupor que é o tradutor quem decide sobre que termos usar para provocar essa estranheza, por exemplo. No entanto, ela pressupõe também que, se o tradutor tenta elaborar uma tradução fluente, ele é servil e invisível, pois nesse caso não haveria interferência nenhuma desse profissional.

Além disso, essa postura recai em outro conflito que tentei examinar. Por um lado, Berman defende o direito do tradutor de ser responsável pelo seu texto, desde que “coloque as cartas na mesa” (p. 93). Por outro, sua ética só permitiria uma única tomada de posição, a de ser anti-etnocêntrico. Essa postura do autor fica, digamos assim, a meio caminho. Pode-se dizer que Berman não leva às últimas conseqüências algumas de suas afirmações, como essa sobre a responsabilidade do tradutor. Ou seja, há várias partes de sua teorização em que se distancia, e muito, de teóricos que critica, como Nida e Mounin; porém, não chega a desenvolvê-las, porque está comprometido com uma noção de tradução anti-etnocêntrica e também com um ideal de ciência da tradução. Essa noção de ciência implica a possibilidade de uma objetividade absoluta, na qual não se aceita nenhum viés ideológico. Nesse sentido, percebe-se em sua obra um outro conflito: por um lado, declara que não se pode ser neutro; por outro, por estar comprometido com esse ideal cientificista, declara também que não se pode ser ideológico.

Concluindo, ressaltei alguns aspectos na obra de Berman que são positivos de início por se proporem a valorizar o trabalho do tradutor e a reflexão sobre a tradução. No entanto, suas afirmações não são levadas a cabo. Minha dissertação consistiu justamente em apontar e examinar os meandros de sua obra, responsáveis pela não-concretização de suas propostas.

ANEXOS

ANEXO I - ELEGIE XIX: GOING TO BED (John Donne)

1 Come, Madam, come, all rest my powers defie,
 2 Until I labour; I in labour lie.
 3 The foe oft-times having the foe in sight,
 4 Is tir'd with standing though he never fight.
 5 Off with that girdle, like heavens Zone glittering,
 6 But a far fairer world incompassing.
 7 Unpin that spangled breastplate which you wear,
 8 That th'eyes of busie fooles may be stopt there.
 9 Unlace your self, for that harmonious chyme,
 10 Tells me from you, that now it is bed time.
 11 Off with that happy busk, which I envie,
 12 That still can be, and still can stand so nigh
 13 Your gown going off, such beautious state reveals,
 14 As when from flowry meads th'hills shadow steales
 15 Off with that wyerie Coronet and shew
 16 The haiery Diademe which on you doth grow:
 17 Now off with those shooes, and then safely tread
 18 In this loves hallow'd temple, this soft bed.
 19 In such white robes, heaven's Angels us'd to be
 20 Receavd by men ; Thou Angel bringst with thee
 21 A heaven like Mahomets Paradise ; and though
 22 Ill spirits walk in white, we easly know,
 23 By this these Angels from an evil sprite,
 24 Those set our hairs, but these our flesh upright.
 25 Licence my roaving hands, and let them go,
 26 Before, behind, between, above, below.
 27 O my America! my new-found-land,
 28 My kingdome, safeliest when with one man man'd
 29 My Myne of precious stones, My Emperie
 30 How blest am I in this discovering thee !
 31 To enter in these bonds, is to be free ;
 32 Then where my hand is set, my seal shall be.
 33 Full nakedness ! All joyes are due to thee;
 34 As souls unbodied, bodies uncloth'd must be,
 35 To taste whole joyes. Gems which you women use
 36 Are like Atlanta's balls, cast in mens views,
 37 That when a folls eye lighteth on a Gem,
 38 His earthly soul may covet theirs, not them.
 39 Like pictures, or like books gay coverings made
 40 For lay-men, are all women thus array'd ;
 41 Themselves are mystic books; which only wee
 42 (Whom their imputed grace will dignifie)
 43 Must see reveal'd. Then since that I may know ;
 44 As liberaly, as to a Midwife, shew
 45 Thy self: cast all, yea, this white lynnence hence,
 46 Here is no pennance, much less innocence.
 47 To teach thee, I am naked first ; why than
 48 What needst thou have more covering then a man.

ANEXO II - ELEGIE XIX: LE COUCHER DE SA MAÎTRESSE – Yves Denis (1962)

1 Madame, allons ! la fièvre du labeur m'empoigne,
 2 Et je meurs de besoin si je ne m'embesoigne !
 3 L'ennemi qui souvent aperçoit l'ennemi
 4 Sans jamais l'engager n'est plus tant affermi.
 5 Ôtez cette ceinture, heureuse galaxie
 6 De l'astre le plus beau de la cosmographie ;
 7 Dégrafez maintenant l'éclatant corselet
 8 Où s'arrête des sots le regard indiscret ;
 9 Délacez-vous : cette musique ensorceleuze
 10 M'annonce du coucher l'heure délicieuse
 11 Ôtez ce busc heureux que toujours j'envierai
 12 De demeurer si calme en demeurant si près.
 13 Votre robe enlevée évoque la féerie
 14 De l'ombre abandonnant la campagne fleurie.
 15 Ôtez ce tortil roide, et que brille à mes yeux
 16 Le diadème seul de vos souples cheveux.
 17 Et maintenant, pieds nus, et d'un pas peu farouche,
 18 Pénétrez dans le temple, en cette molle couche.
 19 C'est dans ce blanc linon que les Anges, jadis,
 20 Aux hommes paraissaient. Le divin Paradis
 21 Qui partout t'accompagne est celui du Prophète ;
 22 S'il arrive qu'un Noir Esprit de blanc se vête,
 23 Il n'est point malaisé de percer son faux air :
 24 Il peut bien faire arcer le poil, mais pas la chair.
 25 Laisse, laisse quêter ma main buissonnière
 26 Par-dessus, par-dessous, entre; devant, derrière !
 27 Terre-Neuve! Amérique ! ô ma possession,
 28 Qu'un seul homme garnit mieux qu'une garnison !
 29 Ma mine de pierres précieuses ! mon Empire,
 30 Dont l'exploration m'est bienheureux délire !
 31 À qui entre en ces noeuds liberté point ne faut:
 32 Donc, où j'ai mis la main j'apposerai mon sceau
 33 Totale nudité; toutes joies te sont dues !
 34 Il n'est qu'âmes sans chair et que chairs dévêtues
 35 Pour jouir pleinement. Femmes, vos affiquets
 36 Sont pommes d'Atalante, offertes aux benêts,
 37 Dont les yeux allumés de terrestre appétence,
 38 Convoitant l'attribut, négligent la substance.
 39 Tableau, livre profane et richement relié
 40 De la Femme tel est l'aspect séculier.
 41 Mais en Livre Mystique elle ne doit paraître,
 42 Faire honneur de la grâce imputée à son être,
 43 Qu'à nous seuls. Aussi bien, pour moi enseignement,
 44 Comme à la sage-femme, offre-toi, largement.
 45 Ôte, ôte ce lin candide ! La pénitence
 46 Ici n'est pas de mise, encore moins l'innocence.
 47 Regarde, je suis nu. Je ne vois pas pourquoi
 48 Tu te voudrais couvrir d'autre chose que moi.

ABSTRACT

This study examines the concepts of translation and translation criticism of the French theorist Antoine Berman (1942-1991), exposed in his posthumous work, *"Pour une critique des traductions: John Donne"* (1995). In this book, Berman presents his project of translation criticism as a new genre of literary criticism, and in doing so he intends to fulfill the lack existing in the area as he believed there were not, till then, reflections or examples showing how to proceed to a "definite analysis of a translation" (p. 13-4). As a consequence, Berman developed a project on translation criticism, as well as its application especially to the French translations of the elegy *"Going to bed"* by the English poet John Donne.

My study, besides presenting, characterizing and examining the Bermanian contribution with respect to its innovativeness and purposes, proposes an evaluation of its perspectives and extensions and its premises. In this study, I emphasize that this theorist privileges a translation method which would preserve the source language characteristics, and condemns the method named by him as "ethnocentric", which would domesticate a foreign text, as he claims in *"La traduction et la lettre"* (1985, p. 45-53). This rejection to the domesticating translation is hereon denominated "anti-ethnocentric".

Having this in mind, the outcome of this study will point the conflicts present in the author's project due to his theoretical premises and his upmost

objective, that is, to elaborate a "non-subjective" and "non-dogmatic" criticism, which is "founded on *consensual* judgement" (1995, p. 16). I will try to show that, although this theorist claims the proposal of a criticism of this nature, he, in fact, develops a criticism marked by the "anti-ethnocentric" concept, which, inevitably, suggests an ideologically marked translation approach, and not a universally valid approach, as he advocates.

Key words

Antoine Berman; Translation; Translation criticism; Ethnocentric Translation; Postmodernity.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZENHA Jr., João. O tradutor como autor. **Jornal da Tarde**. São Paulo, 14 dez. 1996. Caderno de Sábado.
- AGUIAR, Sérgio Marra de. **A resposta da crítica à tradução no Brasil: o prêmio Jabuti**. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Inglesa e Norte-Americana) – FFLCH, USP (São Paulo), 1998.
- AMSTUTZ, Patrick. La traduction comme nouveau genre littéraire. **Le nouveau Quotidien**. Suisse, 26 mai, 1995.
- ANTHOLOGIE de poètes de la Nouvelle Revue Française. Paris: Gallimard, 1958.
- ARROJO, Rosemary. **Oficina de tradução: a teoria na prática**. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. Tradução. In: José L. Jobim (org.). **Palavras da Crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 411-442.
- _____. A que são fiéis tradutores e críticos de tradução? Paulo Vizioli e Nelson Ascher discutem John Donne. In: **Tradução, desconstrução e psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 15-26.
- _____. **Tradução, desconstrução e psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 1993a.
- _____. Translation and the third world. In: 112th CONVENTION OF MODERN LANGUAGE ASSOCIATION OF AMERICA. (Painel do *Discussion Group on Translation*). Washington D. C., p. 1-7, 29 dec.1996.
- _____. Os estudos da tradução na pós-modernidade, o reconhecimento da diferença e a perda da inocência. **Cadernos de Tradução**. Florianópolis: UFSC, n. 1, p. 53-69, 1996a.
- _____. Asymmetrical relations of power and the ethics of translation. **TextconText**. Heidelberg: Julius Groos Verlag, n.11, p. 5-24, 1997.

- BENJAMIN, Walter. **Le concept de critique esthétique dans le romantisme allemand**. Paris: Flammarion, 1986. Traduzido do alemão por P. Lacoue-Labarthe e A.-M. Lang.
- _____. **O conceito de crítica de arte no romantismo alemão**. São Paulo: Edusp/Iluminuras, 1993. Traduzido do alemão por Márcio Seligmann-Silva.
- BERMAN, Antoine. **L'épreuve de l'étranger: culture et traduction dans l'Allemagne romantique**. Paris: Gallimard, 1984.
- _____. La traduction et la lettre, ou l'auberge du lointain. In: BERMAN, A., GRANEL, G., JAULIN, A., MAILHOS, G., MESCHONNIC, H. **Les tours de babel**. Mauvezin: Trans-Europ-Repress, 1985, p. 35-150.
- _____. La traduction comme épreuve de l'étranger. **Texte** - Revue de critique et théorie littéraire. Toronto: Trintexte, n. 4, p. 67-85, 1985a.
- _____. La terre nourrice et le bord étranger: une archéologie de la traduction en France. **Communications**. Paris: Seuil, n. 43, p. 205-222, 1986.
- _____. Critique, commentaire et traduction (quelques réflexions à partir de Benjamin et de Blanchot). **Poésie**. Paris: Belin, n. 37, p. 88-106, 1986a.
- _____. L'essence platonicienne de la traduction. **Revue d'esthétique**. Toulouse: Privat, n. 12, p. 63-73, 1986b.
- _____. Tradition, translation, traduction. **Le cahier du Collège International de philosophie**. Paris: Osiris, n. 6, p. 21-38, oct. 1988.
- _____. La traduction et ses discours. **Meta**. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, v. 34, n. 4, p. 672-679, 1989.
- _____. Traduire Freud: la langue, le style, la pensée. In: CINQUIÈMES ASSISES DE LA TRADUCTION LITTÉRAIRE. Arles, Atlas/Actes Sud, 1989a, p. 112-122.
- _____. Traduction spécialisée et traduction littéraire. In: ACTES DU COLLOQUE INTERNATIONAL DE LA TRADUCTION LITTÉRAIRE, SCIENTIFIQUE ET TECHNIQUE. Arles: Actes Sud, 21 et 22 mars 1991.
- _____. **Pour une critique des traductions: John Donne**. Paris: Gallimard, 1995.
- BERMAN, Antoine & BERMAN, Isabelle. Avant-propos des traducteurs. In: ARLT, Roberto. **Les sept fous**. Paris: Pierre Belfond, 1981, p. 13-16.
- BIANCIOTTI, Hector. L'épreuve du traducteur. **Le Monde**. Paris, 17 fev. 1995. Section Le monde des livres, p. 1.
- BOUVET, Rachel. Compte rendu. **Surfaces**. Montreal, v. v, n. 4, p. 4-12, 1995.

- BRITO, Paulo Henriques. As liberdades de Hopkins. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 13, 15 jun. 1997. Mais!
- CAMPOS, Haroldo de (4 ed.). Da tradução como criação e como crítica. In: **Metalinguagem & outras metas**. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 31-48.
- CARACCILOLO-TREJO, E. Introduccion. In: **John Donne**: poesia completa – edición bilingüe. Barcelona: Ediciones 29, 1986, p. 9-24.
- CAREY, John (ed.). **John Donne**. Oxford and New York: Oxford, 1990.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Nietzsche: vida e obra. In: Nietzsche, F. **Obras Incompletas** (2. ed.). Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. vi-xxi.
- COPLESTON, Frederick (3. ed.). **Nietzsche**: filósofo da cultura. Porto: Tavares Martins, 1979. Trad. por Eduardo Pinheiro.
- CRAIK, T. W. & R. J. (ed.). **John Donne**: selected poetry and prose. London and New York: Methuen, 1987.
- DEGUY, Michel. Introduction à "*Pour une critique des traductions: John Donne*". **Poésie**. Paris: Belin, n. 59, p. 18, jan. 1992.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: 34, 1992. Trad. por Bento Prado Jr. e Alberto A. Muñoz.
- DE MAN, Paul. **A resistência à teoria**. Lisboa: 70, 1990. Trad. por Tereza L. Pérez
- DENIS, Yves. Le coucher de sa maîtresse. In: John Donne. **Poèmes**. Paris: Gallimard, 1962, p. 77. Trad. por Y. Denis e J. Fuzier e prefácio de Jean-Roger Poisson.
- DERRIDA, Jacques. **Posições**. Lisboa: Plátano, 1975. Trad. por Maria Margarida C. Barahona.
- _____. **Otobiographies** – l'enseignement de Nietzsche et la politique du nom propre. Paris: Galilée, 1984.
- _____. **The ear of the other**: otobiography, transference, translation. Texts and discussion with Jacques Derrida. New York: Schocken Books, 1985. Ed. Christie McDonald, trad. por Peggy Kamuf.
- D'HULST, Lieven. Recension: Pour une critique des traductions. **Revue de l'histoire littéraire de la France**. Paris, mai 1996.

- DICTIONNAIRE Étymologique. Paris: Larousse, 1938.
- DICTIONNAIRE Étymologique de la Langue Française. Paris: PUF, 1950.
- ELIOT, T. S. The metaphysical poets (1921). In: **Selected prose of T. S. Eliot**. London, Boston: Faber and Faber, 1975, p. 59-67.
- ELLRODT, Robert. Présence et permanence de John Donne. Jean-Marie Benoist (org.), **John Donne**. Évreux: L'âge d'homme, p. 17-29, 1983.
- _____. Présentation [e] Notes. In: John Donne. **Poésie**. Paris: Imprimerie Nationale, 1993, p. 7-40 e p. 421-441.
- FISH, Stanley. **Is there a text in this class?** The authority of interpretative communities. Cambridge and London: Harvard University Press, 1980.
- FOUCAULT, M (4 ed.). **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. Trad. por Luiz Felipe Baeta Neves.
- FUZIER, Jean. Avant-propos. In: W. Shakespeare. **Poèmes**. Paris: Gallimard, 1959.
- _____. John Donne et la formalité de l'essence. Jean-Marie Benoist (org.), **John Donne**. Évreux: L'âge d'homme, p. 39-49, 1983.
- GENTZLER, Edwin. **Contemporary translation theories**. London and New York: Routledge, 1993.
- _____. Foreword. In: Robinson, Douglas. **What's translation?** Kent, Ohio, and London: The Kent State University Press, 1997, p. ix-xvii.
- GRODENT, Michel. Le testament d'Antoine Berman: une théorie de la traduction à l'usage de tous. **Le soir**. Bruxelles, 15 fev. 1995.
- GROSJEAN, Jean. Notes. **Nouvelle Revue Française**. Paris: Gallimard, p. 904-6, mai 1962.
- HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência enquanto "ideologia". In: W. Benjamin, M. Horkheimer, T. Adorno e J. Habermas. **Textos escolhidos**. Col. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. 303-333.
- HAYWARD, John (ed.). **John Donne**: a selection of his poetry. Harmondsworth: Penguin, 1950.
- JAUSS, Hans Robert. **Pour une herméneutique littéraire**. Paris: Gallimard, 1988.

- LAGES, Susana K. **Melancolia e tradução**: Walter Benjamin e a “tarefa do tradutor”. Tese de Doutorado. PUC-SP, 1996.
- LAPLANCHE, Jean & PONTALIS, Jean-Batiste (9. ed.) **Vocabulário da psicanálise**. Lisboa: Martins Fontes, 1986. Trad. por Pedro Tamem.
- LARANJEIRA, Mário. Crítica da tradução. In: ANAIS DO IV ENCONTRO NACIONAL DE TRADUTORES. São Paulo, USP, 1990, p. 51-53.
- ____ (org). **Poetas de França hoje (1945-1995)**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- LEGOUIS, Pierre. **Poèmes choisis** [de Donne]. Paris: Aubier, 1955.
- ____. Sur une traduction en vers de Donne. **Études Anglaises**. Paris: Didier, XVI année, n. 2, p.134-139, 1963.
- LE NOUVEAU Petit Robert - Dictionnaire de la Langue Française. Paris: Le Robert, 1993.
- LE PETIT Robert – Dictionnaire Universel des Noms Propres. Paris: Le Robert, 1994.
- LÖWY, Michael (4 ed.). **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1988.
- MACHADO, Maria H. L. de Mello. **A invisibilidade na tradução**. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Inglesa e Norte-Americana) – FFLCH, USP (São Paulo), 1997.
- MALLARMÉ, Stéphane. Crise de vers. In: **Oeuvres**. Paris: Garnier, 1985, p. 269-279.
- MANUBINO, Jean. Recension: Pour une critique des traductions. **Revue des Livres**. Paris, mai 1995.
- MARTON, Scarlett. **Nietzsche**: das forças cósmicas aos valores humanos. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MELLO, Mario Vieira de. **Nietzsche**: o Sócrates de nossos tempos. São Paulo: Edusp, 1993.
- MELLO E SOUZA, Antônio Cândido de. Posfácio. Nietzsche, F. **Obras Incompletas** (2. ed.). Col. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 411-416.
- MESCHONNIC, Henri. **Pour la poétique II**. Paris: Gallimard, 1973.

- MEYLAERTS, Reine. Reviews. **Target**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, v.8, n.2, p. 390-394, 1996.
- MILTON, John. Translating Latin America. In: Marcia A. P. Martins (org.). **Tradução e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999, p. 167-73.
- MOREL, Auguste. De sa maistresse allant au lict. **Navire d'argent**. Paris: n. 1, p. 97-9, 1925. (microfilme).
- MORENO, Silene. O texto "palimpsesto" e a questão da fidelidade na reflexão de Haroldo de Campos sobre sua "transcrição" do *Eclesiastes*. **Anais de Seminários do GEL**. São José do Rio Preto, p. 751-756, 1998.
- MOUCHARD, Claude. La passion de traduire. **La Quinzaine littéraire**. Paris, 16-31, mars, 1995, p. 6-7.
- MURACHCO, Cristina. Tradução e filosofia. **BOLETIM DO CITRAT**. São Paulo: FFLCH/USP, 1997, n. 6, p. 2-5.
- NIETZSCHE, F. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral (1873). In: **Obras Incompletas** (4. ed.) Col. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, v. I, 1987, p. 29-38. Trad. por Rubens Rodrigues Torres Filho.
- _____. Ecce Hommo (1888). In: **Obras Incompletas** (4. ed.) Col. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, v. II, 1987a, p. 143-156. Trad. por Rubens Rodrigues Torres Filho.
- OLIVEIRA, Paulo Sampaio Xavier de. **A televisão como "tradutora"**: veredas do grande sertão na rede Globo. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada), Unicamp, 1999.
- OTTONI, Paulo. **Compreensão e interpretação no ato de traduzir**: reflexões sobre o enunciado e a significação. Conferência proferida na Universidade de Heidelberg, Alemanha, p. 1-11, 24 jan. 1996
- _____. A tradução é desde sempre resistência: reflexões sobre teoria e história da tradução. **ALFA**. São Paulo: UNESP, n. 41, p. 159-168, 1997.
- PAES, José Paulo. **Tradução**: a ponte necessária. São Paulo: Ática, 1990.
- PARIS, Jean (org.). **Anthologie de la poésie nouvelle**. Monaco: Éditions du Rocher, 1956.
- PAZ, Octavio. Antes de Acostarse. In: **Traduccion**: literatura y literalidad. Barcelona: Tusquets Editores, p. 42-43, 1971.
- POÈMES [de J. Donne]. Paris: Gallimard, 1962. Introdução de J.-R. Poisson. Trad. por Y. Denis e J. Fuzier.

- POISSON, Jean-Roger. Introduction. In: John Donne. **Poèmes**. Paris: Gallimard, 1962, p. 7-22. Trad. por Y. Denis e J. Fuzier.
- POMPIDOU, Georges (org.). **Anthologie de la poésie française**. Paris: Hachette, 1961.
- PYM, Anthony. **Pour une éthique du traducteur**. Arras: Artois Presses Université & Presses de l'Université d'Ottawa, 1997.
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. Organizado e traduzido por Hilton Japiassu.
- _____. **Do texto à acção** - Ensaio de hermenêutica II. Porto: Rés, 1986. Trad. por Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando.
- ROBINSON, Douglas. **Translation and taboo**. Illinois: Northern Illinois University Press, 1996.
- _____. **What's translation?** Kent, Ohio, and London: The Kent State University Press, 1997.
- RODRIGUES, Cristina Carneiro. **Tradução e diferença: uma proposta de desconstrução da noção de equivalência em Catford, Nida, Lefevere e Toury**. Campinas: Tese (Doutorado em Lingüística), UNICAMP, 1998.
- ROTHSCHILD, Philippe de. Le coucher de sa maîtresse. **John Donne**. Evreux: L'Age d'homme, p. 83, 1983.
- SAUSSURE, Ferdinand de (4 ed.). **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1972. Organizado por C. Bally e A. Sechehaye. Trad. por A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein.
- SIMON, Sherry. Reviews. **TTR** (Traduction, Terminologie, Rédaction). Québec: Université Concordia, v. viii, n.1, p. 282-287, 1995.
- _____. **Gender in translation: cultural identity and the politics of transmission**. London and New York: Routledge, 1996.
- SMITH, A. J. (ed.). **John Donne: the complete English poems**. Harmondsworth: Penguin, 1971.
- _____. **John Donne: The critical heritage**. London and New York: Routledge, 1996, v. II. Introdução de Catherine Philips.
- SOUSA, Afonso Félix de. Introdução. In: **Sonetos de Meditação**. Rio de Janeiro: Philobiblion, p. 9-16, 1985.

STEINER, George. **After Babel**: aspects of language and translation. Oxford: Oxford University Press, 1975.

_____. **Après Babel**: une poétique du dire et de la traduction. Paris: Albin Michel, 1978. Trad. por Lucienne Lotringer.

TEIXEIRA FILHO, Afonso. Donne – Soneto sagrado XIV. **Cadernos de Literatura em Tradução**. São Paulo: Humanitas, n. 1, p. 53-62, 1997.

THE CAMBRIDGE Guide to Literature in English. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

TOURY, Gideon. **In search of a translation theory**. Tel Aviv: Porter Institute, 1980.

VENUTI, Lawrence. **The scandals of translation**: towards an ethics of difference. London and New York: Routledge, 1998.

WELLER, Shane (ed.). **John Donne**: selected poems. New York: Dover, 1993.

ZAVRIEW, André. Traduction, trahison ou translation? **Revue des 2 mondes**. Paris, p. 141-145, mars 1995.